

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**UM PAPO DE RESPOSTA NA MORAL: APROXIMAÇÕES DA PCERJ  
COM DIFERENTES JUVENTUDES**

**RACHEL PAULA DE SOUZA MACHADO**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**UM PAPO DE RESPOSTA NA MORAL: APROXIMAÇÕES DA PCERJ  
COM DIFERENTES JUVENTUDES**

**RACHEL PAULA DE SOUZA MACHADO**

*Sob a Orientação do Professora*

**Nalayne Mendonça Pinto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Fevereiro, 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RACHEL PAULA DE SOUZA MACHADO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/02/2019

---

Nalayne Mendonça Pinto. Dra. UFRRJ  
(Orientadora)

---

Carly Barboza Machado. PhD. UFRRJ

---

Haydée Glória Cruz Caruso. PhD. UNB

M149p Machado , Rachel Paula de Souza , 1992-  
Um Papo de Resposta na moral: aproximações da PCERJ  
com diferentes juventudes / Rachel Paula de Souza  
Machado . - 2019.  
112 f. : il.

Orientadora: Nalayne Mendonça Pinto .  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
Ciências Sociais, 2019.

1. Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . 2.  
Moralidades. 3. Juventudes. 4. Direcionamento de  
condutas. 5. Discursos. I. Pinto , Nalayne Mendonça,  
1974-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências  
Sociais III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Ao retirar os livros que peguei emprestado da Nalayne da prateleira do meu quarto, para então devolvê-los, comecei a pensar em tudo que já aprendi com a melhor orientadora que eu poderia ter tido desde a graduação. Costumo falar para todos, que você é orientadora da vida, assim, fada madrinha mesmo! A primeira aula que fiz com você, foi na disciplina Sociologia 3. Ali você começou a me ensinar a amar a Sociologia, a amar um esmalte “nude” da Colorama e a ver maior sentido no curso de Ciências Sociais. Depois, teve a disciplina Sociologia Criminal e Segurança Pública, que fiz para confirmar se esse era o tema que eu queria pesquisar para a monografia, pois já tinha um grande interesse na área. A cada aula, Maya crescia dentro da sua barriga, e eu crescia como acadêmica, certa de que esta grande área seria tema da minha monografia e das prováveis pesquisas futuras. Aqui estou, ainda caminhando nesta grande e desafiante área, e agradeço muito à você, Nalayne, por valorizar tanto a educação, pela dedicação nas aulas, pelas orientações, pelos cafés com leite e pães de queijo, e por ser muito mais que uma orientadora.

Me faltam palavras para agradecer aquelas que fizeram esta caminhada ser mais leve, mesmo nos momentos de maior dificuldade. Ana Lídia, minha Pani, muito obrigada por ser meu suporte. Karine, Ana e Débora, obrigada por sempre acreditarem em mim, me lembrando de fazer o mesmo. Iris e Nil, presentes que o mestrado me deu, obrigada pela certeza de que no final vai dar certo. Mulheres que levantam outras mulheres. Sigamos! Mais que amigas, friends, por isso: “I’ll be there for you, cause you’re there for me too!”

Mãe, obrigada por ser a mulher mais forte que eu conheço. Você me motiva todos os dias. Obrigada por seu carinho e firmeza. Sem seu apoio não seria possível, obrigada por me incentivar, estar comigo nos momentos de crise, desânimo e por se alegrar tanto com minhas conquistas. Agradeço à minha pequena Maria Clara, por entender minhas ausências e por brincar quietinha ao meu lado, só para me fazer companhia, em tantos momentos de estudo e escrita. Agradeço ainda ao meu pai, meu irmão e à Denise que tanto me incentivaram ao longo desta caminhada.

Quero manifestar minha gratidão aos docentes do Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ, sempre dedicados e presentes em minha formação desde a graduação. Em especial agradeço às professoras Carly e Flávia, que desde o início da minha jornada acadêmica, me ensinaram muito além das suas disciplinas. Vocês me ensinaram sobre amar à docência, me ensinaram através de suas práticas, a valorizar o ensino público, gratuito e de qualidade. Me ensinaram a resistir.

Muito obrigado aos policiais civis que integram o Papo de Resposta. Obrigada pela paciência em me receber, por me explicar todo o funcionamento do programa, pelas trocas e momentos de reflexão que viabilizaram minha pesquisa.

Vocês tornaram esta caminhada muito mais leve e feliz!

Agradeço à Deus, autor da minha fé. Sem ele eu nada seria. “Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória para sempre! Amém.”

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)- Código de financiamento 001.

## RESUMO

MACHADO, Rachel Paula de Souza. **Projeto “Um Papo de Resposta na moral: aproximação da PCERJ com diferentes juventudes.”** 2019. 111 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

A presente dissertação tem como objetivo compreender as estratégias discursivas de orientação da polícia civil através do programa Papo de Resposta com jovens de diferentes localidades e realidades do estado do Rio de Janeiro. A pergunta que orientou a pesquisa foi como os policiais do Papo de Resposta se comunicam com estes diferentes jovens, e que temáticas, prescrições e disposições são direcionadas aos jovens das escolas visitadas. Assim sendo, os capítulos desta dissertação são desenvolvidos a partir da metodologia do programa pesquisado, desta forma, as análises e discussões são dispostas a medida que as etapas do programa vão sendo apresentadas. Neste sentido, a criação do Papo de Resposta descrita com todos os seus desdobramentos e o caráter de comunicação do programa é salientado, bem como a análise de “Poliçópolis”, termo apreendido dos discursos policiais do programa. Além disso as diferentes formas de vivenciar a juventude é discutida, promovendo uma reflexão acerca da compreensão dos policiais a respeito destas diversas vivências e realidades juvenis. A produção moral do bom cidadão também é abordada, onde a partir do empreendedorismo policial, os policiais do Papo de Resposta utilizam estratégias morais discursivas visando a produção de condutas responsáveis, sendo esta, a conduta do jovem que obedece às leis, aos professores, à família, cuida de si e tem responsabilidade com suas escolhas e atitudes. É analisado ainda a produção de discursos visando a obediência através do medo, bem como a docilização dos corpos e a regulamentação das vivências juvenis. Vale ressaltar que o Papo de Resposta não é um programa específico de comunicação com a juventude. Os policiais do programa conversam com qualquer grupo que lhes convidar, ainda durante a metodologia nas escolas, eles conversam com representantes da família dos adolescentes, com professores, e outros funcionários da comunidade escolar. Porém, em função do recorte da presente pesquisa, o maior foco é a relação da polícia com a juventude.

**Palavras-chave:** Papo de Resposta; Juventudes; Moral.

## ABSTRACT

MACHADO, Rachel Paula de Souza. **Project "Um Papo de Resposta na moral: aproximações da PCERJ com diferentes juventudes."** 2019. 111 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This dissertation aims to understand the discursive strategies of orientation of the civil police through the Papo de Resposta program with young people from different locations and realities of the state of Rio de Janeiro. The question that guided the research was how the police of the Papo de Resposta communicate with these different young people, and which thematic, prescriptions and dispositions are directed to the young people of the schools visited. Thus, the chapters of this dissertation are developed from the methodology of the researched program, in this way, the analyzes and discussions are arranged as the stages of the program are presented. In this sense, the creation of the Papo de Resposta described with all its unfolding and the communication character of the program is emphasized, as well as the analysis of "Poliçópolis", an apprehended term of the police discourses of the program. In addition, the different ways of experiencing youth are discussed, promoting a reflection about the police officers' understanding of these diverse experiences and youth realities. The moral production of the good citizen is also approached, where, starting from police entrepreneurship, the police of the Papo de Resposta use moral discursive strategies aimed at producing responsible behaviors, this being the conduct of the young person who obeys laws, teachers, family, takes care of themselves and has responsibility for their choices and attitudes. It also analyzes the production of speeches aimed at obedience through fear, as well as the docilization of bodies and the regulation of youth experiences. It is worth mentioning that the Papo de Resposta is not a specific program of communication with youth. The police officers of the program talk to any group that invites them, even during the methodology in the schools, they talk with representatives of the family of the adolescents, with teachers, and other employees of the school community. However, due to the current research, the focus is on the relationship between police and youth.

**Key words:** Papo de Resposta; Youths; Moral.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I - O PAPO DE RESPOSTA</b> .....	15
<b>1.1 O primeiro contato com o Papo de Resposta</b> .....	15
<b>1.2 Que Papo é esse?</b> .....	19
<b>1.3 A origem do programa</b> .....	21
<b>1.4 Estratégias de comunicação</b> .....	24
<b>1.5 O bom policial</b> .....	26
<b>1.6 Identidade policial - “Poliçópolis”</b> .....	28
<b>CAPÍTULO II - ENTRADA NA ESCOLA</b> .....	36
<b>2.1 Papo com os professores</b> .....	36
<b>2.2 Papo com os alunos</b> .....	38
<b>2.3 Juventudes e seus perfis</b> .....	44
<b>2.4 A produção de jovens desviantes</b> .....	47
<b>CAPÍTULO III - O EMPREENDEDORISMO POLICIAL E AS ORIENTAÇÕES DAS CONDUTAS JUVENIS</b> .....	50
<b>3.1 Prevenção do desvio</b> .....	50
<b>3.2 A produção moral do bom cidadão</b> .....	57
<b>3.3 Discursos sobre o “ervoafetivo”</b> .....	62
<b>CAPÍTULO IV - ABAIXAR AS ARMAS E LEVANTAR A VOZ</b> .....	67
<b>4.1 Entrada na Cidade da Polícia</b> .....	67
<b>4.2 Construção do medo</b> .....	69
<b>4.3 Dispositivos, técnicas e gerências do Papo de Resposta</b> .....	70
<b>4.4 A tutela do Estado</b> .....	75
<b>4.5 Lugar pastoral</b> .....	78
<b>CONCLUSÃO</b> .....	80
<b>“O papo foi dado!”</b> .....	80
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	84



## INTRODUÇÃO

Para a conclusão da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2016, desenvolvi em minha monografia uma pesquisa com o objetivo de analisar as representações sociais dos policiais civis a respeito dos jovens que cometem atos ilícitos, e dos jovens que sofreram homicídio em Seropédica e na Baixada Fluminense de maneira geral. Para tanto, realizei entrevistas semi-estruturadas com nove policiais civis da 48ª Delegacia de Polícia de Seropédica. Tomo como base para a análise do conceito de representações sociais, as possibilidades de compreensão de determinado fenômeno, que são construídos socialmente a partir da inserção dos atores em suas teias sociais, segundo Maria Stela Grossi Porto (2006; 2010). A autora parte das análises feitas por Durkheim de representações coletivas, que são construídas na consciência coletiva dos indivíduos; são valores, crenças, sentidos que estruturam a vida social, são o conteúdo por excelência das representações sociais e orientam as condutas dos indivíduos. Sendo, portanto, uma importante ferramenta sociológica para a compreensão analítica dos sentidos que os diferentes grupos conferem a sua realidade.

“A polícia do Rio de Janeiro é a polícia que mais mata, mas também é a polícia que mais morre”, disse um policial civil durante a entrevista feita para a referida monografia. Ao ouvir as representações sociais dos policiais civis a respeito dos jovens que cometem ilícitos, percebe-se no seu discurso, a legitimação de suas ações por vezes hostis, como visto na fala acima. Além disso, para eles, o uso de drogas é sempre a porta de entrada para o que chamam de “mundo do crime”. O uso da maconha, segundo os policiais, acarreta em uma carreira progressiva no uso de outras drogas e principalmente na progressão criminal. Desta forma, justificando e legitimando o discurso da guerra às drogas. Os policiais entrevistados, tem a consciência que os jovens moradores de periferias são criminalizados e estigmatizados. Segundo eles, os jovens que chegam na 48ª Delegacia de Polícia, são no geral bem pobres, no entanto fazem questão de reforçar que nada justifica o cometimento de crimes.

Durante as entrevistas, termos e jargões policiais foram percebidos, trazendo a relevância de discutir e estudar seus significados. Tais como: “enxugar gelo”, que demonstra a insatisfação dos policiais civis a respeito do sistema jurídico, uma vez que, segundo os policiais entrevistados, eles prendem o jovem que em seguida é posto em liberdade, criando um ciclo que torna inútil o trabalho da polícia que, por sua vez, acaba enxugando gelo. Outros termos abordados na pesquisa foram: “elemento suspeito” e “elemento suspeito de cor padrão”, analisados por Ramos e Musumeci no livro Elemento Suspeito (2005), onde mostram que existe um perfil previamente estabelecido pela Polícia<sup>1</sup> de pessoas que serão tornadas suspeitas. Perfil este que criminaliza na grande maioria das vezes: jovens, homens, negros e pobres. Deste modo, a relação entre a polícia e a juventude, se constitui em uma relação conflituosa e de desconfiança.

Desta forma, a partir de pesquisas feitas sobre a relação da juventude com a polícia civil, interessei-me em continuar os estudos no mestrado sobre a relação entre polícia e juventude, e em conversa com minha orientadora, Nalayne Pinto, ela me sugeriu pesquisar um projeto que a polícia civil desenvolvia com jovens em escolas. O que me instigou, pois os resultados que obtive em minha pesquisa de monografia mostravam uma relação conflituosa e de desconfiança entre a polícia e a juventude, e então tomava conhecimento de um programa onde a polícia civil visa se aproximar dos jovens. Encontrei então o programa Papo de Resposta, criado e desenvolvido pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. O programa foi transformado em objeto de pesquisa sócio antropológica, desenvolvida durante os dois

---

<sup>1</sup> As autoras em seu livro referem-se a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

anos de mestrado, onde a coexistência entre particularidades do programa e as reproduções do senso comum, frente a instituição policial, enriqueceram a pesquisa à medida que se tornava um desafio instigante e prazeroso de desenvolver. Portanto, o objeto desta pesquisa são as estratégias discursivas de orientação da polícia civil aos jovens, e a pergunta norteadora é: como os policiais do Papo de Resposta se comunicam com os jovens nas palestras, produzindo orientações e diálogos? E quais são as temáticas, instruções e direcionamentos que são produzidos nesse processo?

O Papo de Resposta foi criado em 2003, por dois agentes policiais, com o objetivo de aproximar jovens da polícia, ou, segundo eles, “aproximar pessoas de pessoas”. Como me disse um policial participante do programa, “não é com arma na mão e dando tiro que se resolve”. Então, a estratégia deles é: “abaixar as armas e levantar a voz”. Este mesmo policial me relatou que estão certos de que é com a juventude que eles devem trabalhar.

O referido programa é voltado para adolescentes e jovens, embora não seja esta a faixa etária exclusiva. Trabalham com escolas a partir do nono ano ensino fundamental do segundo ciclo, ensino médio, faculdades, ONGs, ou qualquer outro grupo organizado que os solicitar, seja de iniciativa privada ou pública. Trabalham ainda buscando trazer um espaço que, segundo os agentes, promova diálogos descontraídos com o grupo que os solicitou, a respeito da prevenção do uso de drogas, da responsabilidade com seu corpo e com suas atitudes e consequências, ou, como foi dito, do “bem viver” de maneira geral. Estes encontros podem ser palestras isoladas, como também um ciclo com cinco encontros, começando com uma reunião entre os coordenadores e professores da escola e alguns policiais escalados. Esta reunião é chamada de Papo com os professores, onde ocorre uma primeira conversa. Neste momento, os policiais pedem licença aos professores para que possam falar com os alunos. Além disso, levantam informações sobre as demandas dos alunos que participarão do Papo. Em seguida ocorre o Papo com os alunos, onde os policiais vão até a escola e conversam sobre o tema salientado pela direção ou coordenação da mesma. No terceiro encontro, os alunos vão para o que se chama de visita à Cidade da Polícia. Após a visita, acontece mais um Papo com os alunos na escola, onde estes podem apresentar uma espécie de seminário dentro do tema, levantando a discussão do assunto que já vem sendo abordado. Porém, vale salientar que mesmo os policiais tendo me falado a respeito deste passo, durante todo o período em que acompanhei as atividades, não percebi a ocorrência desta etapa. Pude observar que esta etapa tem ocorrido cada vez menos por conta da grande demanda da agenda do programa e das escolas, o que leva ao adiamento da última etapa. A última etapa é o Papo com a família, onde o jovem chama alguém que o represente, para ir até a escola conversar com os policiais do programa. Desta forma se completa o ciclo:

- Papo com os professores;
- Papo com os alunos;
- Visita à Cidade da Polícia;
- Papo com os alunos;
- Papo com a família.

O programa possui uma página no Facebook com o endereço físico da sede do programa, na Cidade da Polícia. Na página, as atividades são atualizadas através de textos, fotos e vídeos postados, que também são encontradas no site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Uma frase de efeito utilizada pelo programa diz: “A escolha é sempre sua!”. Esta frase reproduz os valores individualistas presente em sociedades liberais capitalistas, e

---

<sup>2</sup>Site da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/>. Acesso em: Abril, 2017.

também no discurso policial, onde o jovem se torna responsável pelos seus atos - independente das condições sócio econômicas e históricas que o cercam.

Como já dito, comecei a pesquisar percepções de policiais civis no desenvolvimento de minha monografia. No entanto, para esta pesquisa de dissertação, me chamou atenção o fato de policiais civis, que fazem parte de uma polícia judiciária, com função investigativa, além de desempenharem operações, apreensões e prisões, se voltarem para a temática que entendem ser de prevenção de crimes cometidos por jovens. Estes policiais participantes do programa, foram dispensados das funções inerentes aos seus cargos na polícia civil e trabalham exclusivamente com o Papo de Responsa. Porém, me foi explicado que se algum deles tiver o desejo de participar de operações, não coincidindo com os horários do Papo de Responsa, eles são liberados para tal.

Atualmente, o Papo de Responsa dispõe de um total de oito policiais civis, tendo como base uma sala ampla na Cidade da Polícia, localizada em Benfica, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa empírica, acompanhando os policiais, levou cerca de um ano e meio, em alguns momentos presente com mais frequência, outros não. Importa salientar que, em todo este tempo, os policiais foram muito receptivos, me auxiliando na compreensão das etapas, me dando carona até as escolas e depois para voltar, ao passo que andar de viatura passou a ser sentido por mim, com menos estranheza.

Ao longo da pesquisa, por vezes precisei fazer um exercício de distanciamento e reafirmar meu lugar de pesquisadora, que parecia ser esquecido pelos policiais em algumas ocasiões. Algumas vezes fui apresentada nas escolas de forma jocosa e informal, como se fosse do Papo de Responsa. Além disso, fui convidada a fazer a prova para a polícia civil, para futuramente fazer parte de fato do Papo. O que busco salientar com estes relatos pessoais, é que estive próxima destes policiais durante minhas idas à campo. A minha aproximação permitiu-me perceber a dedicação e empenho que os policiais dispõem ao seu trabalho. Os policiais do Papo de Responsa acreditam na possibilidade real que o programa tem de interferir em trajetórias de vidas; em sua missão de auxiliar e melhorar os índices da segurança pública, mas principalmente, de auxiliar os jovens a refletirem sobre suas escolhas, vidas e condutas.

Com a crise financeira e política que o governo do estado do Rio de Janeiro passou nos últimos anos, se tornou difícil, segundo os policiais, garantir as condições para o seu trabalho. Portanto, estes policiais abastecem as viaturas, fazem consertos e arrumam sua sala, inúmeras vezes com seu próprio dinheiro, para que assim o trabalho possa acontecer. Estes fatos observados e presenciados, foram aqui narrados na intenção de marcar a seriedade com que o trabalho é desenvolvido pelos policiais.

Isso posto, apresento a hipótese que norteou esta pesquisa. Desta forma, parto do princípio que o programa Papo de Responsa se destaca conferindo outra atuação para os policiais civis, se diferenciando da função que institucionalmente lhes é conferida. Além disso, os policiais que compõem o grupo, acreditam que é possível produzir discursos que de algum modo venham a afetar a trajetórias dos jovens, como uma espécie de papel redentor para uma possível carreira criminal juvenil.

A Polícia Civil, com o programa Papo de Responsa, desempenha um trabalho com jovens em que acredita ser de prevenção, visando evitar que os jovens cometam crimes. É importante discutir como se estabelecem as relações entre estes dois segmentos, visto que institucionalmente, esta não é uma ação que cabe à presente instituição policial. Portanto, o objetivo desta pesquisa é compreender a atuação do programa nas diversas escolas, identificar

e analisar os discursos e moralidades, processos e metodologias produzidos pelo Papo de Resposta, durante a aproximação dos policiais com a juventude. A pergunta gira em torno de como os policiais estabelecem essa aproximação com a juventude, com quais crenças e moralidades proferem os discursos aos jovens e buscam orientar suas condutas.

Para tanto, busquei acompanhar os encontros promovidos pelo programa Papo de Resposta percebendo e anotando em um caderno de campo os processos e falas dos policiais, além de observar e também anotar as participações dos estudantes; pude analisar os elementos e temáticas mais acionados por eles nestas visitas (como drogas, responsabilidade pelas escolhas, investimento em estudos, educação, etc.). Conheci os discursos dos policiais civis a respeito da juventude, mas principalmente, a respeito dos jovens que participam do programa Papo de Resposta para então entender como acionam dispositivos morais para orientar os mesmos.

Isto tudo só foi possível, após procurar na internet e conseguir encontrar a página do Papo de Resposta no Facebook<sup>3</sup> em março de 2017. Lá, pude ver muitas fotos das etapas que os policiais desempenham. Mandeí uma mensagem me apresentando e contando do meu interesse em conhecer melhor o programa. Logo me responderam me dando o endereço de e-mail da pessoa responsável pela comunicação do Papo de Resposta. Fiz contato com este policial, que de pronto me enviou o relatório do Papo de Resposta do ano anterior, 2016, além de me enviar a agenda semanal deles, a partir de então. Sorte de principiante ou não, logo na primeira agenda semanal, o coordenador geral do programa, e o coordenador da área de educação, que são os dois fundadores do programa, estavam escalados para fazer um Papo de Resposta em uma universidade privada que se localiza muito perto da minha casa. Fui até eles e presenciei o meu primeiro Papo de Resposta, ainda que não dentro da faixa etária que eu viria a trabalhar, mas já era um contato, o que me deixou muito satisfeita em um primeiro momento. Este contato será relatado como o primeiro encontro no início do capítulo um. Mas aqui importa salientar que neste dia consegui a autorização do coordenador do programa e já em março de 2017 comecei os primeiros contatos com os policiais. A última incursão no campo foi feita em novembro de 2018, na cerimônia de premiação da melhor redação, promovida pelo Papo de Resposta.

Dessa forma essa pesquisa representa um estudo sociológico que foi realizado com auxílio de ferramentas metodológicas tais como: trabalho de campo com método observacional – com intuito de acompanhar os encontros do Papo Resposta, optou-se por ir aos encontros e ficar em silêncio, observando e registrando toda a dinâmica dos encontros; quadro de referência teórico analítica – investigação com perspectiva compreensiva onde envolve a reconstrução dos sentidos subjetivos das ações e falas proferidas pelos sujeitos envolvidos no curso da ação (WEBER, 2001). Ao longo deste período foram feitas três entrevistas com policiais que atuam no programa, a partir de um roteiro semi-estruturado. Duas das entrevistas foram feitas na Cidade da Polícia e uma na casa da policial. Levando em consideração a metodologia do “Guia para a pesquisa de campo”, de Florence Weber e Stéphane Beaud (2007), onde tratam a respeito de preparar e negociar uma entrevista etnográfica, mas também a forma indicada de conduzi-la. De forma muito clara e prática, as autoras falam sobre a importância da observação na etnografia, sendo sua principal ferramenta, mas a entrevista se trata de um complemento indispensável. Sendo mais específicos aos princípios das pesquisas etnográficas, as autoras sugerem que o ideal é que sejam feitas poucas entrevistas, porém longas e densas, de preferência que não seja feita mais

---

<sup>3</sup> Página do Papo de Resposta no Facebook, Papo de Resposta: [https://www.facebook.com/papoderesposta/?epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/papoderesposta/?epa=SEARCH_BOX), acesso em março, 2017.

de uma no mesmo dia, devido ao desgaste do pesquisador, que não poderá oferecer a mesma troca ao pesquisado, o que pode atrapalhá-lo. Neste sentido, quanto mais singularidade o pesquisador der as entrevistas, mais interessante ela ficará.

As autoras também falam a respeito das escolhas que se deve fazer no campo, uma delas é quem são aquelas pessoas que serão entrevistadas. O ideal é que o pesquisador já esteja um tempo no campo fazendo sua pesquisa, para que assim possa perceber quem melhor vai atender às suas questões, levando em consideração a posição no meio que se encontram os informantes.

Além do mencionado, foi acionado o arcabouço teórico acerca dos estudos de polícia nas ciências sociais, além de recorrer aos teóricos clássicos da área, lançando mão de seus conceitos e teorias. No entanto, se faz necessário, estranhar toda a metodologia e técnica de pesquisa, segundo Bourdieu (1983). Para o autor, convém que o sociólogo desenvolva uma sociologia da sociologia, como uma das condições primeiras da sociologia científica. A auto problematização da sociologia e de seus objetos, levam o sociólogo a noção de que ele estuda determinado objeto, devido a sua posição social. Para o autor, o sociólogo estará melhor preparado para este fazer, quanto melhor munido do capital de conceitos, métodos, técnicas acumuladas por seus predecessores, que segundo Bourdieu, devem ser levados em consideração não como sendo oposições, mas sendo visões diferentes da sociedade, remontando à raiz comum. Então, o tipo de ciência que um sociólogo faz, depende de toda a relação que ele detém com o mundo, se opondo a ideia de neutralidade científica. O problema sociológico, retratado aqui a partir da relação entre polícia e juventude, foi construído de modo que a sociologia enquanto função científica, visa compreender o mundo social, de modo que não é neutra socialmente, e que preenche uma função social (BOURDIEU, 1983, p. 8).

A partir do ciclo do Papo de Resposta já exposto, estão dispostos os quatro capítulos desta dissertação. O primeiro capítulo chama-se: O Papo de Resposta. Nele se encontra o relato de como foi chegar até o programa, como o Papo funciona em relação as suas metas e objetivos, como foi criado e os desdobramentos desta criação. O capítulo também traz algumas reflexões acerca de estratégias de visibilidade e marketing do programa, que possibilitam uma boa imagem do policial e da instituição polícia civil. Instituição essa que molda os indivíduos, conferindo uma identidade, oriunda do que aqui será chamado de “Poliçópolis”.

O segundo capítulo, “Entrada na escola”, começa com a apresentação e análises das etapas do ciclo mais propriamente ditas. Sendo a primeira, o Papo com os professores, onde pode-se notar que a orientação das condutas objetivada pelo Papo de Resposta, não se direciona apenas aos alunos, mas aos professores e demais gestores da educação nas escolas. Em seguida encontra-se os desdobramentos da segunda etapa, o Papo com os alunos, com relatos de diferentes escolas e realidades que demarcam diferentes perfis de juventude e formas de vivenciá-la.

As estratégias morais discursivas são tratadas no terceiro capítulo. Neste sentido os discursos de prevenção utilizados pelos policiais que compõem o programa são conceituados e analisados a partir da literatura da área dos estudos policiais nas ciências sociais. Em seguida, é discutida a produção moral do bom cidadão, no sentido de trazer à reflexão as moralidades e os discursos dos policiais que intencionam produzir bons cidadãos. Por fim, é discutido as nuances do “ervoafetivo”, termo que aparece no campo, quando alguns policiais querem se referir a usuários de drogas ou aqueles que são a favor da regulamentação das drogas.

O quarto e último capítulo, abaixar as armas e levantar a voz, relata a visita à Cidade da Polícia, feita durante a metodologia do Papo de Resposta. Ainda analisa importantes elementos que foram observados durante uma visita feita ao longo da pesquisa. Portanto, serão abordados, a construção discursiva do medo, aspectos referentes a tutela e governabilidade em relação aos jovens e a pacificação e docilização dos seus corpos, a partir de técnicas e dispositivos de gerência do Papo de Resposta.

# CAPÍTULO I - O PAPO DE RESPOSTA

## 1.1 O primeiro contato com o Papo de Resposta

A partir do relato iniciado na introdução, ocorreu que, sorte de principiante ou não, logo quando comecei a receber a agenda do Papo de Resposta, vi que teria um papo com os alunos de Direito em uma universidade privada perto da minha casa. Cheguei à universidade com a palestra já começada. O Fundador B<sup>4</sup>, falava sobre a legalização das drogas, após ele, o Fundador A começou a falar. Com uma conversa de fato muito informal, o policial iniciou o diálogo com os alunos. Sendo na graduação, buscou provocar um questionamento referente ao uso das drogas. O policial, fez algumas brincadeiras sobre as disciplinas e os professores do curso de Direito, e em seguida deu início ao papo propriamente dito, perguntou quem era a favor e quem era contra a regulamentação (e ele fez questão de usar este termo) das drogas. Após ouvir as opiniões, o policial começou a explicar questionamentos, que para ele eram essenciais serem feitos, principalmente em um ambiente acadêmico. Mostrou que o debate da regulamentação do uso de drogas deveria caber à Secretaria de Saúde, não à Secretaria de Segurança Pública, mas acaba sendo uma vez que, segundo o policial, envolve tráfico e tantos outros crimes. Mostrou como envolve outras áreas como a fiscalização agrária, relações internacionais, economia, tributação, meio ambiente, indústria alimentícia, além da segurança e saúde pública. Mas principalmente, afirmou como a regulamentação pode não acabar com o tráfico, pois está criando um mercado ilegal paralelo, indo contra um dos principais argumentos daqueles que são a favor da descriminalização.

O discurso é “critiquem tudo o que ouvirem, inclusive de nós”. Porém, diversas vezes no Papo com os jovens, falaram de valores invertidos, em detrimento dos valores corretos que são relativizados. Desta forma, ainda que os policiais falem para os jovens criticarem o discurso policial, eles discordam das relativizações feitas pelos alunos e pela sociedade de forma geral. Estes valores invertidos, segundo os policiais, são distorcidos quando o apelo midiático e popular é muito maior quando se trata de um homicídio de uma criança na escola, sendo a polícia culpada (usou como exemplo o caso da menina Maria Eduarda, morta em uma escola pública, em Acari, Zona Norte do Rio, em 2017), e no dia seguinte, o caso de uma menina que morreu vítima de bala perdida em confronto entre traficantes, não teve o mesmo apelo. Então, enfatiza-se mais a morte causada pela polícia do que a morte por traficantes. Segundo este discurso, os valores estão invertidos quando o policial que quer fazer o certo é tido como “babaca” por não se corromper. Quando naturalizam o fato de o policial encostar o menino apenas por usar um boné, se referindo aos estigmas que pautam a seletividade policial no tocante a abordagens e revistas. Nesses casos, eles apontam um conjunto de valores por eles considerados “certos”, embora os policiais mandem os jovens criticarem; mas na medida que estes valores policiais são criticados ou relativizados, na visão do policial, é algo ruim pois os valores estão sendo invertidos.

Durante o Papo, os agentes fizeram questão de demonstrar que são qualificados academicamente, citando suas formações acadêmicas, viagens, cursos, entre outros, se legitimando no campo onde se encontram, fazendo um papo em torno da temática da descriminalização das drogas. Encerraram sem falar diretamente sua opinião, mas deixando-a sempre explícita através dos seus questionamentos.

---

<sup>4</sup> No decorrer desta dissertação, os policiais que criaram o programa serão identificados por “Fundador A” e “Fundador B”.

Terminado o Papo, me apresentei ao Fundador A e perguntei sobre a possibilidade de acompanhar o programa. Respondeu me dando livre abertura, explicou como eu deveria fazer para formalizar o pedido, levando um documento do programa de mestrado, mandando e-mail para o policial com quem já havia falado previamente, e avisando que eu já havia conversado com ele. Feito isso, me apresentaria aos demais agentes em uma reunião de planejamento, que geralmente ocorre às sextas feiras, me dando livre acesso para que eu chegasse onde eu quisesse, conversando e fazendo entrevistas. Exclamou: “Que bom que a academia está querendo se aproximar de nós!” Esta reunião de planejamento onde eu seria apresentada nunca aconteceu. Segundo o Fundador A, quando ocorriam reuniões, era para assuntos mais burocráticos e internos, e outros agentes me confirmaram que, por falta de estrutura física, as reuniões de planejamento e de balanço não aconteciam mais com tanta frequência<sup>5</sup>.

No entanto, continuei acompanhando as agendas e um dia fui até à Cidade da Polícia, espaço sede do programa, acompanhar uma visita dos alunos. Ao chegar à Cidade da Polícia, o policial que vinha me mandando as agendas me recepcionou e logo conheci Marcela<sup>6</sup>, inspetora de polícia que iria fazer a visita com os alunos, que veio a se tornar minha principal informante durante todo o período de pesquisa de campo.

Os policiais participantes do Papo de Resposta, me receberam muito bem, sempre solícitos e simpáticos. Nas primeiras oportunidades em que nos encontramos, a conversa era mais forçada e geralmente perguntavam sobre a minha formação, minha pesquisa, e sempre após os papos com os alunos, me perguntavam o que eu achei. Minha resposta de início era muito mais a respeito da reação dos alunos, da forma como receberam os policiais e se comportaram. Como eu nunca me posicionei a respeito dos discursos deles aos alunos, ou mesmo dos discursos entre os próprios policiais, a percepção que tenho é que eles passaram a acreditar que eu concordava com eles, ou pelo menos em parte e a relação de confiança foi estabelecida.

À medida que eu ia até a Cidade da Polícia, encontrava com eles para ir para as escolas, ia almoçar, tomar café, as conversas foram ficando mais fluidas e meu lugar de pesquisadora ia sendo deixado em segundo plano por alguns, ao ponto de me sugerirem fazer a prova para entrar na Polícia Civil para participar do Papo de Resposta. Ao me apresentarem na escola, muitas vezes brincavam me apresentavam como alguém do programa, mas logo depois explicavam que eu os acompanhava por causa da minha pesquisa.

Isto posto, meu papel enquanto pesquisadora deve ser problematizado, após tantos momentos de aproximações e convívio, foi necessário em alguns momentos parar, refletir no meu lugar de observadora, e então voltar minhas atenções para tal desempenho. Sem absorver para mim as demandas e interações especificamente do programa. Toda esta aproximação, remete aos relatos de William Foote Whyte na sociedade de esquina (2005), onde salienta sua preocupação em se encaixar e ser aceito na primeira noite em que saiu com Doc, seu informante. No decorrer de sua observação participante, Whyte percebeu que as pessoas desenvolviam sua própria explicação a respeito de sua presença naquele meio, e deste modo percebeu que sua aceitação no grupo dependia muito mais das relações pessoais do que de suas explicações a respeito de sua pesquisa.

---

<sup>5</sup> No ano de 2018 estas reuniões voltaram a ocorrer, já que os policiais conseguiram organizar seu novo espaço e o ocuparam. Estas reuniões são chamadas de “Entre nós”.

<sup>6</sup> Assim como o nome Marcela, o nome de todos os policiais citados são nomes fictícios, com exceção do ex Chefe de Polícia Álvaro Lins, o Assessor Especial de Relações Institucionais, Gilbert Stivanello, o então chefe de polícia civil Rivaldo Barbosa e o General Richard Nunes, secretário de segurança no período da intervenção militar na segurança do estado do Rio de Janeiro.



Assim como Whyte, descobri a importância das relações pessoais, conversar sobre coisas da vida, contar experiências e ouvir as deles. No início, rir de algumas piadas mesmo sem achar graça, o que com o tempo e proximidade foi mudando, pois passei a entender algumas piadas e então achar graça delas. Outras vezes podia não achar graça e quando necessário me posicionar a respeito do assunto e ser respeitada.

“À medida que fui sendo aceito pelos Norton e por vários outros grupos, tentei me tornar bastante agradável, de modo que as pessoas tivessem prazer de ver por perto. Ao mesmo tempo, tentei não influenciar o grupo, porque queria estudar a situação da maneira menos afetada possível por minha presença.” (WHYTE, 2005, p. 305)

Seguindo com as semelhanças do relato de campo de Whyte, tentei ser agradável ao grupo e não influenciar em suas intervenções. No entanto, buscava ser útil. Em alguns momentos em que já tínhamos mais proximidades e os policiais me pediam opiniões específicas sobre suas falas, eu contribuía de algum modo para que a fala deles se aproximasse mais dos jovens.

Em certa ocasião, ao falar sobre a responsabilidade que os alunos devem ter sobre si, o policial que fazia o papo com os alunos perguntou:

Policial: “Vocês estão mais seguros em casa ou no baile funk? Onde mais você pode ser estuprada, na escola ou no baile?”

Aluna responde: “mas aí você tá [sic] culpando a vítima!”

Policial: “Eu posso vir de viatura sem estar armado? Você é livre pra [sic] escolher mas é preso às consequências, precisamos pensar na auto gestão da segurança. Você quer pro[sic] outro mas não quer pra você.”

Então o policial tentou acabar com a discussão falando que é através da inteligência que se muda a realidade. Mas a aluna voltou a responder:

Aluna: “Voltando ao exemplo da menina<sup>7</sup>, falando que ela que se matou e é o agente indireto, você tá culpando também a menina que anda na rua e é estuprada.”

Policial: “A menina que foi estuprada por um monte, trocava sexo por drogas, vamos lá, sem preconceito, sem feminismo, sem machismo, vamos pensar de cima: A menina não poderia pensar que a escolha dela teria uma consequência? (as alunas reagem e ele não as deixa falar até que elas respondem que sim, a menina poderia) ela é livre, pode escolher o que quiser. O que eu quero passar pra vocês é que vocês se preservem. **Vocês é que escolhem colocar alguém no mundo, vocês são responsáveis por educar.** Até que essa visão mude **meninas**, vocês tem que se preservar (Grifo meu).”

O policial segue: “São as próprias mulheres que tem que mudar a cultura, as mães não reagem igual quando filhos e filhas são pequenos e beijam nas escolas. A mudança é na educação pra [sic] mulher poder usar o que ela quiser.”

---

<sup>7</sup> O policial contou uma história que ocorreu na Baixada Fluminense, onde uma menina se matou porque seu namorado jogou fotos íntimas dela na internet, seu pai a agrediu, sua mãe, muito religiosa, tratou como se fosse questão demoníaca, seus irmãos a esculacharam, a menina então pegou a arma do tio e se matou. O policial falou que o agente direto dessa morte era o namorado mas que a menina era o agente indireto da ação.

O policial fala para as meninas que continuam questionando que elas devem se despir do pré conceito, que estaria ligado a ele estar falando enquanto policial e homem, elas tinham que tirar as ideias feministas da cabeça e refletir.

Depois de muitas meninas falarem, a policial Marcela fala e tenta explicar de forma diferente que as meninas precisam se cuidar. As alunas reclamam que eles não estão culpando os meninos. Então Marcela fala que os meninos não podem ser moleques.

A mesma aluna que vinha debatendo com o policial, indiretamente chama os policiais de machistas, então o policial, já irritado, responde se legitimando que já falou com um enorme número de jovens no Papo, e que ninguém nunca chamou ele de machista. Como ele já tinha ganho a turma, que no momento já se mostrava impaciente com os questionamentos da menina, ele responde: “Pela reação da turma, só você entendeu isso!”

Neste momento, o diretor da escola interrompe dizendo: “o Papo está aqui para debater, para trazer luz, e não para julgar”. Mas a aluna ainda questiona a fala do policial que jogou a responsabilidade na mulher de ter que ter o filho e educar, então um menino pede a palavra:

**“Quando você vem aqui na escola e fala com as meninas na prevenção da vítima e não com o cara para não agir, você tá [sic] culpando a vítima, você não tá [sic] prevenindo a agressão às meninas, tá[sic] prevenindo as meninas” (Grifo meu).**

Os policiais não respondem diretamente ao menino, e se encaminham pra encerrar o assunto dizendo: “O nosso papo não é moralista nem impositor!”

Durante todo o período que acompanhei o Papo de Resposta, este foi o momento em que senti mais dificuldade. Os dois policiais, mas principalmente o que falou durante o papo com os alunos, estavam estressados ao fim do Papo. Eu continha minha vontade de falar e bebia muita água, como estratégia para não falar e não esboçar reações, até que o policial veio até a mim comentando que a menina fica repetindo o que as feministas falam, entre outras coisas. Quando não mais consegui ficar sem comentar sobre o que aconteceu, no entanto consegui conter minhas palavras. Aproveitei a crítica do aluno, acima grifada e falei a respeito do programa intencional a prevenção de atos ilícitos e neste momento o policial falar com a vítima, e lembrei que enquanto ele debatia com as alunas, grande parte dos alunos na sala riam das meninas que estavam debatendo, principalmente daquela que se impunha mais. Ainda acrescentei que se eles conseguem compreender erros da polícia, deveriam perceber o quanto ela é sim machista. Encerrei dizendo que não faz sentido um programa de prevenção de crimes e de “más condutas” dialogar com as meninas e não com os meninos, neste momento, sendo que em todos os exemplos expostos pelo policial na sala de aula, foram homens que praticam crimes contra as mulheres. Em todo o momento minha fala foi conduzida como uma forma de contribuição aos policiais, que ouviram mas logo a seguir, começou o papo com os alunos de outra turma então o assunto acabou.

O relato mostra uma situação muito marcante deste trabalho de campo e expõe as interações dos policiais com alunos, a intervenção do diretor da escola no calor da discussão, e minha interação enquanto pesquisadora, mulher, feminista e negra, com os policiais civis e os alunos em uma escola particular na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Passado este primeiro momento, é necessário apresentar do que se trata o programa Papo de Resposta, quando começou, quais as suas motivações, seu público, seu lugar na Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, entre outras coisas que o cerca.

## 1.2 Que Papo é esse?

Antes de abordar a criação e tudo o que envolve o programa, convém apresentar brevemente do que se trata o Papo de Resposta, como ele funciona, suas metas e objetivos. O referido programa, embora tenha sido criado para atender adolescentes e jovens, e ainda hoje esta seja sua principal atividade, atendendo escolas privadas e públicas a partir do nono ano do ensino fundamental, o Papo de Resposta também é feito em faculdades, empresas, ONGs, ou qualquer outro grupo organizado que os solicitar. Trabalham ainda buscando promover diálogos descontraídos com seu público, a respeito da prevenção do uso de drogas, da violência e ainda sobre o bem viver e responsabilidade individual dos jovens em suas escolhas<sup>8</sup>, segundo os policiais, eles não dispõem de nenhum tipo de cartilha ou material que os auxilie nos diálogos com os alunos. Fazem os Papos a partir de suas experiências e conhecimentos pessoais, e experiências e trocas acumuladas ao longo da carreira na polícia e principalmente no Papo de Resposta.

Estes encontros podem ser palestras isoladas, ou um ciclo com cinco encontros, visto pelos policiais como a metodologia ideal para as escolas. A reunião entre os coordenadores e professores da escola e alguns policiais escalados, é a primeira conversa, onde os policiais se apresentam, ouvem as demandas dos alunos que participarão do encontro e pedem licença aos professores para conversarem com seus alunos. Em seguida ocorre o Papo com os alunos, onde os agentes vão até a escola e conversam com os estudantes, abordando os temas salientados pelos professores e coordenadores, sempre focando na responsabilidade dos alunos com seu corpo, suas escolhas e suas condutas. No terceiro encontro, a escola leva os alunos para uma visita à Cidade da Polícia, onde conhecem as dependências do local e fazem uma aula como se estivessem na Academia de Polícia. Após, ocorre mais um Papo com os alunos na escola, em que os alunos podem apresentar uma espécie de seminário, ou música, teatro, enfim, algo dentro da temática para iniciar a discussão do assunto que já vem sendo abordado. No entanto, esta etapa do ciclo, embora citada pelos policiais, dificilmente ocorre pela demanda na agenda do Papo de Resposta, mas também pela dificuldade na agenda escolar. Então, por não ter sido presenciado, não será retratado nos relatos de campo presentes na pesquisa. Por fim, alguns agentes voltam à escola para uma conversa com a família dos alunos e então, encerra-se o ciclo.

Os policiais participantes do Papo de Resposta, geralmente quando vão se apresentar, contam como entraram para o programa, saindo das delegacias onde eram lotados e trabalhando exclusivamente com o Papo de Resposta. No entanto uma agente me explicou, que se algum policial tiver o desejo de participar de operações, não coincidindo com os horários das suas atividades no Papo de Resposta, eles são liberados para tal.

Importa ressaltar que a partir de observações no campo e algumas falas dos policiais, se pode perceber que o programa e os policiais que o compõe, nem sempre são bem vistos pelos policiais lotados em outras delegacias, que desempenham outras funções, visto que para os demais, seu trabalho não tem a mesma validade do trabalho dos policiais operacionais, mas os participantes do programa, de acordo com suas falas, tem a consciência de que seu trabalho de prevenção é o ideal para que se reduza o número de jovens que cometem crimes, para aumentar a esperança nos estudos de grande parte dos jovens que atendem, dentre outras coisas. Esta relação dos policiais com o programa chama atenção e motiva a realização desta pesquisa, pois, ainda que o ofício enquanto policiais civis, a priori, não incluía interações desta escala com a juventude, este grupo decidiu assim fazer.

---

<sup>8</sup> Sua principal página na internet encontra-se no Facebook: <https://www.facebook.com/papoderesposta/>

A partir de 2003, quando o Papo começou, os policiais interessados saíram da Delegacia de proteção à criança e ao adolescente e foram transferidos para a DCOD – Delegacia de Combate às Drogas, onde eram liberados, ainda não de maneira exclusiva, para fazer os papos nas escolas. O Papo de Responsa foi institucionalizado em 2012, pela resolução SESEG 619/2012, no entanto continuou vinculado à DCOD até 2016, quando passou a estar dentro da ASSERIN – Assessoria Especial para Relações Institucionais<sup>9</sup>, a partir da resolução SESEG 1021/2016. Sobre o modo como se estrutura a ASSERIN, a agente Marcela explica:

“Nós somos uma assessoria agora, dentro da ASSERIN tem a nossa coordenadoria, que é o Fundador A que é coordenador, e dentro dessa coordenadoria tem três serviços: serviço de educação, serviço de cultura e serviço de esporte, dentro da educação tá o Papo de Responsa. Pra fora, é só o Papo de Responsa, mas a gente conseguiu fazer uns links, dentro da metodologia do Papo de Responsa, a gente vai lá na parte de esporte, tem uma aula. Na parte da cultura também, que as vezes a gente leva o coral numa escola, dependendo da situação, então a gente conseguiu interligar eles. A Assessoria, quem comanda é o Dr. Gilbert, é o nosso delegado. Aí a coordenadoria tem três serviços, serviço de cultura, quem é responsável é o Tiago, esporte, responsável é a Luiza, e educação, o Fundador B. Esse tripé aqui da coordenadoria, assim que é dividida. A Assessoria é acima de Delegacia, tem a Chefia de Polícia e Assessorias estão todas aqui, abaixo da Chefia, nós somos assessores do chefe de polícia, aí tem várias Assessorias, o Fundador A é coordenador das três partes, cultura esporte e educação. Mas acaba todo mundo sendo Papo, todo mundo usa a blusa Papo de Responsa porque é o mais visível.” (Entrevista com a inspetora Marcela, 2017)

A inspetora de polícia Marcela, explicou o modo como se organiza a Assessoria Especial para Relações Institucionais. Os serviços de esporte e cultura são voltados para dentro da polícia, atendendo aos policiais que quiserem fazer as aulas dos esportes oferecidos, ou ainda participar das atividades da área da cultura, como o coral. O Papo de Responsa, que está ligado diretamente a área de educação, mas pela sua visibilidade, acaba nomeando os três

---

<sup>9</sup> Dia 29 de Janeiro de 2019, já concluindo a escrita desta dissertação, tomei conhecimento que houve uma mudança estrutural no organograma da polícia civil que comportava o Papo de Responsa. Então, entrei em contato com o Fundador A via whatsapp. Ele me explicou que a Assessoria Institucional para Assuntos Institucionais foi extinta. Segundo ele, o ponto fundamental foi que com a mudança de governo, a polícia civil deixa de ser uma instituição dentro de um guarda-chuva maior que é a Secretaria de Segurança e passa ela própria, a ser a Secretaria de Estado de Polícia Civil. Com isso, o Fundador A diz que é natural que algumas mudanças ocorressem, mas eles não esperavam que a ASSERIN, que na visão deles era um órgão bastante estratégico, fosse extinta. Então relata que alguns serviços que essa Assessoria prestava, também foram extintos junto. Segundo o policial, estes serviços extintos, não é interessante para a nova gestão do governo, então alguns foram extintos e outros serviços foram absorvidos em novos lugares. Então, a cultura e o esporte como atuavam pra dentro da instituição, foram para o guarda-chuva do Departamento Geral de Gestão de Pessoas porque funciona como um Departamento de Recursos Humanos da polícia civil, e esses serviços eram prestados para dentro da própria instituição, então entraram em uma área chamada pelos policiais de valorização profissional. Já o Papo de Responsa, o Fundador A disse ter um certo limbo e foi para o guarda-chuva da Academia de Polícia, dentro da Divisão de Ensino e ainda, debaixo de um serviço chamado de Serviço de Projetos Especiais. O Fundador A, explicou que isso não é formal ainda, porque a estrutura/ organograma da Academia está mudando, segundo o policial, o governo mudou dia primeiro, e no dia 29 já estão vivendo as mudanças estruturais e estruturantes da própria polícia civil. O Fundador A, afirma que o Papo vai continuar com a mesma metodologia, mesmo molde, mesmo público alvo, mas embaixo de um novo guarda-chuva. Então ressalta a possibilidade da Divisão que agora comporta o programa, querer usar o Papo para outras finalidades que vai obviamente desviar o Papo de Responsa da sua função, mas a intenção é que isso não ocorra. Além das mudanças estruturais, o Fundador A explicou ainda, que o Papo de Responsa foi retirado da estrutura física da Cidade da Polícia, agora terão sua cede na Academia de Polícia.

serviços, atualmente conta com a participação de oito policiais civis<sup>10</sup>, dentre eles, oficiais de cartório, inspetores de polícia e comissário de polícia. O Papo de Resposta possuía uma sala na Cidade da Polícia que todos diziam ser um espaço muito bom. Era um espaço que eles arrumaram ao seu agrado, sendo confortável para as suas reuniões, seus centros de estudo, onde convidavam diversos profissionais para darem palestras que contribuíam na formação do policial para desenvolver o Papo de Resposta. Este espaço foi tirado deles, para virar uma outra delegacia na Cidade da Polícia. Então, ficaram por mais de um ano alocados provisoriamente no Centro desportivo, onde tinham uma pequena sala. O outro espaço que lhes foi cedido, também dentro da Cidade da Polícia, ainda precisava de algumas reformas e acumulava todo o material e mobília retirados da antiga sala. Este realocamento esteve presente muitas vezes nas falas dos policiais. O que mostra novamente uma ausência de legitimidade<sup>11</sup>, dentro do meio policial que possibilitou a retirada do Papo de Resposta do seu espaço. Nota-se que se tratou de um ato político, e os policiais sentiram muito a falta deste espaço, mas atualmente o novo espaço encontra-se organizado e utilizado pelos mesmos.

### 1.3 A origem do programa

O programa Papo de Resposta iniciou-se no ano de 2003, com o nome de Projeto Civilzinho, no entanto com o passar do tempo, seus criadores acharam que Papo de Resposta, uma sugestão feita por um amigo, se encaixava melhor ao que de fato se propunham a fazer. Ao relatarem sua versão de como tudo ocorreu desde o início, os dois policiais que criaram o programa, se aproximam em certas falas e motivações, mas se afastam em outras, cada um acentuando uma espécie de protagonismo próprio, criando um mito de origem, onde encontra-se uma disputa pela versão mais utilizada pelos demais policiais nas escolas, e a mais conhecida pelas pessoas de modo geral. Sobre a criação do programa, o Fundador A relata:

“Então assim, é o meu óculos né, talvez eu seja, talvez não, certamente eu sou a única pessoa que pode contar essa história do início ao fim, do início até agora né, não necessariamente do início ao fim. Então assim, dentro de mim, essa história nasce na minha segunda operação policial, com trocas de tiros com meninos né, porque eles eram meninos atirando na gente, e nós fazendo o mesmo. Chegamos perto dos corpos dos meninos, tinham três corpos, os fuzis tavam [sic] quentes ainda, cápsulas de munição quanto você quisesse, e três meninos mortos, um tinha 16, um tinha acabado de fazer 18 e um tinha 19. Naquele momento ali me bateu uma intranquilidade. Assim, eu vi no rosto de alguns policiais orgulho, e não era orgulho porque a gente tinha tirado a vida de alguém, era orgulho porque na cultura policial por vezes a gente acredita que a missão tá [sic] cumprida, então são menos três bandidos, são menos três armas de grosso calibre, são menos munições, então a missão tá [sic] cumprida. Eu vi no rosto de alguns outros policiais indiferença e

---

<sup>10</sup> A área de educação da Assessoria Especial para Relações Institucionais, Papo de Resposta, é composta por oito policiais civis, dentre eles, encontra-se o Fundador A, um dos criadores do programa, inspetor de polícia, se comunica muito bem com todos, alunos, professores e demais funcionários da escola; Fundador B, outro criador do programa, oficial de cartório, também fala muito bem com todos os grupos que encontra no decorrer das etapas do Papo de Resposta; a inspetora de polícia Marcela, que foi minha informante ao longo da pesquisa, esta é muito carismática, geralmente conta experiências de forma engraçada; o policial que é comissário de polícia, geralmente bem comunicativo; o policial inspetor de polícia, dono das falas mais exaltadas nos debates com os alunos, citadas ao longo da dissertação; a policial inspetora de polícia mais voltada a serviços burocráticos, boa parte do período da pesquisa, encontrou-se em licença, porém, ao retornar, se mostrou muito solícita a mim; mais um policial inspetor de polícia, responsável por montar as agendas semanais e enviar por e-mail para uma extensa lista, normalmente preenchida pelos policiais do programa e os agentes educacionais que se encontram na agenda da semana; por fim, mais um policial com o cargo de inspetor de polícia, também sempre muito solícito a mim e bastante carismático com os alunos, embora tenha sido o último dos citados a ter contato direto com os alunos no Papo de Resposta.

<sup>11</sup> Embora o programa seja institucionalizado desde 2012.

não era indiferença porque a gente deixou de amar, era indiferença porque aqueles não foram os primeiros não seriam os últimos e a vida precisa seguir, e na minha cabeça uma inquietude muito grande. O Papo, da forma como ele é hoje conhecido, o embrião dele nasce ali dentro de mim. Na cabeça do Fundador B, que foi com quem eu fui dividir essa história, ele nasce em algum outro lugar que aí a gente vai ter eu perguntar pra ele, mas dentro de mim nasce ali. E quando eu fui conversar com ele em 2003, logo no início da minha carreira na polícia e a dele também, ele também tinha uma inquietude, inquietude muito parecida com a minha, muito embora o perfil dele fosse muito diferente...” (Entrevista com o Fundador A, 2018)

O Fundador A em entrevista, relatou como, na sua perspectiva, surgiu a ideia de desenvolver um trabalho com a juventude, que os aproximasse e evitasse que cenas como aquela que ele presenciou fosse cada vez mais comum. No entanto, o Fundador B, em entrevista, expõe suas razões que culminaram na criação do programa, que nasceu, como já citado, com o nome de “Projeto Civilzinho”.

“O que hoje é o Papo de Resposta, que nem sempre se chamou Papo de Resposta, ele surgiu a partir de uma inquietação pessoal, que já existia na cabeça de alguns, e que eu catalisei isso, por que? Porque na época eu trabalhava na 7ª DP, delegacia de Santa Tereza, e as delegacias legais tinham atendentes que eram psicólogos ou assistentes sociais preferencialmente, e uma amiga minha que era assistente social, a Marina, ela chefiava um centro de acolhimento de população de rua e vivia levando população de rua pra lá, e eu fiz naquele momento várias operações de acolhimento de população de rua no centro da cidade. E aí eu comecei a tomar contato, ter contato com um grupo que eu via pela janela do carro, pela janela do ônibus, que seja, mas que eu nunca tinha posto a mão nessas pessoas. Então aos poucos mergulhando no mundo da droga, no mundo da indigência, no mundo do sofrimento, no mundo da dor, e que eu não compreendia bem naquele momento e comecei a conversar com a Marina, que é essa assistente social. Por outro lado, a Polícia Federal tinha uma cartilha chamada ‘O brasileiro’, essa cartilha, ela tinha algumas informações voltadas para o público infantil, que era ‘não dê a mão para pessoas estranhas na rua’, ‘não chupe nem aceite bala de ninguém’, ‘não senta no colo de ninguém’, era uma cartilha mesmo desenhada assim, desenho tipo revista em quadrinho, e que o Felipe, que é um policial federal, fazia palestras sobre essa cartilha, ele contava a história da cartilha para a criança. O Felipe é muito amigo meu, me chamou pra ir uma vez. Concorre com isso também o fato que eu ingressei na polícia tarde, eu ingressei com 40 anos, e nesse momento, eu vinha de uma história na iniciativa privada, de gestão comercial, eu fui gerente e diretor comercial de empresas e na minha cabeça sempre tinha uma coisa: se você quer prestar um bom serviço, converse com o cliente. É o cliente que diz a você, como está sua empresa, o cliente que diz a você o que ele quer, qual o melhor produto, se você sabe conversar com o cliente, ele vai identificar pra você, vai fazer pra você uma consultoria de qualidade, a melhor possível, porque se você presta atenção nele e faz o que ele quer, então ele compra o que ele quer e você ganha cada vez mais dinheiro. Então eu fundi tudo isso e aliado a isso eu lembrei da minha história. Eu fui um menino pobre, nascido e criado no bairro de Olaria, ali pertinho do morro do Alemão, e perdi algo no entorno de dezessete amigos meus de infância e juventude mortos, assassinados, inclusive um primo meu foi morto na Vila Cruzeiro. Juntou tudo isso, fez um caldeirão na minha cabeça, eu chegando na polícia e eu pensei: gente, a gente tem que conversar com a sociedade, a gente tem que começar um diálogo com a sociedade, cerca de um ano depois que eu entrei pra polícia. E aí eu disse, não tem que conversar com a sociedade, eu fui trabalhar em plantão de delegacia, comecei a ouvir as histórias e disse “po” [sic] a

polícia é um universo de saber, de conhecimento, a gente tem que se apropriar disso, a gente tem que conversar com a sociedade. Sentei com a Marina e fiz um projeto acadêmico, literalmente uma proposta de projeto acadêmico, mandei pro chefe de polícia na época, que era o Álvaro Lins, o portador disso era o Fundador A, que era meu amigo desde então. E aí o Fundador A leu e falou: ‘Po’ [sic] que bacana, que legal, quero estar junto, quero estar junto, falei: Então ‘vamo [sic] nós’! Isso foi em 2002/2003, mais ou menos por aí. E aí eu comecei a conversar com o Fundador A, a gente começou a conceber como seria e num determinado dia a gente inaugurou o que seria o Papo de Resposta, numa palestra na escola Capitão Lemos Cunha, na Ilha do Governador, pra mais de quinhentos alunos, e foi um sucesso total. No início era muito baseado no empirismo como ainda é hoje e aí a gente começou a fazer palestras, o chefe de polícia era o delegado Álvaro Lins, que se mostrou simpático à ideia, deu apoio, disse: Não, isso é interessante, eu quero, me transferiu da 7ª DP pra Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e o Fundador A também, e nós ficávamos baseados lá, sem prejuízo do que a gente fazia lá, indo em operação, trabalhando e tal, mas aí a gente começou a fazer juntos, mais palestras, mais palestras, mais palestras. No início se chamou projeto ‘Civilzinho’, e foi assim que surgiu, o embrião da coisa foi isso. Depois foi crescendo, naturalmente, hoje tem essa projeção enorme. O público alvo de início era jovens, por que? Porque como eu acompanhei o Felipe falando para o público infantil, eu percebi que não era o nosso público ideal, porque na verdade eu sempre fui inquieto, sempre fui assim, questionador, eu estudava filosofia, estudava sociologia e tal, queria transformar o mundo eu era o jovem adolescente de 40 anos naquele momento e aí eu vi que o melhor terreno pra lançar as sementes que eu tinha e que eu queria, que é no que se baseia ainda o Papo de Resposta, que é no questionamento da realidade que está posta, está dada, não seria o público infantil, seria o público juvenil.” (Entrevista com Fundador B, 2018)

Percebe-se nas falas dos dois policiais fundadores que apesar de suas diferentes razões que originaram o que se pode compreender como mito de origem, eles narram sentir uma grande inconformidade com a realidade que fazem parte. Dizem ter consciência que os jovens são o público que eles mais entram em contato, seja em apreensões e prisões, operações e segundo eles, aqueles que entram em confronto com a polícia atentando contra sua vida, onde é “matar ou morrer”, nas palavras dos policiais. Os fundadores relatam acreditar que deste modo, irão conseguir alcançar os jovens e interferir em suas condutas na escola, na família, com amigos, e principalmente nas escolhas que farão. O Fundador A, em diferentes ocasiões, diz que o Papo de Resposta não é um programa de aproximação da polícia com a escola ou com qualquer outro segmento, trata-se, para ele, de um programa que aproxima pessoas de pessoas. Criando um espaço que, segundo ele, cria diálogos e interações que podem fazer a diferença na vida dos jovens atingidos. Diferença no modo como os jovens se enxergam e enxergam o mundo, em sua autoestima e perspectiva de futuro. Todo este discurso dos policiais fundadores, mostra uma grande esperança no programa e em seu alcance, demonstra de forma romântica o modo como estes policiais se colocam como um programa de prevenção e de extrema relevância para a segurança pública, assunto que será abordado no capítulo três desta dissertação.

Com todo este discurso, os policiais civis integrantes do Papo de Resposta, acreditam então, em um trabalho de aproximação, segundo um policial participante, não é com arma na mão disparando tiros que se resolve o problema da juventude envolvida com o crime e os problemas da segurança pública. Desta forma, o lema do programa é “levantar a voz e abaixar as armas”, prevenindo, portanto, que jovens entrem no “mundo do crime”. Nesta concepção, mundo do crime, refere-se às práticas tidas como ilícitas com ênfase no uso de drogas; na visão destes policiais e nos seus discursos, o uso de drogas é sempre associado ao tráfico, e

acusam os jovens, que segundo eles são possíveis usuários, de sustentarem o tráfico e toda rede de crimes que podem ocorrer decorrentes do mesmo. Utilizam como exemplo um assalto a avó do usuário, que eles chamam de “Zé droguinha”, “maconheiro”, ou ainda de forma jocosa chamam de “ervoafetivo”. Na estória contada, a avó do usuário vai ao banco pegar sua aposentadoria e na saída, é assaltada. No decorrer do assalto, é morta. Um latrocínio financiado pelo usuário de drogas; esta estória será melhor exposta e analisada mais adiante. No entanto, importa aqui, observar que, deste modo, os policiais civis que tem por função desenvolver um trabalho investigativo, efetuar prisões, operações e, de modo geral, atuar após o crime já ter ocorrido, não acreditam estarem desviados de sua função, trabalhando na prevenção de crimes, já que assim, eles diminuem o número de trabalho que teriam lá na frente, pensando nos policiais que estão “na ponta”. Deste modo, eles acreditam estar trabalhando em prol da segurança pública. Neste sentido, é necessário considerar que segurança pública é uma categoria que tem sua definição e prescrição constantemente em disputa pelos ativistas, pesquisadores e pelos seus operadores (CARUSO; FREITAS; MUNIZ, 2017).

Vale ressaltar que o Papo de Resposta é sempre convidado para ir às escolas, dentre as possibilidades de atuação. Faz parte da prática do programa ser convidado para desenvolver sua metodologia nas escolas. Segundo Bittner (2003), nos diferentes modos de recorrência a polícia, os policiais são chamados sobretudo porque, em geral, eles são reconhecidos como aqueles que detêm oficialmente o poder para forçar a submissão. Desta forma, o Papo de Resposta, encontra-se em um lugar em que se reconhece como força legítima do Estado que deve ser procurada, e em contrapartida, os diretores das escolas percebem este poder de forçar a submissão, procurando os policiais para que eles desenvolvam sua metodologia com seus alunos. Quando um grande número de alunos, se não todos não podem ser contemplados, a turma escolhida é aquela que concentra os alunos considerados indisciplinados e por vezes violentos. Ainda recorrendo a literatura do assunto, Bayley (2006), em seu livro “Padrões de Policiamento uma análise comparativa internacional”, ressalta que o policiamento requer legitimidade do grupo. Segundo o autor, o policiamento implica na autorização do grupo. Desta forma, embora não seja este o objetivo principal desta pesquisa, importa ressaltar que, de algum modo, os profissionais da área da educação que entram em contato com o programa desejando sua visita, (salientando que a agenda do Papo de Resposta é muito extensa por todo o estado do Rio de Janeiro), reafirmam a autoridade policial e seu discurso e poder de submissão. Acreditam no papel redentor e preventivo que o programa oferece.

#### **1.4 Estratégias de comunicação**

Por acreditar que é através das conversas que podem ajudar aos jovens a melhorar sua autoestima, condutas, responsabilidade, entre outros, e assim acreditar que estão contribuindo para a segurança pública, o Papo de Resposta, desde o início em 2003, enfrenta dificuldades de legitimação dentro da polícia. Apesar dos chefes de polícia sempre concordarem com as ações, e da institucionalização do programa no organograma da polícia civil, alguns policiais civis desconhecem o programa e muitos outros, não concordam ou não veem propósito na sua existência. Quando perguntada se a repercussão do programa dentro da polícia civil é ruim, a policial Marcela respondeu:

“É, eu acho que até certo ponto, até eles conhecerem, quando eles conhecem o Papo, eu vejo muitos que falam: Po que trabalho maneiro, vai na escola do meu filho? Po tem como tu ir não sei aonde? Porque eles olham assim: Papo de Resposta, essa parada aí é de brincadeira, é tudo brincadeira, os maconheiro da polícia, nós somos os maconheiros, que conversar com maconheiro o que! A grande maioria acha isso. Mas ainda assim, eu acho



que isso tá mudando, a gente tá tentando crescer pra dentro. A gente tá fazendo eles conhecerem, porque na verdade os próprios policiais falam isso sem conhecer, até eu falava: Esse negócio de Papo de Responsa é maior migué! Eu entrei na polícia em 2014, fiquei um ano e em 2015 eu fui pro Papo, até conhecer, quando você conhece, você vai à um Papo e depois que eles conhecem muda, eu já vi vários policiais que eram totalmente contrários e aí conheceu o Papo e pediu pra ir fazer Papo na escola da filha, ou policiais que achavam que o jeito era ser operacional, próprios policiais do Papo que eram extremamente operacionais e fazem Papo de Responsa, consegue vincular bem os dois pontos.” (Entrevista com a inspetora Marcela, 2017)

Sendo assim, os policiais do programa desenvolveram estratégias que os auxiliam na produção de visibilidade e legitimidade dentro da polícia. Ao fazerem o Papo de Responsa nas escolas, os policiais sempre pedem que os alunos sigam as páginas do programa nas redes sociais. E assim, com um número grande de fotos, seguidores e comentários, todos podem perceber que fazem um trabalho sério e com um retorno positivo. Segundo Marcela, o desafio maior é crescer “para dentro” da polícia. “Para fora” não é um problema, pois eles recebem muitos convites e tem uma agenda muito cheia. Ao longo dos capítulos, será relatado uma cerimônia de premiação de redações, ocorrida na Cidade da Polícia. Esta cerimônia, embora tenha ocorrido com outros objetivos, que ainda serão expostos, também se trata de uma estratégia de visibilidade. Já que na cerimônia encontrava-se um grande número de delegados e policiais.

Não apenas o programa dispõe de estratégias que o legitime dentro da polícia, mas com a boa visibilidade que é conferida pelas pessoas “fora da polícia” ao Papo de Responsa, o programa serve como uma estratégia de marketing para a polícia civil, sendo uma vitrine de bons policiais. Neste sentido, encontra-se atividades do Fundador A, que mesmo distante dos compromissos formais do Papo de Responsa, se apresenta como o policial civil, criador do programa, promovendo uma boa imagem da polícia civil e do Papo de Responsa<sup>12</sup>. A performance deste policial promovendo o programa, além de possibilitar que as pessoas tenham contato com o bom policial, é de grande valia para alcançarem a visibilidade e

---

<sup>12</sup> Seguem alguns links onde pode ser encontrado, trabalhos como documentários, e outras aparições em programas de televisão do Fundador A:

YOUTUBE, Trecho do documentário Relatos do front. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hkQRVvuFDuE> Acesso em: Janeiro, 2019;

YOUTUBE, Trailer oficial do documentário Logo Ali. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SehmnJy7tdk> Acesso em Janeiro, 2019;

YOUTUBE, O policial Beto Chaves relata a experiência de morar no Complexo do Alemão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hEv4BpiES8k> Acesso em Janeiro, 2019;

YOUTUBE, Papo de polícia primeiro episódio (primeira temporada). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3wOEUhdSWYg> Acesso em Janeiro, 2019;

INSTAGRAM, Página pessoal do Beto Chaves. Disponível em: <https://www.instagram.com/betochavesdealmeida/> Acesso em Janeiro, 2019;

FACEBOOK, Página oficial do Beto Chaves. Disponível em: <https://www.facebook.com/rchavesalmeida> Acesso em Janeiro, 2019.

Em alguns destes links mais antigos, o AfroReggae é citado, pois o projeto e o Papo de Responsa mantinham uma parceria. Segundo o Atlas produzido pela Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania, ocorrida em Brasília, no ano de 2009, o Papo de Responsa nasceu do encontro dos policiais com o Grupo Cultural AfroReggae. Onde percorrem escolas, percebendo a importância do pensamento juvenil, a partir de conversas. Segundo o Atlas, os encontros tem como objetivo, a quebra de paradigmas que se tem em relação ao outro. Assim, através dos depoimentos de um ex-criminoso e de um policial, se pode perceber nem todas as pessoas que cometeram delitos são violentas, e nem todos os policiais são arbitrários e insensíveis (GOVERNO FEDERAL, Atlas da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania, Brasília, 2009). Em conversa informal, o Fundador A, me explicou, sem maiores detalhes, que a parceria chegou ao fim, devido incompatibilidades de pensamentos.

legitimidade que esperam dentro da polícia. Pois ele atua em diferentes frentes como, por exemplo, participação de programas de televisão como entrevistado. Já manteve uma parceria com o Afroreggae, onde fizeram um programa chamado “Papo de Polícia” e no canal fechado Multishow. O Fundador A desenvolve, ainda, alguns documentários e nas últimas eleições, em 2018, foi candidato a deputado estadual do Rio de Janeiro, mas não obteve votos suficientes para ser eleito.

### 1.5 O bom policial

Os policiais que fazem parte deste programa, como já mencionado, acreditam estar contribuindo para melhorar a segurança pública, sendo policiais comprometidos com seu trabalho, se percebendo como o tipo ideal de “bom policial”, embora não usem exatamente estes termos, eles falam dos policiais ruins<sup>13</sup>, e se colocam em oposição aos mesmos. Sendo o bom policial, segundo eles, aquele que não se corrompe, que respeita o outro, cumpre com suas funções, compreende que deve servir a sociedade como um todo. Em seus discursos proferidos aos alunos, os policiais enfatizam e reforçam todo o senso comum institucional que carregam acerca de sua profissão.

Na interação rotineira dos policiais com demais segmentos da sociedade, a cultura policial é reproduzida através dos discursos pelos policiais do Papo de Resposta, ganhando cada ano mais notoriedade, visto que o programa tem sua agenda lotada, além de ser reproduzido nas polícias civis do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul<sup>14</sup>. Deste modo, o programa confere visibilidade à Polícia Civil do Rio de Janeiro, de modo que conseguem manter uma boa imagem do tipo ideal de policial<sup>15</sup>, se aproximando da sociedade, trabalhando na prevenção de crimes e de jovens criminosos. Weber conceitua “tipo ideal<sup>16</sup>” de modo que se torna útil para a presente análise. Segundo o autor:

“A sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se comprove ou se suspeite que determinadas relações – do tipo das representadas de modo abstrato na citada construção, a saber dos acontecimentos dependentes do mercado – chegaram a atuar, em grau, sobre a realidade, podemos representar e tornar compreensível pragmaticamente a natureza particular dessas relações mediante um tipo ideal. Esta possibilidade pode ser valiosa, e mesmo indispensável, tanto para a investigação, como para a exposição. No que diz respeito a investigação, o conceito de tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma ‘hipótese’, mas pretende apontar o caminho para formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos.” (WEBER, 1999, p. 137)

Para Weber, o tipo ideal serve para determinar a significação cultural de um evento individual, para caracterizá-lo. O tipo ideal é um meio de conhecimento, não um fim em si (WEBER, 1999). Deste modo, a utilização do tipo ideal do bom policial, torna-se uma ferramenta de compreensão do modo como estes determinados policiais se apresentam e se

---

<sup>13</sup> Os policiais ruins são mencionados quando os policiais perguntam para os alunos o que a sociedade acha da polícia, esperando que estes falem seus defeitos. Este relato será exposto adiante.

<sup>14</sup> A metodologia do Papo de Resposta foi replicada pela polícia civil do Espírito Santo em 2013, e pela polícia civil do Rio Grande do Sul em 2016. Foi oferecido um curso de multiplicadores pelos policiais do Papo de Resposta do Rio de Janeiro, e então as demais polícias puderam desenvolver o programa. Os respectivos links de suas páginas: <https://www.facebook.com/Papo-De-Resposta-Esp%C3%ADrito-Santo-164020880469879/timeline/> ; <https://www.facebook.com/Papo-de-Resposta-RS-1842033426075377/>

<sup>15</sup> Além de ser essa notoriedade um grande auxílio para manter os serviços das áreas da cultura e do esporte, já que são mais vistos, conferindo maior legitimidade para as três áreas.

<sup>16</sup> WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

percebem no decorrer de seu trabalho no Papo de Resposta. Utilizando o seu fazer profissional como mecanismo de distinção dos demais policiais que por vezes são agressivos e corruptos. O fato de se perceberem como bons policiais, está relacionado à prática esperada do policial civil. Isto pode ser visto na definição que a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro dispõe, a respeito da sua identidade organizacional, encontrada em sua página na internet <sup>17</sup>, onde tem por definição a sua missão, visão e valores:

“Missão: garantir os direitos fundamentais através da apuração eficiente e qualificada das infrações penais. Visão: ser reconhecida como polícia cidadã e referência pelo alto índice de elucidação das infrações penais. Valores: ética, hierarquia e disciplina, comprometimento, valorização do servidor, garantia dos direitos fundamentais, foco no cidadão, excelência e transparência na prestação do serviço policial, gestão por resultado e parcerias institucionais.” (Site da Polícia Civil do Rio de Janeiro, visto em Janeiro, 2019)

Mais recentemente, surgiu na polícia civil o Programa Delegacia Legal (PDL), que teve início em março de 1999. Segundo Nascimento (2014):

“O Programa Delegacia Legal surgiu com o objetivo de permitir uma mudança estrutural e cultural na forma de trabalho das delegacias de polícia. Para realizar tal propósito foi criado um Grupo Executivo, formado por administradores, delegados, policiais e outros profissionais e que é, até hoje, responsável pela execução do PDL. Conforme o Plano Estadual, o programa tem a intenção de “mudar” a forma de operar de uma delegacia de polícia, qualificar o atendimento ao cidadão e resgatar a função investigativa da corporação através da padronização arquitetônica, técnica e operacional.” (NASCIMENTO, 2014, p. 33)

Assim, a partir da missão, visão e valores da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, foi desenvolvido Programa Delegacia Legal, definindo uma nova forma operacional para a polícia civil. Deste modo, o “bom policial”, para os integrantes do Papo de Resposta, é aquele que age de acordo com estes valores institucionais e a partir da visão organizacional padronizada. Além de possuírem algumas capacidades obtidas na prática policial que são fundamentais para o seu fazer, como por exemplo, o faro policial.

Neste sentido, durante o período de pesquisa de campo, muitas vezes os policiais comentavam entre si quais alunos na escola eles identificavam como usuários de drogas. Isto independente da escola ser pública ou particular. Eles percebiam segundo seus meios discricionários e afirmavam entre si que determinados alunos eram usuários. Este “faro policial”, segundo Flavia Medeiros expõem em seu livro (2018) faz parte do que é descrito pelos policiais como elemento para a construção da verdade policial, contribuindo para a construção da imagem do bom policial.

“Nessa construção, o faro é descrito pelos policiais como aquilo que os leva a encontrar elementos para a construção de uma verdade policial sobre os fatos, como se houvesse uma capacidade cognitiva dos bons policiais na percepção de certos sujeitos, coisas e fatos em detrimento de outros. Para os policiais, o faro se apresenta como uma habilidade para a identificação de suspeitos, posto sua capacidade em reconhecer sujeitos perigosos e/ou criminosos. Expressando a valorização de habilidades naturalizadas e a legitimação do uso da intuição e de sensibilidades morais, o faro demonstra a

---

<sup>17</sup>Página da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.policiacivilrj.net.br/identidade\\_organizacional.php](http://www.policiacivilrj.net.br/identidade_organizacional.php) Acesso em: Janeiro, 2019.

decorrência de formas particulares de percepção e interação dos policiais com o mundo.” (MEDEIROS, 2018, p. 49)

Desta forma, percebe-se como o julgamento dos policiais em assertivamente afirmarem quem são os alunos que utilizam drogas, apresenta uma capacidade do bom policial de identificar suspeitos, reafirmar sua experiência de reconhecer elementos perigosos, acionando suas sensibilidades morais, como afirma a autora citada. Além disso, como salientou Medeiros (2018), este faro, demonstra as percepções e interações dos policiais com o mundo, suas convicções morais e formas de compreender performances e estereótipos que são acionadas no julgamento e acusação de um jovem usuário. Atribuindo a este jovem um status negativo, o que é notório quando por vezes, o policial chama a atenção da turma dizendo “Zé Droguinha”, “maconheiro”, “Ervoafetivo”. O tipo ideal do bom policial é reafirmado, em mais esta ação dos policiais civis em suas práticas no Papo de Resposta.

### **1.6 Identidade policial - “Poliçópolis”**

Um breve relato de campo será exposto adiante para dar início a discussão acerca da identidade policial que vem de uma cultura institucional, negada pelos policiais do Papo de Resposta quando dizem que os policiais não vieram de um lugar chamado “Poliçópolis”. Durante os Papos, eles afirmam não vir de “Poliçópolis”, mas virem da sociedade, assim como os indivíduos de qualquer profissão, os políticos, professores, alunos, engenheiros, enfim, citam algumas profissões e dizem que todos estes são fruto da sociedade.

É comum que os policiais comecem a conversa com os alunos perguntando o que a sociedade acha da polícia. Os alunos geralmente não ficam a vontade de início para responder à pergunta feita. Mas os policiais que geralmente são carismáticos e já estão acostumados com a situação de constrangimento por parte dos estudantes, incitam os jovens a responderem que a polícia é corrupta, assassina, mal educada, violenta, ladra, entre outros. Porém, em certa ocasião, quando o policial perguntou o que a sociedade acha da polícia, um aluno<sup>18</sup> respondeu que a polícia é elitista, o policial então perguntou se ele conhece a história da polícia e pra que ela existia. O aluno responde que a polícia desde o início surgiu para defender a elite. Então o policial perguntou o que isso significava. O menino respondeu que a polícia serve ao interesse da elite contra o proletariado.

Então o policial vai fazendo a aproximação dos defeitos da polícia com os alunos, pergunta se existe aluno que cola na prova, os alunos respondem que sim. Então este aluno está corrompendo o processo de ensino-aprendizagem, logo, tem aluno corrupto. Pergunta se tem aluno que rouba borracha, caneta. Quando os alunos dizem que sim, o policial fala que existe aluno ladrão. Lembra de casos que alunos que mataram outros, então também existe alunos assassinos. Assim o policial vai fazendo com cada uma das práticas ruins da polícia, antes levantados, sejam reconhecidos como práticas desempenhadas pelos alunos também. O mesmo aluno que antes chamou a polícia de elitista, fala: “vai pegar uma exceção” quando o policial fala do caso do aluno que matou o outro em Goiânia, então o policial responde que os maus policiais também são exceções, então faz o aluno concordar que não dá para generalizar.

O policial fala que o Papo de Resposta não é moralista nem acusatório, mas explica que cada um faz suas escolhas e continua no argumento que o indivíduo já é violento quando entra para a polícia, o caráter dele, já está formado. Outro aluno questiona se quando a corrupção vem de um servidor público não é pior, e o policial volta para questão da responsabilidade de cada um, no sentido de dizer que não importa o cargo que ocupa e se

---

<sup>18</sup> Este aluno, se mostrou questionador e respondia todas as perguntas feitas pelos policiais, inclusive a respeito da legalização das drogas.

ocupa, cada um tem responsabilidade pelos seus atos. O policial faz comparação do Brasil com outros países, no tocante a honestidade, então o aluno pergunta se ele não acha que comparar o Brasil com países da Europa não é injusto, então o policial responde que se pensar assim nunca vai mudar, mas para mudar temos que mudar tudo, inclusive a questão monetária. O aluno fala “então a mudança começa em vo...” O policial corta e diz: “a mudança começa de mim, em você, cada um”.

A partir deste relato, pode-se notar que os policiais individualizam as escolhas feitas pelas pessoas. No entanto, os jovens tem suas escolhas individualizadas<sup>19</sup> para que sejam responsabilizados pelos seus atos, principalmente pelas suas “más escolhas”, enquanto os policiais tem suas atitudes e escolhas individualizadas para amenizar erros institucionais que no discurso destes policiais do Papo de Responsa, são exceções. Segundo Lima (2004), com o modelo de sociedade moderna, surge o mercado e com ele, a possibilidade de escolha entre as opções por ele oferecidas, que podem trazer diferentes consequências aos indivíduos. O autor explica como a meritocracia encobre as desigualdades, usando como justificativa as diferentes performances dos cidadãos no mercado, já que nesta sociedade existe uma igualdade jurídica, que teoricamente coloca todos na mesma posição, naturalizando a ideia de igualdade entre os indivíduos.

“A situação paradoxal de vivermos em uma sociedade onde o mercado produz constantes desigualdades econômicas, que estão em tensão contínua com o princípio basilar da igualdade de todos perante a lei, não lhes desperta inquietações, porque tal situação de desigualdade é percebida como natural, devendo o mundo do direito reproduzir essa desigualdade para, eventualmente, distribuir também desigualmente o acesso aos bens jurídicos para, assim, fazer justiça.” (LIMA, 2004, p. 135)

Esta ideia de igualdade naturalizada socialmente, também é reproduzida pelos policiais do Papo de Responsa, fazendo com que os méritos sejam medidos e as escolhas valorizadas. Apesar de muitas vezes os policiais do programa negarem, a questão das escolhas feitas pelos policiais, é cultural, sendo relacionada a forma de socialização destes policiais desde a Academia de Polícia, ou pensando a partir da literatura da área, desde a criação da polícia.

“No Brasil, a segurança pública sempre foi entendida como tutela, já que as regras são externas aos sujeitos e a eles são aplicadas conforme a discricionariedade dos agentes do Estado, encarregados de fazê-la cumprir. Nesse modelo de controle social, a desigualdade entre os cidadãos é institucionalmente reconhecida e a justiça é sempre aplicada de forma particularizada.” (PAES, 2006, p. 23)

Segundo Paes, a desigualdade entre os cidadãos é institucionalmente reconhecida, no entanto, não é levada em consideração no sentido de busca por condições e igualdade social, no sentido oposto, o que ocorre é uma aparente igualdade de responsabilidades individuais, mas com diferentes fins. Para os jovens ocorre acusação e imputação de responsabilidades, para a polícia, atenuação da culpa dos agentes do Estado.

---

<sup>19</sup> O individualismo imputado pelo Papo de Responsa traz à tona o individualismo liberal, que tem por base a concepção de uma sociedade composta de homens livres e iguais que participam igualmente da esfera pública, e assim destaca-se pelos méritos individuais (FGV, 1987). Neste sentido, o exercício da liberdade individual implica em escolhas e o sucesso ou fracasso destas escolhas são de responsabilidade do indivíduo. Não cabe aqui fazer uma reflexão mais detalhada sobre as concepções liberais na teoria política; mas ressalto que em diferentes momentos do texto chamarei atenção para o discurso liberal “onde a escolha é sempre sua” que é repetido em todas as palestras pelos policiais do Papo de Responsa. Sobre Liberalismo ver Dicionário de Ciências Sociais. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1987.

Como exposto, o estudante chamou a polícia de elitista e afirmou que desde o seu início ela foi criada para defender a elite. Este aluno não foi procurado durante a pesquisa para saber como chegou a esta conclusão e apreender suas percepções, entretanto, sua frase, que deixou o policial extremamente agitado, vai de encontro com o arcabouço teórico presente nas ciências sociais. Neste sentido, Vivian Paes (2006) disserta:

“Com a invasão de Napoleão em Portugal, em 1807, a família real portuguesa e sua comitiva se transferiram para a colônia brasileira, em especial para sua capital, o Rio de Janeiro. Ao se defrontarem com uma população escrava e de pobres livres ocupando ostensivamente o espaço público da cidade, foi criado um policiamento regular para fazer o controle sobre o comportamento público de uma população “hostil e perigosa” e proteger a propriedade dos que vieram aqui se instalar. Assim, é criada em 10 de maio de 1808, a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil.” (PAES, 2006, p. 38)

Assim como o aluno veementemente afirmou, a polícia foi criada para proteger a elite de uma população hostil e perigosa. Segundo Batista (2014), um intendente, decidia sobre os comportamentos criminosos e punições a partir do monarca absoluto que concentrava em si os três poderes, esta população criminosa e hostil era a população negra de maioria escrava.

A ordem pública passa a ser prezada de forma mais enfática no momento em que a família real portuguesa chega ao Rio de Janeiro, logo, algo que só era o poder dos donos de escravos, passa a ser ordem do rei, que é o controle dos corpos para a manutenção da ordem social.

“No contexto do Brasil Colônia, a polícia tinha uma eficácia: ela atuava conforme os ideais centralizadores da elite política que criou e dirigia a polícia, já que orientava suas ações à coerção e controle dos comportamentos da maioria da população que não possuía propriedade. Toma forma uma burocracia estatal criada para controlar e manter a ordem social, porém a instituição supostamente regida por um universalismo impessoal garantiu a continuidade das relações hierárquicas tradicionais.” (PAES, 2006, p.40)

Esta burocracia Estatal que foi criada para controlar e manter a ordem social, embora tenha passado por algumas modificações até chegar ao que se conhece hoje como Polícia Militar e Polícia Civil, se manteve nas duas instituições. A função de manutenção da ordem, presente nos ideais do Papo de Resposta e na identidade policial de modo geral, demonstra que existe uma cultura policial que se perpetua. Existe uma moral policial presente na socialização do policial que forma sua identidade profissional.

Neste sentido, Jacqueline Muniz, em sua tese de doutorado (1999), intitulada “Ser policial é, sobretudo, uma questão de ser cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”, faz um apanhado histórico da polícia internacional, sempre associando a existência da mesma com o processo da perspectiva liberal do estado de direito. Já que esta perspectiva aumenta a pressão por garantia de direitos civis e aumenta os empreendimentos do Estado para monopolizar o uso da força. Enquanto que no Brasil, Muniz traz a dificuldade que a Polícia Militar do Rio de Janeiro enfrenta no seu processo identitário, visto tantos anos de subordinação institucional desta polícia ao exército.

“Pode-se dizer que resulta deste período o atual desenho do sistema policial brasileiro, com duas agências policiais estaduais realizando um ciclo incompleto de polícia: a Polícia Civil, apenas com atribuições judiciárias e investigativas, e a Polícia Militar, somente com funções de polícia fardada e ostensiva. A atual Constituição democrática manteve esta estrutura,

procurando conformar as organizações policiais às atribuições propriamente civis de polícia. Pela primeira vez, as questões policiais são tratadas, no texto constitucional, em um capítulo específico intitulado ‘Da Segurança Pública’.” (MUNIZ, 1999, p. 77)

Além da submissão diretamente ao exército, ocorreu a fusão dos Estados da Guanabara com o Rio de Janeiro, que foi mais um elemento complicador na reconstrução da identidade da polícia. De acordo com Muniz, essa crise identitária não impediu que na constituição de 1967 a polícia militar tivesse reafirmada a sua missão institucional referindo-se à manutenção ostensiva da ordem.

Embora o objeto desta pesquisa seja a polícia civil, os elementos conferidos por Jacqueline Muniz na pesquisa sobre a polícia militar, são importantes para perceber a construção da identidade policial, forjada ainda na academia de polícia, como por exemplo, a formação nas disciplinas da área jurídica, que como menciona a autora, tem grande relevância na formação do policial militar e reflete no seu agir cotidiano.

“A criminalização do mundo social é correlata ao já mencionado legalismo moral, cujos efeitos perversos em termos de ação cotidiana de polícia são, na maior parte dos casos, irreparáveis. Diferente dos usuais operadores do sistema criminal, os policiais ostensivos estão nas ruas interagindo de forma descontínua com os cidadãos em todo tipo de eventos. Se motivados por um imaginário excessivamente penal - quase sempre revestido de uma atraente aparência legalista - eles tendem a produzir e multiplicar os fatores criminogênicos que ambicionam prevenir. Como em uma espécie de profecia que se autocumprir, esses policiais, no afã de buscar ‘enquadrar a conduta criminosa’, acabam elevando o universo de elementos suspeitos ao limite da vida social - ela mesma passando a ser, paradoxalmente, identificada como ‘suspeita’ e ‘ilegal’.” (MUNIZ, 1999, p. 83)

Este trecho da dissertação, traz a memória tantos discursos típicos do Papo de Resposta, onde na intenção de prevenir condutas delituosas, ocorre por vezes a criminalização do mundo social por parte dos policiais que através de suas falas aos jovens, acionam os legalismos morais e esta espécie de profecia que se autocumprir, mencionada por Jacqueline Muniz (1999). Desta forma, independente de se tratar da polícia militar, ou polícia civil, há uma internalização de valores na formação policial que possibilita:

“A construção do ethos policial militar, ou melhor, a ressocialização no mundo da caserna imprime marcas simbólicas que são visíveis ao primeiro olhar, que se mostram evidentes logo no primeiro contato. O espírito da corporação encontra-se cuidadosamente inscrito no gestual dos policiais, no modo como se expressam, na distribuição do recurso à palavra, na forma de ingressar socialmente nos lugares, no jeito mesmo de interagir com as pessoas etc. Creio que mesmo uma pessoa desinteressada e distante do universo dos policiais militares é capaz de notar algumas características peculiares e até pitorescas do seu comportamento.” (MUNIZ, 1999, p. 89)

Ainda discutindo a formação e prática policial, Caruso, Moraes e Pinto (2006), desenvolveram uma pesquisa a respeito da formação do policial militar no Rio de Janeiro. Esta formação, segundo a conclusão das autoras, vai da escola à prática nas ruas. No artigo, as autoras visam desempenhar uma análise do processo de aprendizagem e transmissão de conhecimentos práticos entre os policiais militares, desde os oficiais até os praças. Ressaltando as falas dos entrevistados sobre como se aprende a ser policial “na prática” e “nas ruas”.

Segundo as autoras, o Manual Básico da Polícia Militar, que deveria guiar as práticas dos policiais na rua, foi feito em 1987, o que permite que uma série de “notas de instrução” (CARUSO; MORAES; PINTO, 2006) sejam anexadas ao manual. O que soluciona acontecimentos emergenciais, mas não sugere um conjunto único de procedimentos, fazendo com que os policiais criem suas próprias técnicas de atuação.

Desta forma, na prática, os policiais vão desenvolvendo técnicas e soluções, tomadas de decisões e outras ações a partir de suas experiências cotidianas. No entanto, importa ressaltar, que ainda assim, as hierarquias apreendidas na corporação são respeitadas e validadas nas práticas cotidianas na rua. Isto por que, quando o policial se forma na academia, já incorporou o ethos militar.

“Vale destacar que o processo de ensino e aprendizagem numa instituição que carrega a marca militarista implica, sobretudo, na internalização do ethos militar, isto é, na disciplinarização dos alunos às regras deste mundo, buscando efetivamente distanciar-lo das marcas que carregam do mundo civil.” (CARUSO; MORAES; PINTO, 2006, p. 11)

O processo institucional de ensino aprendizagem de um policial, envolve avaliações escritas, mas importa ainda, que o futuro policial aja como tal. Segundo as autoras, o setor dentro da polícia militar, responsável pela transformação do jovem em policial militar, é o corpo de alunos, que formata os indivíduos para serem policiais militares. Os alunos são avaliados fora da sala de aula, e fora da escola, pois, importa que sua conduta esteja de acordo com os valores e práticas da corporação.

Então, pode-se perceber, que diferente do discurso dos policiais do Papo de Resposta, os policiais são introduzidos em uma instituição que adentra corpos e mentes para assimilarem os discursos e metodologias de ser policial, o que permite a existência de “Políciópolis” enquanto instituição policial. À medida que são inseridos na Academia de Polícia, estes indivíduos internalizam uma série de valores e práticas que reproduzem e reforçam em seu dia a dia no fazer policial. Assim, Roberto Kant de Lima afirma:

“A formação do policial entre nós tem sido tradicionalmente centrada na ideia de ‘treinamento’ ou ‘instrução’, onde se busca a padronização de procedimentos, na base de repetições mecânicas, reproduzindo uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas, como as questões da infância e da adolescência, das drogas, da discriminação social, racial e de gênero, do idoso etc. Em suma, ‘condiciona-se’ o policial para obedecer ordens irreflexivamente, seguindo comandos, para depois colocá-lo sozinho diante da realidade conflitiva das ruas, esperando que ele aja reflexivamente, e tome suas decisões com bom senso e equilíbrio.” (LIMA, 2008 p.252)

Desta forma, Poncioni (2003) em sua tese de doutorado, aborda a construção da identidade profissional do policial. Poncioni relativiza o conceito de profissional, de modo que, ainda que o conceito de profissional esteja relacionado com o exercício das atividades policiais, não existe um consenso entre estudiosos sociólogos e os policiais, ou ainda entre os próprios policiais no que tange a atividade policial a partir do estatuto profissional da polícia. Então a autora traz o caráter funcional e organizacional no modelo profissional da polícia e suas consequências no seu trabalho.

“Assim sendo, compreende-se por ‘modelo policial profissional’, uma versão simplificada e abstrata da realidade, constituindo-se num quadro de referência analítico, que apresenta um conjunto coeso de argumentos acerca



do papel, das funções e da missão da polícia, da filosofia de trabalho, da política administrativa adotada e das estratégias e tá ticas operacionais concebidas pela organização para moldar o comportamento policial.” (PONCIONI, 2003, p. 72)

Segundo a autora, as funções tradicionais policiais de repressão e prevenção nascem e se desenvolvem cada vez mais no intento de se manter a ordem e a segurança pública que a sociedade moderna requer (PONCIONI, 2003). Deste modo, reforçando mais uma vez a fala do estudante de que a polícia foi e é concebida para atender a determinados interesses, forjando neutralidade na aplicação da lei aos cidadãos.

“Poliçópolis” é um termo muito utilizado pelos policiais do Papo de Resposta no momento em que estão conversando com os estudantes, sempre no sentido de justificarem os erros dos policiais, mostrando que estes policiais vem da sociedade, portanto, se o policial é corrupto ou mal educado, ele já entrou assim para a polícia. De certo, uma pessoa é formada enquanto indivíduo não apenas por uma socialização única, mas constitui-se por múltiplas interações e grupos de contato, no entanto, trata-se de um profissional que, além de todas as formações que o constitui, passou por um período de formação institucional que, como Lima (2008) salienta, condiciona as práticas dos indivíduos e molda o comportamento do policial. Este adestramento institucional, encontrado nas corporações policiais aqui chamadas de “Poliçópolis”, ocorre visto que as mesmas constituem em formações no que Goffman conceitua como instituição total (GOFFMAN, 1961).

Erving Goffman, autor interacionista, definiu o que são as instituições totais e suas características, além disso, as nomeou separando-as em cinco agrupamentos diferentes de instituições totais. Goffman mostra como se dão as interações sociais e as estruturas do “eu” no sentido de mostrar como os indivíduos perdem e recriam identidades e formas de exercê-la frente as instituições totais que, para o autor, funcionam de forma parecida com um estado, governando aqueles que se encontram sob seu poder.

O autor pretende extrair um perfil geral da lista de instituições totais, e ainda generaliza dizendo que todas as instituições totais dão algo do seu mundo ao participante. Tem como característica a tendência de fechamento, seu caráter total é simbolizado pelas barreiras e proibições.

A instituição total, vista pelo autor como um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu, rompe com as três esferas básicas da vida na sociedade moderna: dormir, brincar e trabalhar. Os espaços distintos são retirados e todos estes aspectos da vida são regulados pela, agora, única autoridade da instituição no mesmo local. Além disso, todas atividades diárias são partilhadas entre todo o grupo nos horários previamente estabelecidos para atender os objetivos finais da instituição. Na estrutura da instituição, a mobilidade entre os estratos formados é limitada. A equipe dirigente tende a ser superior e correta, enquanto os internados tendem a ser superiores, fracos, errados, culpados e censuráveis. Portanto, esta distância social promove uma hierarquia que traz a lógica do “não pense, faça!”, o internado só precisa obedecer, sem que entenda a razão ou fim. Esta distância e restrições de contato, que é feito apenas por vias institucionais, segundo Goffman (1961), favorece que os indivíduos sejam cada vez mais estereotipados.

O internado chega a instituição com sua cultura aparente, com sua forma de vida, conjunto de atividades aceitas, enfim, todas as disposições sociais do seu mundo doméstico. Mas, ao entrar na instituição, o internado começa um processo de mortificação do seu eu. Em muitas das instituições, o indivíduo é rebaixado e humilhado. O internado começa a perceber que não exerce mais os papéis que lhe eram comuns no mundo doméstico. Existe agora uma

necessidade de cooperação da parte do novato, obrigações a cumprir e sua admissão na instituição faz parte do processo de despedidas e começos. Como exemplo, encontra-se o fato da desqualificação pessoal, da exposição involuntária, onde o internado sempre encontra-se em uma posição que pode ser visto e ouvido por alguém, e o fato de que muitas vezes o indivíduo não é mais chamado pelo seu nome, atende por números ou sobrenome. Outra fonte de mortificação do eu está ligada a conduta do internado que é avaliada constantemente e devem estar dentro dos padrões de deferência. Deste modo a pessoa vai internalizando o que Goffman (1961), chama de cultura do internado, que ocorre à medida que o indivíduo é exilado de sua vida pessoal, perde seus contatos sociais, que possibilitam algum tipo de consolo na vida civil.

Ao falar da equipe dirigente, é importante salientar que há uma distinção dentro da mesma. Aqueles que ocupam cargos superiores podem lidar com os internados de forma mais próximas pois acabam tendo menos contato, enquanto os que ocupam cargos que lidam diretamente com os internados, devem manter as tradições, desumanizam os internados para controlem seu emocional e não se envolvam gerando futuros problemas. A equipe dirigente ocupa um papel de onde defendem para os internados a perspectiva da instituição, como Goffman (1961) compara a instituição ao estado, pode se comparar a equipe dirigente aqueles agentes estatais que impõe a moral, regras e leis defendidas pelo estado. A equipe dirigente é responsável por cumprir os objetivos da determinada instituição, conferem nomes aos internados como forma de controle social, organizam cerimônias institucionais, festividades em feriados comemorativos, onde ocorrem atividades como teatros, jogos, onde internados e equipe dirigente apresentam-se juntos promovendo uma unidade entre o grupo.

“Em resumo, cada perspectiva institucional contém uma moralidade pessoal, e em cada instituição total podemos ver, em miniatura, o desenvolvimento de uma versão funcionalista da vida moral.” (GOFFMAN, 1961, p.79,80). Então, para que a moral da instituição e sua estabilidade seja mantida, há a necessidade de suprimir as distinções sociais externas entre os internados. Deste modo, a instituição total, pode estabelecer sua moral, suas regras, que é o que Goffman se propõe a mostrar, como instituições diferentes na interação com seus internados produzem sujeitos diferentes, a partir da mutilação do eu, cria-se uma razão para que aquela pessoa esteja na determinada instituição.

Com base na literatura, pode-se afirmar a existência de “Poliçópolis”, sendo ela uma representação das instituições policiais, portanto, observada como instituição total, com suas regras sociais, meios de regulação, com o trabalho e as sanções que fazem com que os indivíduos controlem suas necessidades humanas, criem dependência da instituição, internalizem regras e reestruturam o seu eu Goffman (1961).

Logo, a existência de “Poliçópolis”, termo acionado pelos policiais como negação de uma cultura policial, responsável por sua socialização e práticas, fica notória. A identidade policial é forjada e moldada de acordo com todas as construções sociais e morais presentes na instituição policial. O que mostra que condutas policiais não se tratam de condutas meramente individuais, mas reflete de uma questão social e cultural.

Esse capítulo teve como objetivo apresentar o programa Papo de Resposta, explicando seu funcionamento, metodologia e público alvo. Bem como mostrar os desdobramentos da criação do programa, as estratégias de comunicação e legitimação do Papo para fora da polícia, mas também para dentro. Neste sentido os policiais se apresentam como o tipo ideal do bom policial, conferindo uma boa imagem à instituição policial. Instituição essa, analisada aqui a partir do conceito de instituições totais, desenvolvido por Goffman. Desta forma,

apresentando valores, gestual, identidade, enfim, toda a cultura policial apreendida em “Políçópolis”.

## CAPÍTULO II - ENTRADA NA ESCOLA

A partir do momento em que algum representante da escola entra em contato com o programa, geralmente a direção ou coordenação, a escola é colocada na agenda do Papo de Resposta para que o ciclo seja iniciado. Neste capítulo, o caráter relacional do programa será exposto na interação dos policiais com diversos grupos de atores sociais.

### 2.1 Papo com os professores

No dia agendado, os policiais vão até a escola conversar com os professores, explicam quem são, o que acreditam e sua metodologia. Em entrevista, o Fundador A relatou que fazem questão de enfatizar a necessidade de serem convidados pela escola e em seguida conversar com os professores, como uma espécie de pedido de permissão para estarem na escola e conversarem com os alunos. Para ele, é mais eficiente falar com um professor e ele entender a razão pela qual os policiais estão ali, do que falarem e em seguida os professores desqualificarem seu trabalho com os alunos, já que são os professores que estão no dia a dia escolar.

“(…) são dois os motivos pra gente falar com os professores: o primeiro é dividir com eles a metodologia, então olha só, eu tenho essa ferramenta que que você acha? A gente não é a solução pros problemas que vocês enfrentam todos os dias na escola, mas a gente é uma boa ferramenta. Quem sabe a gente não pode ajudar no dia a dia de vocês? E o outro que é muito emblemático pra gente é pedir licença né, eu tô [sic] na tua casa, a minha casa é essa aqui né polícia civil e a delegacia; a casa do professor, é uma escola que ele dá aula, é uma sala de aula, nós policiais chegamos com nossos mandados, a gente mete o pé na porta, se você não abrir. E a gente abre a geladeira, senta no sofá, troca o canal da televisão, te prende, quem sabe não é legal pedir licença?” (Entrevista com o Fundador A, 2018)

Os policiais muitas vezes vão até às escolas conversar com os professores, uniformizados e armados, apesar de nesta etapa não ser uma regra, ocorre de irem direto de outra escola onde desenvolveram outras etapas, então não podem estar à paisana. Enquanto alguns professores ficam assustados, outros gostam da ideia e dizem que só assim para fazer os alunos respeitarem. Alguns professores, longe dos policiais, já me relatam que não gostam da ideia, mas como disse uma policial em entrevista, nunca ninguém se opôs. Esta reação quanto ao uso de armas dos profissionais da educação, não varia muito dos que trabalham em escolas públicas para os que trabalham nas privadas. Neste sentido de diferença de comportamento, o que os policiais observam e relatam é que os professores das escolas públicas, aproveitam este momento para reclamarem da falta de condições de trabalho, fazem queixas dos alunos que para eles são desinteressados, por vezes agressivos e violentos.

Será relatado a seguir uma conversa do Papo de Resposta com a Secretaria de Educação de um município da Baixada Fluminense, que fez o pedido junto ao programa para que eles atendessem todas as suas escolas, a partir das turmas do nono ano, já que a faixa etária destes jovens é a mínima atendida pelo Papo de Resposta. Na reunião estavam presentes: professoras, superintendente da Secretaria de educação e outras funcionárias e agentes de educação desta Secretaria.

No início da conversa o policial conta a história do Papo de Resposta, conta sobre os dois policiais com formação de confronto que criaram o Papo, fala a respeito da polícia do Rio de Janeiro ser a que mais mata, mas também a que mais morre. Ele conta o relato do Fundador A, dizendo que em uma das suas primeiras operações, meninos morreram, e o

Fundador A se deparou com a indiferença dos policiais. Então explica às professoras presentes que: “falar da violência na verdade é um início para falar da vida. A gente mexe com o imaginário deles, vindo de preto, de arma, fala de corrupção, desconstrói o estereótipo deles com a polícia e da polícia para com eles.” (Fala do policial às agentes da educação, 2018)

O policial explica que em 2004 começou o Papo, e que conseguiram fazer dele uma política de estado. O Papo de Resposta é um programa de política pública, independente do chefe de polícia, ele se mantém. Explica que falam com cerca de 40 mil jovens no ano, e se hoje estão vivos, pode ser por isso. O Papo diminui o trabalho na ponta, ou seja, diminui os confrontos com os próprios jovens.

A superintendente fala que a delinquência dos jovens é a mesma independente da classe social. A policial Marcela confirma que sim, mesmo em colégio de rico some celular, nas escolas públicas falta expectativa de vida. Marcela explica que o Papo é muito mais de criar relacionamentos humanos, explica a metodologia e fala que vão precisar de mais uma reunião para pedir licença à todos os professores que são a autoridade máxima na escola.

A educadora que estava presente diz que distância existente entre a polícia e a sociedade tem que acabar, fala da distância em comunidades, sobre dificuldade de aproximação de pessoas. Então o policial fala que não é só em comunidades, mas no mundo acadêmico também, explicando que existe uma distância muito grande entre a polícia e outros setores da sociedade. As agentes educacionais (total de nove), mostraram muito interesse na conversa com os policiais (total de dois) e em todas as propostas.

O mesmo interesse foi notado no Papo com os Professores em outro colégio particular na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O mesmo policial que fez o Papo na Secretaria Municipal de Educação na Baixada Fluminense, se apresenta, diz ter trinta anos de polícia, e que desde 2008 faz parte do Papo de Resposta.

O policial conta resumidamente a história da criação do Papo de Resposta, valorizando a versão do Fundador A. Conta que foi baleado em uma das suas primeiras operações e diz que os policiais acabam criando um tipo de defesa que é a desumanização. Isto porque, segundo ele, ninguém cuida de quem está na ponta, como professores e policiais. O policial segue se aproximando dos professores no tocante aos maus profissionais. Assim como existem maus professores, existem maus policiais e isto muitas vezes é produzido pela desumanização, já que ninguém cuida daqueles que estão na ponta. Desta forma, se aproxima dos professores, ganhando a aparente confiança destes.

Então começa a falar da responsabilidade que cada um deve ter com a sua conduta. Segundo o policial, os jovens daquele colégio tem duas responsabilidades, uma com a sua futura profissão e com a sua vida e depois terão com a sua profissão em si. Isto é, eles, desde já, devem ser responsáveis pelas suas futuras carreiras, só assim, quando desempenharem seu ofício, serão responsáveis com sua profissão e com o modo de agir em relação a tal.

O policial compara os alunos desta escola com os alunos que participam do Papo de Resposta e são de escolas localizadas em lugares muito pobres. Então salienta “A galera aqui sai pra voar alto” (Fala do policial aos professores, 2018), fala das diferenças de condições sociais entre os alunos, mas afirma que cometer crime é uma escolha. Para os policiais do programa, sempre trata-se de uma escolha individual e de total responsabilidade do indivíduo. Por isso, há importância fundamental no trabalho dos professores que devem ser mais valorizados, e a importância do próprio programa. Neste sentido, ressalta: “Se o jovem tem

uma boa influência na sua vida, em algum momento, ele tem a chance de mudar a sua trajetória” (Fala do policial aos professores, 2018).

Dois Papos com Professores foram expostos na intenção de demonstrar algumas discrepâncias, no sentido de que os policiais proferem discursos diferentes de acordo com a localidade em que estão inseridos, a realidade escolar e a receptividade dos professores. Como por exemplo, na Baixada Fluminense, se falou sobre o fato dos policiais usarem uniformes nas escolas, chegarem de viatura, vestidos com o uniforme, para mexer com o imaginário do aluno, causando certa distância muitas vezes, mexendo com os estereótipos existentes dos alunos para com os policiais, e dos policiais a respeito dos alunos. No que tange ao discurso para os professores na escola particular da Zona Oeste, se falou sobre a responsabilidade que os alunos tem com as suas profissões futuras, já que os alunos que saem desta escola, “vão voar alto” como disse o policial.

Nota-se que o Papo de Resposta é um programa relacional, interagindo com professores, estudantes e os responsáveis destes estudantes. Promovendo orientação de conduta principalmente para os jovens, mas não só, à medida que se coloca para diferentes grupos.

Orientação de conduta através da interação social, como conceitua Blumer (1980), que considera a interação social um meio de determinar comportamentos, se assemelhando com as interações do Papo de Resposta e conferindo ao programa um caráter traçado pelo interacionismo simbólico, que se trata de uma abordagem onde se percebe os significados atribuídos nas interações sociais. Isso é visto no processo de interação dos policiais com os outros grupos de indivíduos, significados são elaborados como produtos sociais. No caso do Papo de Resposta, esta interação não ocorre de forma igualitária hierarquicamente, o que permite a percepção de diferentes significados produzidos nesta interação social.

## **2.2 Papo com os alunos**

Dando segmento ao ciclo, o próximo passo é o Papo com os alunos. Neste momento os policiais vão até a escola fardados para conversar com as turmas de alunos escolhidos pela direção e coordenação da escola. Para o programa é importante o uso da farda pelo impacto que causa nos alunos, segundo a policial:

“Na minha percepção, eles de início são bloqueados, independente da classe social. Eles tem bloqueio com a polícia, e por isso a gente vai fardado e armado, é um dos motivos, da gente ir vestido de preto, com arma, pra eles nos olharem e nos identificarem como polícia, porque quando a gente vai de roupa comum e distintivo, não é a polícia, por mais que eles saibam, é um civil sem ser policial. E aí a gente bota o uniforme mesmo pra mostrarmos que somos policiais e eles olharem e já saberem quem nós somos. Somos corruptos, bandidos, assassinos, que é assim que é a imagem da polícia, o esteriótipo da polícia. E aí, pra minha surpresa, eu achava que era difícil mudar isso mas não é. Durante duas horas é o necessário pra quebrar esse esteriótipo que eles criam. Porque eles são muito influenciáveis, muito influenciáveis... É lógico que eu não posso comparar uma vivência de 14 anos de uma favela que a referência é o traficante, com duas horas eu falando ali, mas ainda assim você vê que eles são facilmente influenciáveis.” (Entrevista com a inspetora Marcela, 2017)

“Muito importante, o uniforme é muito simbólico, uma coisa é ir de uniforme outra coisa é ir sem uniforme. (...) Com os professores não, você pode estar com uma camisa gola polo nossa né e tal [sic], sem problema,

com a direção também, até mesmo a paisana né, como a gente é policial, com o distintivo pendurado, não tem problema. Mas com os alunos sem dúvida.” (Entrevista com o Fundador A, 2018)

Os policiais usam a farda no Papo de Resposta por alguns motivos, como relatado. Eles utilizam a farda para gerarem todo tipo de reação, fazem questão de usá-la nos papos com os alunos, já que de início causa um impacto nos estudantes, e confere legitimidade para os policiais. Segundo Goffman (2002), os indivíduos aprendem seus papéis sociais e dentro destes papéis desempenham suas representações. Para o autor, as interações sociais, como as promovidas pelo Papo de Resposta, são fundamentais para que cada um represente seu papel social. Neste sentido, a vestimenta, os trejeitos, gírias, armas e distintivos dos policiais, são essenciais para a representação de policial que se pretendem naquele momento.

Como os policiais acreditam no papel que desempenham, segundo suas próprias falas, eles estão sendo sinceros nas suas atuações. Este desempenho expressivo padronizado é denominado por Goffman como fachada. “Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a representação.” (GOFFMAN, 2002, p. 29). Portanto, se faz necessário notar que o uso das fardas dos policiais, está inteiramente relacionado com sua atuação nas interações com os jovens.

Voltando agora para estas interações nas escolas, vale lembrar que quem acompanha a visita é uma coordenadora, ou orientadora pedagógica, que sinaliza quando há algum aluno usuário de drogas, ou que trabalha na boca de fumo, sinaliza se há alguém que passou por problemas de exposição na internet, pelo vazamento de fotos íntimas e pessoais. Porém no geral, o que elas costumam apontar são os alunos “problemas<sup>20</sup>”, estes que se envolvem de algum modo com o uso de drogas ou os que são considerados agressivos e violentos. Além da escola sinalizar, os policiais ao longo da sua palestra, dizem conseguir identificar quais são os adolescentes usuários de drogas.

Neste momento do papo com os alunos, em especial, a intenção dos policiais é interferir na vida dos jovens das escolas com quem tem contato. A partir de suas interações e diálogos promovidos, o Fundador A explica:

“Na verdade, é o seguinte, você tá em uma escola em que muitas vezes a molecada vai pra comer, hoje com o mundo da internet, se você olhar o tio Google né, se um botar lá mil motivos pra usar droga, mil motivos pra não usar, mil motivos pra fazer uma coisa, vai achar, então assim, eles tem as informações. O barato é: Que tipo de pergunta eu quero fazer pro tio Google, entendeu? Então quando a gente trabalha nesse lugar do cérebro deles, da cabeça, do pensamento, da atitude sobretudo deles, o que eu tô fazendo é assim, a pergunta que você tem que fazer pro Google não é mil motivos pra você usar drogas, na verdade, a pergunta que você tem que fazer é mil motivos para não usar e mil motivos pra você ir para o mundo, não mil motivos pra você não ir, e não mil motivos pra você usar remédio, e não mil motivos pra você se suicidar, não mil motivos pra você fumar um baseado,

---

<sup>20</sup> “Sujeito construído na cultura escolar enquanto ‘não aluno’ em um processo atravessado por questões étnico-raciais, de classe e de gênero que se dá, necessariamente, nas interações conflituosas no ambiente escolar tendo em vista a manutenção da organização escolar estabelecida. O comportamento desviante é o primeiro critério a ser atendimento, entretanto, não é o único. O estigma do aluno-problema tende a ser produto da convergência entre pobreza, aspectos raciais e gênero na definição das regras e na definição do que é considerado subversivo, desestabilizador e perturbador.” (Edson Gomes, “Aluno problema: uma proposta de análise da produção do estigma em escolas de um município da Baixada Fluminense”. Projeto de Qualificação do Doutorado do Programa de Pós Graduação de Educação – UFRJ, 2018)

mil motivos pra você fazer o que tem que ser feito, entendeu?! Então isso é muito melhor do que qualquer outra coisa, aí eu entro numa escola que o moleque vai pra comer, que sentido tem eu falar pra ele: Oh! Droga é ruim! O moleque tá pensando em sobreviver todo dia, a menina por vezes só tem uma calça. Eu tenho que falar o que? Sobre matemática, física, eu tenho que falar sobre direitos humanos, cultura de paz? A menina nem se sente sujeito disso, nem sabe o que é isso, eu tenho que falar: Oh, tamo junto, eu acredito! Independente das intemperes, independente do que a sua família pensa, você pode conseguir alcançar o que você quiser, e aí você vê que faz uma diferença gigantesca na cabecinha deles. E não é diferente em escola particular, só tem um outro jeito de fazer, as necessidades são parecidas. O jovem, ele se sente muito mal escutado, ele não se sente escutado, aliás uma boa parte de nós não se sente escutado, o que gera uma invisibilidade, um senso de inutilidade pra muitos deles. Tem um vazio de autoridade, porque por vezes você tem até autoritarismo mas não tem autoridade, por outro lado, referências nocivas, você tem referências que são muito ruins na sociedade que a gente vive por vezes, famílias fragmentadas, o que também atrapalha bastante, e um sentimento de que, e é natural entre os jovens né, de que eu deixo de escutar aquelas pessoas que são referências pra mim, aquelas poucas ainda, então eu passo a ser influenciado por pessoas que não são tão referências assim né. E aí assim você vê muitos vazios na formação desses meninos e meninas, e uma boa parte deles tá consistindo no vazio humano né.” (Entrevista com o Fundador A, 2018)

Ainda que nesta fala o Fundador A indique o intuito de levar os alunos a questionarem e refletirem sobre sua realidade, de motivar os alunos a continuarem estudando, e alcançarem seus objetivos, à medida que interagem com os alunos, proferem discursos que evidenciam um conjunto de valores e moralidades do que seja um jovem de comportamento adequado segundo a polícia e o senso comum. Nisto se encontra uma contradição importante na compreensão dos discursos e práticas dos policiais do programa. Como se percebe em muitas falas, os policiais evidenciam sempre que não são moralistas ou acusatórios, no entanto, suas falas estão carregadas de valores próprios de “Poliçópolis”. Estas estratégias discursivas serão explanadas com mais ênfase no próximo capítulo, no entanto, vale marcar aqui a existência desta contradição, percebida em diversos discursos, como se pode notar no relato de um Papo com os alunos do nono ano, em uma escola do município do Rio de Janeiro, localizada na Zona Norte.

Ao começar a falar, a policial não teve a atenção que geralmente tem nas escolas. Ela é comunicativa e muito carismática, então conseguir se comunicar bem com os jovens, não costuma ser um problema para a mesma. Porém, neste dia, os alunos, que por serem do nono ano, eram mais novos que a faixa etária preferencial dos policiais e estavam muito agitados e falando muito alto. Desta forma, a policial começa a conversa diferente do que ocorre no geral, falando de forma dura com os estudantes.

“O que vocês acham que a polícia está fazendo aqui na escola de vocês? **A gente tá cansado de prender meninos e meninas com a cara de vocês, é a cara de vocês na ponta do meu fuzil, são vocês que mais morrem. É a cara de vocês que mais passa fome, que tá no DEGASE.** Quarenta e oito mil jovens morreram ano passado. Jovens, negros, de baixa escolaridade e pobres, jovens que não querem escutar, jovens que lá na ponta eu pego. Eu era muito pobre, muito pobre, vi que a única saída era estudar. Com muita dificuldade me formei e passei para polícia, pra acabar com o tráfico e dar tiro. Mas conheci o Papo através de um amigo (...) e entrei pro Papo.” (Fala da policial aos alunos, 2018) (Grifo meu).



Ao falar sobre os confrontos armados com jovens a policial fala:

“Falhou muita coisa quando eles trocaram tiro com a gente, falhou escola, família, religião, eles nos odeiam porque contaram uma história pra eles!” Neste momento, os alunos começam a prestar mais atenção na policial. E ela segue: “O verdadeiro traficante tá na cobertura, o filho dele vai nadar com golfinho, o filho dos outros fuma o baseadinho e banca tudo isso. **Tô aqui pra tirarem aquela coisa do cavalo do rosto e virem que o mundo não é o bairro de vocês, o mundo é muito maior. Porque pra pegar na arma não precisa coragem, mas pra mudar a realidade precisa.**” (Fala da policial aos alunos, 2018) (Grifo meu).

Então a policial conclui para passar a palavra para seu colega que então começaria o Papo com os alunos.

“Gente, comecei brigando com vocês porque vocês não querem ouvir, não quero pegar vocês na ponta do fuzil lá fora. A gente vacila mesmo nessa idade mas temos que ouvir. Toda escolha tem consequência, não dá pra [sic] plantar tomate e querer abacaxi. O Papo não é acusatório e nem moralista. Vocês podem ir muito além disso, não deixa a galera que tá lá em cima pisar em vocês não. Você pode, só depende de você. É claro que pra nossa realidade é muito mais difícil. Bate no peito e assume teu problema vou passar por isso e vou resolver meu problema. Não querem que vocês sonhem! Porque se vocês sonharem vocês vão longe, hoje eu vejo que teve resultado. Hoje eu vejo que teve resultado, o atalho vem fácil mas vai fácil.” (Fala da policial aos alunos, 2018)

Passado este momento, o outro policial assume o Papo. Inicia falando a respeito da capacidade de pensar, que com a dinâmica do mundo, tudo muda muito rápido e todos passam a agir sem que reflitam em suas atitudes. Então continua:

“Enquanto a Marcela falava, muitos de vocês não estavam prestando atenção e talvez estes sejam os que mais precisam. Mas uma hora vocês vão ter que nos escutar porque a polícia tem esse poder de falar e de dizer não. As vezes o não é prender, mandar pro DEGASE, e as vezes é de tirar a vida. Já perdi a conta de quantos amigos eu já enterrei.

Tem bandido na polícia? Tem! Mas ele já entrou lá bandido? Não! é um processo, assim como o Fernandinho Beira Mar não começou assim. Nós quando somos jovens, temos muita energia, por vezes não pensamos. Meus pais eram pobres, não passamos necessidades, mas estudei em escola pública, dividia o quarto com minhas duas irmãs, e meus pais no outro quarto. Nós fizemos boas escolhas, nós sonhamos. Temos uma vida maneirona, a partir do esforço que nós tivemos. Quando eu tinha 18 anos meu irmão nasceu, estudou em escolas particulares, já tinha uma casa melhor, só com meus pais e 3 quartos. E meu irmão fez uma escolha diferente da nossa, com 12 anos ele usou maconha pela primeira vez. Vendia as coisas em casa, sofreu muito e fez minha família sofrer pra caramba. Meus pais se separaram e ele foi morar com a minha mãe. Ele precisava de dinheiro e ela não tinha, ela com medo me chamava, minha vontade era de espancar meu irmão, porque muitas vezes a gente não pensa e repete.

Quando a gente olha pra polícia pensa: bandido e corrupto. E o estudante da escola pública? O que pensam? Então os Alunos respondem:

bandidos, marginais. Assumindo para si o estigma que lhes é imputado. Nos três aqui viemos de escolas públicas e não repetimos<sup>21</sup>.

Qual a repetição do policial sobre quem usa droga? Trata mal, eu não repetia tanto mas brigava muito com meu irmão. Nisso, eu me afastava cada vez mais dele, então fui procurar ajuda. Descobri o que é adicção – vício, meu irmão tem uma doença que não tem cura, aí eu vi que não teria como mudar o comportamento dele, mas podia mudar o meu. Bem meu irmão é um doente, ele não precisa de repreensão, precisa de cuidado. Fui conversar com ele, falei: você tem uma doença, vou cuidar de você. Quando eu chegava e ele todo machucado, no hospital, eu conversava, fazia igual aqui no papo, fazia ele pensar. Meu irmão não queria encontrar o policial, mas quando pegou a maconha ele assume o risco. Um dia ele pediu ajuda pra mim, com a minha mudança de comportamento ele percebeu que eu queria ajudar. Meu irmão ficou numa clínica, tá limpo, mas tá com a doença, mas hoje ele tá com uma vida maneirona. Tá fichado. Todos vocês devem sonhar e chegar onde quiserem, mas com uma anotação, as vezes fica difícil.” (Fala do policial aos alunos, 2018)

Então o policial começa a falar sobre o outro tipo de uso das drogas, o uso recreativo. Exemplifica contando a história de uma amiga e diz que ela olha as notícias da cidade e acha a cidade muito violenta. Porém segundo o policial, a renda do traficante vem do tráfico, da droga, então explica aos alunos: “Nós somos o segundo lugar no mundo em consumo de drogas, quando alguém vai na boca e usa drogas, fuma maconha pra relaxar, coloca o preço em uma vida.” (Fala do policial aos alunos, 2018)

O policial conclui o papo com os alunos falando a respeito da importância de sonhar e correr atrás dos objetivos, independente das dificuldades. Por fim fala:

“Todos vocês chegarão? Não acredito! Tem gente que a gente vê que tá voando, já outros não acompanham, a dificuldade me mostra que sou capaz. Só os melhores chegam e vocês tem a obrigação de serem os melhores. É maneiro falar da dificuldade porque ela movimenta a gente.” (Fala do policial aos alunos, 2018)

Ainda a respeito do uso de drogas, agora em uma escola particular na Zona Oeste do Rio de Janeiro, outro policial do programa pergunta quem concorda com a regulamentação do uso de drogas. Muitos alunos levantam a mão a favor da descriminalização das drogas, então, o policial explica que o termo certo é regulamentação e pergunta quem é a favor só da maconha? Por que? O aluno responde que a maconha é uma droga leve, então ela pode ser regulamentada.

Outro aluno fala que deve legalizar todas com a justificativa de que a guerra contra as drogas é perdida. Para ele diminuiria as mortes de policiais, inocentes e traficantes. Usa como exemplo Portugal, que diminuiu o número de mortes por overdose, neste momento o policial o interrompe dizendo que aumentou 61% o número de prisões, contra argumentando o aluno. Afirmou não poder comparar a história do Brasil com a da Holanda e de Portugal, apesar do mesmo policial utilizar comparações com países europeus nos seus exemplos de boa conduta.

O policial argumenta que a regulamentação não vai resolver o problema do tráfico, visto que as pessoas mais pobres vão continuar comprando no comércio ilegal. Para tanto, usa como exemplo o comércio do cigarro “Gift”, que é vendido de forma ilegal e as pessoas

---

<sup>21</sup> Neste momento, o policial me usa como uma deles. Como uma pessoa que estudou em escolas públicas a vida toda e dentro do seu discurso, não repetiu as más atitudes e fez boas escolhas.

compram muito por ser mais barato do que as marcas de cigarro legalizadas. Fala sobre as passeatas a favor da legalização da maconha serem na Zona Sul do Rio de Janeiro, deste modo dizendo que para estes estudantes da Zona Oeste, não vai mudar em nada a legalização. Mesmo o menino tentando argumentar o policial não deixa, continua dizendo que tudo o que os alunos fizerem terá consequências. O policial diz que o adjetivo maconheiro é linguística, é aquele que fuma maconha. Pergunta, “quem vende carne? A turma responde: Açougueiro. Quem faz o pão? Padeiro. Quem fuma maconha? Maconheiro.”

Então ele chama a atenção da turma chamando:

“Ô maconheiro, quando você compra a maconha o dinheiro vai para comprar mais armas, vai pra pagar o radinho, vapor, contenção, mais mercadoria, arrego, e lucro, as vezes você aqui, maconheiro, nunca foi pro exterior, mas o filho do traficante vai. Aí sua avó vai pegar a aposentadoria dela e você vê na tv, latrocínio em frente ao Bradesco, e você vê que sua avó tá ali morta, aí sabe o que você fala? Esses policiais são um bando de merda! Mas sou eu quem financio o tráfico, a munição ou a arma, maconheiro? Ou você? Você vem falar da polícia? O maconheiro reclama da polícia? Não sou eu o culpado, o maconheiro financia o tráfico!” (Fala do policial aos alunos, 2018)

Para encerrar explica o funcionamento da adicção, progressão do vício, começando com drogas mais leves até chegar nas mais pesadas e explica que quanto mais novo, mais tendência a ficar viciado os alunos tem.

Ao acompanhar diversas escolas ao longo da pesquisa, torna-se notório que o programa Papo de Responsa de fato atende a diferentes escolas públicas e particulares em todo o estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, esperava-se encontrar discrepâncias contundentes ao comparar escolas das redes públicas e privadas, porém, o que mostrou-se uma importante distinção foi o fato da localidade da escola ser um fator de maior importância no modo como a comunicação entre os policiais e os alunos era feita. Existem escolas privadas que entram em contato com o programa pedindo para atender todas as suas unidades. Na medida em que os policiais vão fazendo os encontros na Zona Oeste, Zona Norte, outras regiões como Centro, Zona Sul, a forma da conversa pode ser mais sutil ou não, os exemplos, o linguajar com gírias e palavrões, embora os conteúdos sejam sempre muito parecidos, a partir da necessidade previamente salientada pela escola.

Importa destacar que nos relatos de campo, quer no Papo com professores, quer no Papo com os alunos, os policiais afirmam a importância do Papo de Responsa para atuar de forma preventiva na redução e orientação do comportamento juvenil.

Neste sentido, vale lembrar que ao final das conversas com os alunos os policiais sempre repetem a frase: “O papo nós já demos, agora a resposta é de vocês”, o que novamente imputa a responsabilidade das escolhas potencialmente criminosas feitas pelos jovens. Em determinada circunstância, em uma conversa informal, perguntei à uma policial do programa se eles não levam em consideração ao falarem com os jovens, determinadas situações de vulnerabilidades nas quais eles podem estar inseridos. A policial respondeu que levar estas possibilidades em consideração é o mesmo que justificar os crimes que os jovens cometem.

Nos espaços promovidos pelo Papo de Responsa, está em jogo uma disputa de compreensão das juventudes e das formas de vivências da mesma, além de partilharem o mesmo espaço urbano: “Jovens e policiais partilham o mesmo cenário urbano com motivações diferentes. Os policiais visam manter a ordem e jovens querem experimentar as

diferentes experiências e possibilidades, em suas tribos urbanas, práticas de esporte ou lazer.” (OLIVEIRA, 2005, p. 161).

De acordo com Oliveira (2005), os jovens são considerados muitas vezes como um problema social, fazendo com que sua relação com a polícia seja de desconfiança. Segundo Ramos e Musumeci (2005), a relação polícia-juventudes, portanto, se dá em sua maioria, através de abordagens policiais, sendo esta, uma das principais comunicações entre o Estado e esta categoria. Porém, a instituição policial, como já visto, desde a preparação de seus servidores, tem um senso comum com dispositivos que são acionados ao abordarem um indivíduo nas ruas. Todavia, estes dispositivos tornam jovens suspeitos, alguns mais do que outros. Jovem, homem, pobre e negro, é o tipo ideal do elemento suspeito. Toda esta hostilidade, impunidade por parte da polícia gera no jovem uma falta de confiança grande na instituição policial. Ademais, faz com que os jovens vejam os policiais como gangue, baseado nos crimes que a polícia comete e permanece sem a devida punição.

Os jovens temem sofrer ou por maus tratos ou por extorsão tamanha desconfiança na relação com a polícia. Estes marcadores fazem um cruzamento que produzem violências, desqualificação, estigmatização e criminalização da juventude, sendo esta uma discussão que não pode se ausentar desta pesquisa quando se observa o policial falando no espaço com os alunos, que é melhor conversar com eles ali, porque fora da escola, a conversa será na ponta do fuzil do policial.

Apesar do foco principal do Papo de Resposta ser a aproximação da polícia com a juventude, visando a prevenção de crimes e a garantia da cidadania e da construção do “bom cidadão”, que serão abordadas adiante, o Papo de Resposta conversa com outros grupos de atores sociais, sendo em última instância, um programa de aproximação da polícia com a sociedade. Visto que seus discursos alcançam os professores e alunos, aqui já abordados, mas também os responsáveis destes alunos, na última fase do ciclo na escola.

### **2.3 Juventudes e seus perfis**

O estudo sobre juventude é de suma importância, uma vez que, promove a possibilidade de quebrar alguns paradigmas reducionistas, que percebem as formas de vivenciar a juventude de modo homogêneo e simplista, sem abranger grandes distinções contextuais, históricas, geracionais, econômicas, sociais, entre tantas outras. É necessário levar em conta que a juventude é construída de maneiras diversas de acordo com as experiências vivenciadas por cada jovem.

Para que se faça esta discussão, portanto, é preciso trazer alguns autores que através de suas pesquisas, dissertam a respeito das juventudes e suas diferentes formas, lembrando que como salienta Bourdieu (1983), a reflexão do sociólogo sobre este assunto, deve partir do pressuposto que as divisões das idades são arbitrárias.

A categoria Juventude compreende uma gama de significados, então, é difícil conceituar o termo, uma vez que ele é por demais, heterogêneo. Rotineiramente ao falar sobre juventude, a primeira coisa que vem à mente é a classificação etária. Porém, ela não é fixa, pode variar de acordo com os órgãos a quem se refere. Bourdieu (1983), diz que os cortes etários são sempre objetos de manipulação. No entanto, a categoria vai muito além da idade. A classificação de juventude deve considerar a geração referida, o seu contexto histórico, social e econômico. O termo juventude abarca questões identitárias e formas distintas de desenvolver o “ser jovem”.

Além da faixa etária, muitos autores trabalham questões sobre o termo juventude relacionadas às perspectivas físicas, hormonais, pedagógicas, entre tantas outras. No entanto, a abordagem oferecida no presente trabalho, leva em consideração que “(...) a noção de juventude é tratada como instrumento que permite ver e analisar certos fenômenos sociais. O jovem não é mais tratado apenas como um segmento social, mas como um lócus privilegiado para refletir sobre questões sociais específicas.” (CASTRO,2009 p.110).

Esta noção traz a juventude para um lugar onde se pode tratar de questões sociais específicas, uma vez que, intrínseco a ela se encontra múltiplas dimensões. O lócus da juventude, implica em muitas formas de ser jovem e de viver a juventude. Estas formas se relacionam com os outros aspectos sociais que compõem a vida de uma pessoa, como por exemplo, o gênero, a classe social, se está localizado em um meio urbano ou rural, a existência ou ausência de algum tipo de religião, a geração em que os jovens em questão pertencem, enfim, apenas a categoria etária, não dá conta de definir o conceito de juventude, justamente por ser plural e estar sempre em construção.

“Es necesario, entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve; presentar los marcos sociales historicamente desarrollados que condicionan las distintas maneras de ser joven.” (MARGULIS e URRESTI, 2008 p.14-15.)

Portanto, se faz importante a compreensão do termo juventudes, no plural, como sugere Dayrell (2003), levando em conta todos os condicionantes que compõe a classificação do mesmo, visto que usando juventude no singular, não se descontrói a visão heterogênea e muitas dimensões da análise são perdidas pelo reducionismo da categoria, que se mostra insuficiente para qualquer tipo de análise que se proponha a estudar sobre o assunto. Tratar juventude de forma homogênea, significa, correr o risco de perder inúmeros aspectos relevantes para a sua compreensão.

Juarez Dayrell (2003) faz uma análise sobre juventude, onde questiona determinadas tendências que existem quando o tema é estudado. Estas tendências, referem-se à juventude como um período de preparação para a vida adulta, como se o indivíduo ao vivenciar a sua juventude não estivesse de fato vivendo, somente esperando o período da vida adulta para ter suas realizações. Fala também da visão romântica da juventude, como um período de liberdade e busca pelo prazer, uma fase onde se é permitido errar, como uma fase de ensaios. Também questiona a tendência de ver a juventude como um momento de crise com a sua personalidade, e crise com os que o cercam, onde o jovem se afasta da família.

Estas tendências, podem ser aproximadas do programa Papo de Resposta, no que tange a achar que jovens estão se preparando para o futuro, visto que os policiais usam muito o discurso de responsabilidade individual com o futuro, com a profissão. E ainda a negação do Papo de Resposta a respeito da juventude ser um período de experiências e possíveis erros, e a percepção da juventude como um momento de crise, um momento onde devem se cuidar e alinhar suas condutas. No entanto, segundo Dayrell, a própria vivência do jovem, contradiz estas tendências.

Uma vez que a juventude estudada por ele, passa por uma falta de perspectiva com relação ao seu futuro, então não estão em uma fase de transitoriedade e preparação, além disso, o romantismo da fase do prazer, também é questionado ao passo que estes jovens que participaram da pesquisa logo tem que trabalhar e muitas vezes deixar a vivencia do estilo, que segundo o autor, é um mediador do ser jovem, como segundo plano, as crises de

personalidade são vistas, mas diferente do já dito, quando estes jovens passam para a vida adulta. E a respeito das crises com a família, também são questionadas, já que os jovens tem uma boa relação com a família.

“Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.” (DAYRELL, 2003, p. 42.)

Cita ainda a juventude ser reduzida ao campo da cultura. Dayrell desenvolve sua pesquisa a partir de jovens envolvidos em grupos musicais e de produção cultural, porém, ele se propõe a olhar os jovens para além desses grupos, deseja vê-los como sujeitos sociais, que constroem seu modo de ser jovem:

“O mundo da cultura se apresenta mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que esses jovens se construam como sujeitos. Mas não podemos esquecer que, no Brasil, a modernização cultural que influencia tanto a vida desses jovens não é acompanhada de uma modernização social. Assim, se a cultura se apresenta como um espaço mais aberto é porque os outros espaços sociais estão fechados para eles. Portanto, não podemos cair numa postura ingênua de supervalorização do mundo da cultura como apanágio para todos os problemas e desafios enfrentados pelos jovens pobres. No contexto em que vivem, qualquer instituição, por si só – seja a escola, o trabalho ou aquelas ligadas à cultura, pouco pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude.” (DAYRELL, 2003, p.51.)

Estes indivíduos, constroem sua trajetória e se forjam como jovem, à medida que vivenciam determinadas situações, inseridos em contextos específicos que lhes permitem moldarem-se como sujeitos sociais que são. Enfrentando espaços sociais fechados, que não contribuem para a sua formação, não contam com um aparato de políticas públicas que garantam igualdade de condições no que se refere a qualquer área da vida de um jovem, como educação, acesso aos meios de informação, além de espaços de lazer onde possam expressar sua cultura. O que por vezes, adicionado a outras variáveis, ocasiona na criminalização destes jovens e de seus contextos. Como pode ser notado nos discursos mencionados dos policiais nos Papos com os alunos, ou ainda nos seus relatos ou comentários, a juventude muitas vezes é apontada como problema, mas detém o controle do seu destino, sendo responsável pela sua trajetória.

Ainda falando sobre a juventude ser socialmente construída, Bourdieu (1983), em “A juventude é apenas uma palavra” fala a respeito desta construção da juventude, mas também da velhice, que são construídas na luta entre os jovens e os velhos, sabendo que cada campo possui suas leis específicas para o envelhecimento, deste modo, cada campo possui suas regras e normas legitimadas que encontram-se em disputas.

Portanto, para o autor, a idade é um dado biológico manipulado e manipulável, onde dependendo da classe social, o jovem pode ser visto de diferentes maneiras. Para Bourdieu, a escola funciona como uma forma de distinção e de manipulação das aspirações dos

indivíduos, pois é um lugar que confere títulos, direitos, não sendo apenas um lugar para obter conhecimentos e técnicas. Esta manipulação das aspirações dos jovens nas escolas, traz o desfavorecimento das aspirações das chances reais, já que as juventudes são vivenciadas de modos diferentes e nem todos os alunos podem ter o ensino das boas escolas da França. Jovens da mesma idade, tem diferentes experiências e são vistos de formas diferentes. A escola mascara estas diferenças e as diferenças das oportunidades.

Bourdieu traz a juventude como dois pólos, fala que os adolescentes de família burguesa querem eternizar a adolescência, enquanto que os jovens operários, nem mesmo tem uma adolescência, se comparada a adolescência dos burgueses. Os adolescentes da classe popular muitas vezes querem abandonar a escola para começar a trabalhar mais cedo, eles tem o desejo de conquistar o “status” de adulto para assim terem as capacidades econômicas que lhe serão associadas.

Bourdieu ainda fala a respeito dos jovens de classe baixa precisarem de alguém para tomar conta, enquanto os jovens da classe dominante se assemelham mais com os adultos, pelos gostos e comportamentos. Dois extremos no espaço de possibilidades são vistos na análise de Bourdieu, são dois universos sociais que não possuem nada em comum. Um exemplo que o autor traz é o tipo de garotos que são parados nas ruas pela polícia. Encontram-se com cabelos compridos, mal vestidos e com motocicletas em mau estado. Bourdieu, assim como os outros autores supracitados, mostra como juventude vai muito além de uma palavra, fala sobre diferentes formas de construção geracional, e disputas que se encontra entre gerações, mas principalmente dentro da mesma geração.

#### **2.4 A produção de jovens desviantes**

Embora os policiais do programa reconheçam que para jovens pobres as oportunidades em relação a educação de qualidade, ensino superior, entre outras, seja mais difícil, marcadores como raça, classe e gênero, não são encontrados no discurso dos policiais quando falam a respeito do reconhecimento de algumas particularidades de cada grupo atendido nas escolas. Não são pautas reais, levadas em consideração pelo Papo de Resposta, no sentido de reconhecerem que existe desigualdades sociais que interferem diretamente no dia a dia de determinados jovens que participam do Papo. Isto ocorre porque para os policiais independente das condições de desigualdade social, econômica e familiar, a “resposta” pelos atos é sempre do jovem, se não pensarem assim, estão justificando o cometimento de crimes.

Este momento de conversa com os jovens, por vezes pode ser um ponto específico que reforça todo um processo de sujeição criminal que determinados jovens sofrem ao longo de sua trajetória. Segundo Misse (2010), a sujeição criminal ocorre no processo social que constrói as identidades dos indivíduos e as identifica como fazendo parte do mundo do crime. Há um processo de sujeição criminal quando ocorre a reprodução social de “tipos sociais” representados como criminais ou como criminosos em potencial. Sendo assim, a situação sócio-econômica, racial, nacionalidade ou naturalidade, faixa etária, gênero, filiação, religião, grau de escolaridade, vínculo empregatício e muitas outras dimensões (maneiras de vestir, gestual) servem socialmente para segregar, diferenciar e construir estereótipos de identidades sociais e são mobilizadas pela representação social para demarcar indivíduos suspeitos. Os recursos à disposição na maioria dos tipos suspeitos subordinam sua sujeição criminal à pobreza urbana e aos seus signos sociais, demarcando uma seleção social do crime, que não foi a polícia quem inventou, mas a sociedade (MISSE, 2010).

A sujeição criminal trata-se de um processo tão legítimo que passa a ser incorporado e a fazer sentido para os próprios acusados. Isto é evidenciado quando o policial pergunta na escola municipal da Zona Norte do Rio de Janeiro, como as pessoas percebem os alunos das

escolas públicas, e prontamente os estudantes respondem que são vistos como bandidos e marginais, sem que haja nenhum tipo de constrangimento ou estranhamento. Segundo Misse (2010), o sujeito criminal é produzido pela polícia, pela moralidade pública e pelas leis penais. Trata-se de um tipo de sujeito que carrega em si, todo o processo de acumulação social da violência (MISSE, 2008). Entendendo violência, segundo o autor, como categoria que descreve representações sociais do uso da força e estas representações sociais, tratam-se de crenças e valores que são apreendidas e norteiam condutas. Neste sentido, a violência pode ser uma categoria de acusação social, que é internalizada por determinados jovens que sofrem com o processo de sujeição criminal (MISSE, 2008).

Desta forma, a percepção de que o local em que a escola é inserida chama mais atenção do que se ela é pública ou particular, em relação aos discursos e posturas dos policiais, pode ser compreendida pelo fato de que: “Neste sentido, a sujeição criminal também se ‘territorializa’, ganha contornos especiais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada.” (Misse, 2010, p. 20, 21) A sujeição criminal é imputada a jovens que normalmente moram em localidades onde as desigualdades sociais são visíveis, por vezes a dinâmica do tráfico de drogas está presente, é utilizado para a territorialização desta sujeição. Para Misse (2010), a sujeição criminal, envolve a rotulação, a estigmatização e a tipificação criminal em uma única identidade social.

Como salientado nos relatos de campo, os policiais acompanhados repetem muitas vezes que não são acusatórios, ou moralistas. No modo de interação que vem sendo abordada na presente pesquisa, considerando o interacionismo simbólico, é na relação entre os policiais e os jovens que ocorrem as reproduções<sup>22</sup> e produções de significados e rótulos. Quando o policial diz que não quer ver o aluno na ponta do fuzil, ou chama atenção da turma chamando “Oh! Maconheiro”, ocorre uma rotulação que só é possível por ter sido criado um indivíduo desviante.

De acordo com Becker (2008), apenas na interação, ocorre o desvio, visto que, grupos sociais criam o desvio ao criar regras que levam os indivíduos a se tornarem desviantes ao infringirem tal norma, e então, é rotulado como o desviante. Para o autor, este indivíduo desviante, é aquele a quem o rótulo foi imputado com sucesso (BECKER, 2008). Deste modo, percebe-se que os policiais do Papo de Responsa, enquanto policiais civis, grupo que opera como empreendedores morais<sup>23</sup>, reagem a comportamentos juvenis entendendo-os como desviantes, portanto, rotulando os estudantes.

Ainda pensando nos conceitos que nomeiam o processo que algumas juventudes vivenciam, Goffman (2004), conceitua o termo estigma, como algo totalmente depreciativo. Aqui, o indivíduo que na interação, recebe o estigma, possui um traço, de alguma forma, que poderia ser completamente ignorado na vida cotidiana, mas ao contrário, afasta o indivíduo das demais relações sociais.

Uma gama de jovens são atendidos pelo Papo de Responsa, dentre estes, muitos são de colégios privados com altas mensalidades, escolas bilíngues, e localizadas em lugares valorizados no estado do Rio de Janeiro. Nestas escolas, a conversa dos policiais com os estudantes, não muda no sentido de orientação de conduta, no sentido de cuidados com o corpo e com o uso da internet. Porém, quando se fala em sujeição criminal (MISSE, 2010), criação do desviante (BECKER, 2008) e estigma (GOFFMAN, 2004), não se trata de

---

<sup>22</sup> Vale ressaltar que defendo aqui as reproduções institucionais apreendidas em “Poliçópolis”, que não são aqui ignoradas, mas que ganham novos significados postas em contato com jovens e demais grupos sociais.

<sup>23</sup> Os empreendedores morais serão expostos no próximo capítulo, com base nos conceitos de Howard Becker.



qualquer jovem ou cultura juvenil, que vive em um lugar aleatório do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um tipo específico de jovens, de cultura e de território. Grande parcela dos alunos atendidos pelo programa, vivem uma realidade muito diferente destes que frequentam escolas bilíngues e estes outros colégios privados. Esta parcela, em sua maioria, são alunos negros e pobres, que sofrem com estes processos de acusação e imputação de status negativo em seu dia a dia.

“Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo.” (GOFFMAN, 2004, p. 30)

Desta forma, durante sua socialização, os jovens podem tomar para si, todo o estigma e sujeição que sofrem, assumindo aquela identidade que lhe foi imputada e o faz socialmente reconhecido. A relação entre os policiais e os jovens, que como visto, costuma ser de bastante insegurança e desconfiança, durante o Papo com alunos aqui exposto, reforça estas imputações e acusações à determinados jovens, embora digam que não são acusatórios veementemente.

Segundo os policiais, o programa não tem a função de ser acusatório nem moralista, por que eles não falam exatamente o que os jovens devem ou não fazer. Por exemplo, eles não falam: “Não bebam!” “Não usem drogas!” No entanto, aí reside o paradoxo na fala e na prática dos policiais civis do Papo de Resposta. Eles dizem que não são moralistas nem acusatórios, mas durante os Papos, fazem discursos onde está em jogo a moral policial que deve ser respeitada e compreendida como a moral correta. Ao mesmo tempo que os policiais não falam: “Não usem drogas!” eles dizem “Se você usa, está financiando o tráfico, as armas e mortes!” Ou seja, existe uma forma de cuidado com a vida que é orientada pelos mesmos.

Estes discursos morais serão explicitados adiante, suas estratégias para prevenir crimes e produzir o “bom cidadão” de acordo com o modelo policial imposto pelo Papo de Resposta, como uma espécie de papel redentor da possível carreira criminal juvenil, mas ainda como um processo civilizador, que orienta condutas e dociliza os corpos.

## CAPÍTULO III - O EMPREENDEDORISMO POLICIAL E AS ORIENTAÇÕES DAS CONDUTAS JUVENIS

### 3.1 Prevenção do desvio

“(…) Mas sem dúvida nenhuma a prioridade é atender as escolas porque é o nosso maior foco na ponta, aquela idadezinha ali entre os 14 e os 24 é o nosso público alvo nas prisões, cometendo crime, então eles são nosso público alvo também na prevenção.” (Entrevista com a Inspetora Marcela, 2017)

Como já salientado até aqui, o Papo de Resposta é visto como um programa de prevenção por seus integrantes e por autoridades da área da segurança. Porém, importa recorrer aos estudos da área de polícia, para visualizar como a prevenção é compreendida e posta em prática, segundo esta literatura.

Sendo assim, “O papel da polícia no sistema de justiça criminal no Brasil” é discutido no livro “A polícia diante da infância e da juventude: infração e vitimização”, de autoria de Cerqueira e Prado (1999)<sup>24</sup>. O referido capítulo, discute o papel que é atribuído a polícia no que tange o trabalho de prevenção e repressão da delinquência juvenil. Isto, de acordo com as recomendações das Nações Unidas e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, o capítulo salienta a importância de haver uma maior integração no sistema de justiça criminal juvenil articulando seus próprios órgãos, que neste estudo se trata da polícia, tribunais e organizações de tratamento para os jovens.

Então, são feitas sugestões a respeito do trabalho preventivo da polícia. A eficácia deste trabalho está condicionada a organização adequada do serviço policial.

“O policial especialista deve ser preparado profissional e tecnicamente e atualizar-se constantemente para poder atuar de forma a se adaptar às transformações sociais e as outras exigências da sociedade no seu papel de servidor público. Deve ser, no seu trato diário com as crianças e adolescentes, um protagonista sensibilizado, comprometido e capaz de interagir com a problemática deles, de forma a poder operar sempre em benefício superior da criança.” (CERQUEIRA; PRADO, 1999, p. 64)

O serviço de prevenção policial, segundo o estudo, está relacionado à repressão de atividades criminosas através das patrulhas, investigação de crimes, combates à vícios, evitar acidentes de trânsito e prevenção de delitos juvenis. A polícia deve fiscalizar a formação do jovem e vigiar a conduta daqueles que são menores de idade. Segundo o estudo, na escola:

“Com relação à escola, recomenda-se que em sua função preventiva a polícia deve sempre apoiar a função educativa, buscando:

- Prevenir aparecimento de condutas antissociais;
- Prevenir o uso, entre crianças, de álcool e drogas;
- Prevenir violência doméstica, atentados e abusos sexuais, acidentes de trânsito, danos ao meio ambiente;
- Prevenir a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, corrupção de jovens e outras figuras delitivas que atentem contra a integridade bio-psicossocial deles.

---

<sup>24</sup> Nos anos 90 do século XX o Coronel da PMERJ Carlos Magno Nazaré Cerqueira publicou pelo ICC – Instituto Carioca de Criminologia uma Coleção de orientação e de textos fundamentais para a polícia; a coleção denominada Polícia Amanhã, foi financiada pela Fundação Ford e contou com 6 volumes. Trata-se de rara publicação para orientação e prática policial publicada no Brasil.

Para objetivar estas ações preventivas, recomenda-se que a polícia se articule com as escolas e as secretarias de educação para, através de convênios ou outros instrumentos burocráticos, organizarem, com a participação dos setores especializados da instituição policial, cursos, palestras ou outras atividades que possam conscientizar os jovens para aqueles problemas acima relatados que podem afetar suas vidas e a da comunidade.” (CERQUEIRA; PRADO,1999, p. 64)

No entanto, de acordo com o estudo, a polícia brasileira por não ter o costume de acumular experiências preventivas, é mais influenciada pelo combate ao crime. Além do mais, no estudo trazem estas integrações como importantes para a eficácia da prevenção policial, mas compreendem que no Brasil não ocorre tamanha integração de setores como sugerido no início, como polícia, comunidade, justiça criminal juvenil, organizações de tratamento.

Jacqueline Muniz ao tratar sobre o assunto prevenção, no artigo “Despolitização da segurança pública e seus riscos” (2012), traz os desdobramentos da visão contemporânea e democrática na segurança pública que deixa de lado o enfoque reativo do controle contra o crime e da violência, e visa a consolidação da cidadania através dos direitos humanos. Esta reafirmação dos direitos humanos, assegura a garantias individuais e coletivas que melhoram a qualidade de vida especialmente da população que se encontra em maior condição de vulnerabilidade social. O que a autora chama de “segurança com cidadania”, em vez de focar na repressão, se interessa na prevenção de ações intersetoriais (MUNIZ, 2012).

No entanto, o artigo levanta efeitos danosos que esta visão causa para a própria cidadania, quando o rumo político não é bem definido. Para a autora, um destes efeitos é que a cidadania torna-se regulada pelo Estado, uma despolitização por conta do que Muniz chama de cultura do controle. Esta concepção vai concedendo cada vez mais poder coercitivo ao Estado, indo na contramão da democracia. Segundo o artigo isto pode acarretar em uma privatização da segurança e das polícias, gerando megaoperações e um discurso economicista contábil de segurança, que possibilitem contabilizar números da mão invisível do livre mercado. Desta forma, a política de prevenção fica condicionada ao que vale mais a pena de acordo com a lógica do retorno do investimento feito, sendo assim:

“Note-se que as iniciativas de prevenção social correm o risco de se subordinarem a estranhas aferições de êxito. Assim, por exemplo, se você é um jovem em situação de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei, mas que não oferece garantias prévias aos programas sociais governamentais de que vai realmente ingressar em uma ‘vida normal’, ou que vai ‘sair da vida do crime’ de verdade, não há por que protegê-lo, uma vez que você não seria um bom investimento. Mas, como saber se um jovem vulnerável ou exposto a riscos sociais será um investimento confiável, líquido e certo? Faz se necessário uma engenharia moral que estabeleça garantias antecipadas de êxito por meio de uma sobredeterminação causal do futuro. Faz-se necessário produzir “bons exemplos” para outras pessoas vulneráveis que estão na fila por um lugar nos programas sociais de redução da violência.” (MUNIZ, 2012, p. 139)

Esta avaliação de riscos como forma de prevenção, segundo Muniz, traz a contradição de empoderar indivíduos em situação de vulnerabilidade, por meio da negação de sua identidade, ou seja, os indivíduos considerados vulneráveis precisam deixar de lado elementos constitutivos da sua identidade, para que então percam os traços que os estigmatiza. Deste modo, administrar riscos implica em identificar as fontes de ameaças e indo além das mesmas. No entanto, isto confere ainda mais mecanismos de controle por parte do Estado, reforçando estereótipos.

“Se o problema central é a redução do risco social e situacional, a identificação das possíveis ameaças e a sua frustração começa a jogar um papel decisivo na gestão da ordem pública. A construção da previsibilidade dos riscos parece requerer um nível cada vez mais alto de controle, de intervenção coercitiva nos espaços públicos e privados. Em outras palavras, isso pode conduzir à fabricação de intencionalidades e causalidades antecipadas sobre as pessoas, suas práticas e trajetórias, as quais constroem estereótipos ou reforçam dispositivos de estigmatização.” (MUNIZ, 2012, p. 140;141)

Sendo assim, a tentativa de prevenção, acaba por levar a penalização antecipada dos indivíduos, a segregação e discriminação que visava reverter. Isto acarreta, segundo Muniz (2002), em uma cruzada moralista, legitimada pela necessidade recorrente de ampliar o campo da vigilância, aumentando o controle social<sup>25</sup> e os mecanismos estatais ou privados.

Assim como recomenda Cerqueira e Prado (1999), Jacqueline Muniz (2012), afirma que as ações de prevenção, por seu caráter punitivo, necessitam apropriar-se melhor dos estilos de vida e dos usos dos espaços coletivos dos grupos sociais. Para tanto, importa definir a prevenção à ordem da segurança pública em termos concretos a respeito produção de controle, vigilância e regulação da ordem pública (MUNIZ, 2012).

As recomendações acerca de como pode funcionar o trabalho de prevenção e seus desdobramentos, foram vistos a partir dos estudos da segurança pública. É possível perceber como a forma de prevenção na “segurança cidadã”, exposta por Muniz (2012), acarreta em reproduções de estigmas e eliminação ou penalização antecipada dos indivíduos. Portanto, adiante, será visto como para as autoridades da segurança pública na época e para os policiais civis do Papo de Resposta a prevenção é percebida, através da produção do bom comportamento, da obediência, da responsabilidade e sobretudo pela negação ao uso de drogas.

O Papo de Resposta é percebido como um programa de prevenção. Isto não apenas pelos policiais civis que o compõe, mas também por autoridades como o então Chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, o Secretário de Segurança, General Richard Nunes, que ocupou o cargo durante a intervenção militar na segurança no estado do Rio de Janeiro. O que confere ao programa uma legitimidade, embora tenham algumas dificuldades por ausência de reconhecimento por parte de alguns no interior da polícia civil.

A seguir, um evento na Cidade da Polícia será relatado, onde estas autoridades estavam presentes, proferindo discursos que ratificam o caráter preventivo e a importância do programa na segurança pública, impactando na vida dos jovens diretamente. A secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro procurou o Papo de Resposta visando um convênio onde o programa atendesse a todas as onze Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) no município do Rio de Janeiro, de modo que cada uma destas Coordenadorias, se organizasse para que o máximo de alunos em sua competência fossem contemplados. Em contrapartida, os policiais pediram que os alunos fizessem uma redação com o tema: “Qual é o papo da minha

---

<sup>25</sup> Neste sentido, encontra-se os estudos de Garland (2001), sobre as teorias do controle social. Segundo o autor, a criminologia caminhava em torno do bem estar social e da assistência aos indivíduos, porém, no período que ele chama de modernidade tardia, essa realidade mudou. O novo padrão de relações sociais, econômicas e a cultura, trouxeram também mudanças no âmbito da segurança e no modelo de controle social. Agora, o controle do crime gera lucros por ter parte com negócios privados e o Estado por sua vez, age buscando a vingança e a exclusão, característica que segundo Garland provém da justiça privada. Estas novas teorias do controle, assumem uma visão de mundo obscura e antissociais, visando um controle robusto através de estratégias da família, da comunidade e do Estado, que impunham limites e restrições efetivas (GARLAND, 2001).

vida?” Estas redações passaram por uma seleção nas escolas, na Secretaria Municipal de Educação e no Papo de Resposta. As três melhores redações de cada CRE seriam premiadas no 1º Concurso de Redação Papo de Resposta.

O que os alunos não sabiam é que uma rede particular de ensino, pediu que o Papo de Resposta fosse a todas as suas unidades no Rio de Janeiro, e os policiais então, pediram que a escola cedesse dez bolsas de estudo para que os autores das dez melhores redações conseguissem estudar com bolsa de 100% durante o Ensino Médio, visto que os alunos do município eram todos do 9º ano do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do EJA – Educação de Jovens e Adultos. Um policial relatou que a rede de escolas concedeu as bolsas de estudo, mas por questões burocráticas, só conseguiram premiar os três primeiros colocados.

Dia 28 de Novembro de 2018, ocorreu o evento na Cidade da Polícia – 1º Concurso de Redação Papo de Resposta. Neste evento, os 33 melhores autores de redações seriam homenageados e premiados com um livro, dois ingressos para o AquaRio e para o Corcovado, além disso, os três primeiros ficariam sabendo das suas bolsas de estudo. Um livreto foi confeccionado com as redações, algumas ilustrações e na sua apresentação, encontra-se alguns elementos importantes para este capítulo. “Um papo, uma resposta, uma mudança!” Deste modo começa a apresentação, que explica a ação pioneira das duas Secretarias, de educação, de segurança e a Polícia Civil. Deste modo:

“Realizamos 19 encontros, nas 11 CREs, Coordenadorias Regionais de Educação, atingindo 4.792 alunos, do 9º ano do segundo segmento do ensino fundamental e do EJA – Educação de Jovens e Adultos, de escolas municipais localizadas em áreas de vulnerabilidade social, e com eles promovemos um amplo debate sobre os temas que impactam a realidade da nossa sociedade hoje, que são a prevenção e enfrentamento ao uso de drogas, principalmente ilícitas, o comportamento seguro no mundo virtual, a violência doméstica, de gênero ou por motivos raciais e, principalmente, falamos sobre o desenvolvimento de um grande debate e uma ampla conversa que propicie a construção de uma cultura de paz, contemplando o reconhecimento das características peculiares de cada grupo social e o despertar da tolerância e boa vontade que devem fundamentar as nossas ações e relações na sociedade.” (Livreto de redações, Papo de Resposta, 2018)

Este trecho da apresentação do livreto de redações traz à tona mais uma vez o caráter de prevenção, presente direta ou indiretamente nas falas das autoridades que se encontraram no evento. Tais falas serão agora expostas.

O cerimonialista deu início ao evento cantando o hino nacional, após, o Fundador B, iniciou sua fala, mostrou um vídeo com fotos dos papos nas escolas. A música que tocava enquanto passavam as fotos era “Minha alma (A paz que eu não quero)” da banda O Rappa. Além disso, o Fundador B explicou o trabalho do Papo de Resposta, visto que, ali se encontravam delegados e outros policiais que foram convidados, justamente na intenção de conhecerem melhor o programa. Explicou que, como dizia a sua mãe, é “conversando que se entende”, e é por isso que o trabalho deles é importante para a prevenção, e estão ali para dizer que os alunos que querem estudar, vão estudar.

A palavra é passada para o Fundador A, que faz questão de pedir licença as autoridades presentes para cumprimentar primeiro os jovens alunos, dando o protagonismo do evento a

eles. Explica como funciona a coordenadoria, que é o responsável, diz engloba a área de educação, a área de cultura e a área de esporte, sendo as duas últimas, voltadas para os policiais. Então ele segue salientando que o valor da prevenção por vezes é subestimado. Diz que eles sabem o quanto é duro na cultura policial, onde encontra-se um olhar de que a polícia é inimiga dos jovens, e também há este olhar dos jovens para a polícia. Deste modo, na educação<sup>26</sup> eles repetem verdades diferentes, a verdade é que não são inimigos, os alunos não são sementinhas do mal e a polícia não é nenhum bicho papão.

O Fundador A segue dizendo que eles tem o sonho de mudar o mundo, os professores com a educação e a polícia com a segurança. Então repete uma frase que sempre diz nos seus discursos “Nossos heróis não morreram de overdose, nós não invertemos nossos valores. Nossos heróis estão nas salas de aula, nas ambulâncias, nas viaturas.” (Fala do Fundador A no 1º Concurso de Redação Papo de Resposta, 2018) Então, ele continua sua fala, dizendo que o Papo de Resposta não se trata de uma aproximação da polícia com a sociedade e sim da aproximação de pessoas com pessoas, trata-se de relacionamento humano, onde eles estão falando de cultura e arte, entre outras coisas. Então encerra sua fala pedindo que os jovens continuem estudando, diz que é isso que a segurança e a educação deseja aos jovens, que não desistam de ir ao ensino médio e nem dos seus sonhos.

A partir de então a premiação é iniciada, sendo encerrada com a leitura da primeira colocada, uma menina da Zona Norte do Rio de Janeiro. Após a premiação, a secretária municipal de educação faz uma fala, que não será trazida à análise. O então chefe de polícia civil, Rivaldo Barbosa, começa o seu discurso lembrando sua infância em escolas do município. Diz que esta cerimônia é diferente de todas as outras que já participou, já que esta mexe com o coração. Fala que determinada parcela da sociedade criminaliza a polícia, mas o trabalho do Papo de Resposta vai no caminho contrário ao que acham da polícia, e também no caminho diferente daquilo que legalmente deve ser feito como polícia civil. Trabalham com a prevenção, e faz questão de demonstrar seu respeito ao que chamou de coirmã, polícia militar. Terminou sua fala com um trecho de uma redação falando de esperança no futuro daqueles jovens.

O interventor, General Richard Nunes, até então secretário de segurança do Rio de Janeiro, também deu início a sua fala lembrando que estudara em colégios do município, saiu quando entrou para o exército no ensino médio. Segue dizendo que este tipo de evento gera esperança nos alunos, marca a vida deles para sempre e explica que é isto que deve unir as pessoas, aquilo que elas tem de comum. O general lembra que a sociedade se dividiu muito, pais e filhos deixaram de se falar. Critica que as pessoas passaram a se unir pelo gênero, raça, ideologia, quando para ele, o que deve unir as pessoas é a ética. O que mais interessa, segundo o general, é o que cada um pode fazer de bom para sociedade. O que deve unir as pessoas é o bem e não as diferenças.

Então salienta o papel fundamental da prevenção do Papo de Resposta, diz que a experiência de estar ali presente trouxe uma emoção muito bacana agora já no final da intervenção militar. Termina dizendo uma frase que sempre fala em seu quartel “Fé na missão”, para ele esta fala serve para qualquer um, portanto que os jovens tenham fé na missão que lhes couber. O hino da polícia civil é tocado e após, uma orquestra de alunos da rede municipal toca algumas músicas, encerrando a cerimônia. Os policiais do Papo de

---

<sup>26</sup> Neste momento, o policial não apenas está falando da área da educação da coordenadoria, que é onde se localiza o Papo de Resposta. Mas ele se coloca como um agente da educação, assim como os professores e outros agentes da Secretaria Municipal de Segurança ali presentes.

Responsa, filmam e ficam todos orgulhosos vendo os alunos tocando, os homenageados tirando fotos e dançando ao som da orquestra.

Este relato é fundamental para que se note que o programa Papo de Responsa, tem um papel de conferir visibilidade a polícia civil, além disso, reafirmando o heroísmo dos policiais oriundos de “Poliçópolis”. O Bom policial civil do Papo de Responsa desempenha um programa de prevenção, que por vezes, segundo eles, não é reconhecido dentro da própria instituição e por isso encontra dificuldades no seu dia a dia. Este evento mostra como, além de premiar jovens e incentivá-los a dar continuidade aos seus estudos, a ideia da premiação passa por reafirmar uma legitimidade do programa de prevenção que ainda não foi completamente estabelecida dentro da instituição policial.

Neste sentido, o Fundador A relata em entrevista como percebe este trabalho preventivo desempenhado dentro da polícia civil e como lida com críticas dos demais policiais a respeito do programa.

“Como se atuar nas consequências do problema fosse resolver o problema tanto quanto atuar nas causas. Na verdade a única forma de resolver o problema é atuar nas causas e não nas consequências. Quando o Papo caminha nas escolas, universidades e tal, a gente consegue ter uma visão um pouco mais próxima da atuação nas causas. Mas a causa mesmo só vai ser resolvida quando a gente conseguir diminuir essa enorme desigualdade social na qual a gente tá [sic] inserido. Não tem possibilidade da gente viver esse gap social que a gente vive e acreditar que a gente vai resolver os nossos problemas com o tiro, com mais arma. Alguns policiais conseguem entender isso, hoje mesmo tive uma conversa com alguns ali, eles mesmo falando da importância do programa, porque eles entendem que a nossa marca institucional se valoriza e que nós, no Papo de Responsa, conseguimos fazer com que as pessoas normalmente cidadãos, meninos e meninas, homens e mulheres consigam ter acesso a uma polícia civil a um trabalho de polícia civil que antes não teriam ou só teriam pelos jornais, e aí não vale a pena. Só que eu quando recebo as críticas, o que fica muito claro pra mim, é uma falta de entendimento, a partir do momento que um policial desses conversar com a gente só um pouquinho, ou que ele for assistir um Papo, ele vai falar ‘Caramba! Eu achava que vocês faziam outra coisa!’. Mas alguns não estão interessados em querer saber porque querem continuar numa valorização das suas razões, e outros talvez não tenham tido oportunidade ainda, mas eu acho que tem um processo em andamento.”  
(Entrevista com o Fundador A, 2018)

Neste sentido, pode-se dizer que o Papo de Responsa, com suas orientações, visa prevenir o comportamento desviante. Aquele indivíduo que como visto no segundo capítulo, é descrito por Becker (2008), como desviante de um padrão socialmente estabelecido por um grupo, trata-se do indivíduo rotulado de tal modo por aqueles que o cerca, já que na concepção destes, o outsider, se desviou de alguma, ou várias regras do grupo.

O Papo de Responsa mantém um caráter de empreendedorismo policial, com dispositivos morais, que remetem à Howard Becker (2008), no que tange aos empreendedores morais. Howard Becker, em seu livro “Outsiders: Estudos de sociologia do desvio”, analisa os empreendedores morais, que são aqueles indivíduos criadores ou impositores de regras. Para o autor, o protótipo do criador de regras é o reformador cruzado, que opera com uma ética absoluta. Impondo sua moral aos outros, acredita que se as pessoas fizerem o que é certo será bom para elas. Extraem poder da sua posição superior na sociedade, o que legitima sua posição moral. Quando bem sucedida, a cruzada moral, acarreta em regras.

Os impositores de regras, que no momento é o que chama mais atenção, são aqueles que vão impor regras, que, uma vez criadas, gera uma nova classe de outsiders, aqueles indivíduos considerados desviantes. Segundo Becker, o resultado final da cruzada moral é uma força policial, que pode não estar interessada no conteúdo da regra, mas em garantir o cumprimento da mesma.

Estes impositores de regras, tendem a compreender a natureza humana com uma visão pessimista, o que muitas vezes é reforçado através de suas experiências diárias, por isso acreditam ser necessário impor respeito e desta forma, entendem a necessidade da sua existência, já que as regras criam outsiders, eles detém uma visão pessimista da natureza humana, então, sim, deve haver um impositor de regras e este deve ser respeitado. Portanto nota-se um ciclo que se alimenta, no sentido do Papo de Resposta como empreendedor moral impor a regra, criando o desviante que visa prevenir com sua motivação preventiva.

O Papo de Resposta enquanto um programa de prevenção e aproximação remete a filosofia do policiamento comunitário, já que este:

“Conceitualmente, policiamento comunitário é definido como filosofia e estratégia organizacional que proporcionam uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que ambos devem trabalhar, conjuntamente, na construção da segurança pública.” (Manual de policiamento comunitário, 2009, p. 14)

Segundo o Manual de policiamento comunitário (2009), produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, em parceria com o governo federal, o papel da polícia civil no policiamento comunitário, está relacionado a sua função de polícia investigativa e judiciária, contribuindo nas estratégias de inteligência com os seus dados a respeito do local que receberá a ação. Enquanto a polícia militar, tem a função de inibir os atos criminosos a partir da sua presença visível, por isso o uso do uniforme é importante para seu trabalho. Neste sentido, percebe-se que o trabalho do Papo de Resposta se assemelha com os deveres de atuação da polícia militar, o que eles fazem questão de negar, visto que como policiais atuantes na segurança pública, estão cumprindo seu papel de redução de futuros enfrentamentos com os jovens a quem atendem.

“O policiamento criminal é geralmente reconhecido como o âmago do mandato policial e a principal justificativa para a existência do estabelecimento policial. Realmente, para a maioria dos policiais, somente combater o crime é o ‘verdadeiro trabalho da polícia’, mesmo que na prática real apenas uma pequena parte de todas as atividades policiais envolvam o controle do crime.” (BITTNER, 2003, p. 30,31)

Desta forma, o policiamento criminal é a justificativa para o estabelecimento policial, o que traz a mente os discursos e modo de policiamento dos policiais do Papo de Resposta, que se percebem exercendo o trabalho de polícia, que é, na concepção de Bittner (2003), e dos próprios policiais, controlar o crime. A medida que os policiais falam para os jovens que é bom que eles ouçam o papo ali, já que se forem pegos na rua em alguma atitude ilícita não terá conversa, eles acreditam estarem controlando/reduzindo o crime.

Os discursos a respeito dos anos dourados das Unidades de Polícia Pacificadora<sup>27</sup>, presentes no artigo “Moralidades entrecruzadas nas UPPs: uma narrativa policial” de

---

<sup>27</sup> Segundo o site da Unidade de Polícia Pacificadora, encontrado no link abaixo, o programa trata-se de um dos mais importantes programas de segurança pública realizados no Brasil. Ocorreu no estado do Rio de Janeiro, foi planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. O programa foi elaborado



Albernaz e Muniz (2015), lembram frases e motivações encontradas nos discursos dos policiais do Papo de Resposta. Falas que tangem a valorização da vida, a esperança no bem viver, a moralização dos indivíduos, os meios de construir paz, entre outras. O que novamente aproxima o trabalho da polícia civil com o trabalho de policiamento comunitário desenvolvido pelos policiais militares, a partir do momento em que a ocupação na favela é estabelecida.

Percebe-se na fala de um comandante da polícia militar, exposta no artigo de Albernaz e Muniz (2015), que a intenção da ocupação é acabar com o tráfico e qualquer outra atividade ilícita, além disso, com um trabalho de prevenção, o que serve, segundo as autoras, como vitrine para a Secretaria Estadual de Segurança. Assim como o Papo de Resposta, a UPP, confere um status positivo para as suas respectivas instituições policiais e para a Secretaria de Segurança. As semelhanças permanecem quando as autoras salientam que nas UPPs, as moralidades institucionais são postas em circulação, servindo de justificativa e desculpa, além de animarem as visões e modos de intervenção professados nas pregações escritas e faladas (ALBERNAZ; MUNIZ, 2015, p. 17).

“Ao assumir a ideia de prevenção proativa, sob o deslizamento semântico que superpõe territórios e comunidades, como um meio de atingir seus objetivos de recuperação e restauração do monopólio da força, diminuição da criminalidade violenta e desenvolvimento social, a UPP coloca para seus gestores policiais, um conjunto de desafios cuja superação envolve uma reflexão sobre os perigos e a eficácia operativa do mandato policial na eliminação dos fatores sociais e ambientais de produção do crime e violência nas favelas.” (ALBERNAZ; MUNIZ, 2015, p. 30)

Portanto, percebe-se como o policiamento comunitário, desempenhado nas UPPs, se assemelha a produção de moralidades e trabalho de prevenção do Papo de Resposta. Gerindo a segurança à medida que previnem crimes, visando promover, como dito, a valorização da vida, a esperança, a moral institucional e um padrão de vida longe de atividades ilícitas.

### **3.2 A produção moral do bom cidadão**

Os policiais do programa Papo de Resposta, acreditam ser possível afetar a vida dos jovens e interferir na sua conduta e em possíveis carreiras criminais com seus discursos nas escolas. Portanto, é necessário conceituar o que está sendo compreendido como moral nesta pesquisa, através da literatura clássica das ciências sociais<sup>28</sup>. E ainda salientar o que está sendo percebido como moral policial, a partir da pesquisa empírica.

---

a partir dos princípios da polícia de proximidade, mas, segundo informado no site, vai além da polícia de proximidade, já que, sua estratégia é fundamentada na parceria entre a população e as instituições de segurança pública. A partir da parceria entre os governos municipal, estadual e federal, o programa tem como objetivo a retomada permanente das comunidades dominadas pelo tráfico, assim como garantir a proximidade do Estado com a população. Seu início ocorreu em 18 de dezembro de 2008, quando a primeira UPP foi instalada, no morro Santa Marta, localizado em Botafogo, Bairro localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp).

<sup>28</sup> É necessário incorporar ao debate, a noção de moral segundo Didier Fassin, que orientou suas pesquisas para o que chamou de economias morais, sendo estas os jogos normativos e sociais que fundam práticas políticas. A partir de um artigo que visa refletir sobre as contribuições de Fassin, para a análise crítica das políticas de saúde dirigidas as populações vulneráveis, nota-se que o autor médico, sociólogo e antropólogo francês, estuda como os jogos normativos e sociais, entendidos como um tipo de moral, interfere na vivência de imigrantes de vários tipos como: ilegais, refugiados, fugitivos. Então, através da análise destes grupos e de suas relações com as políticas públicas e os modos sociais e morais de compreensão da questão do sofrimento que Fassin trabalha questões acerca de um governo humanitário (VASCONCELLOS; WEINTRAUB, 2013).

No livro “Um toque de clássicos”, Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2001), analisam as concepções sobre a moral e a vida social segundo Durkheim que servirá de orientação ao conceito de moral utilizado neste capítulo. Segundo as comentadoras, a moral de acordo com os ensinamentos durkheimianos está relacionada a noção de dever ser:

“A moral consiste em ‘um sistema de normas e conduta que prescrevem como o sujeito deve conduzir-se em determinadas circunstâncias’. Distinguem-se, no entanto de outros conjuntos de regras porque envolvem uma noção de dever, constituem uma obrigação, possuem um respeito especial, são sentidas como desejáveis e, para cumpri-las, somos capazes de ultrapassar nossa natureza individual.” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2001, p. 48)

As normas morais não se tratam de meras ordens, antes, tem uma finalidade desejável e desejada para quem é destinada. Como Durkheim está sempre voltado para a vida social, segundo as comentadoras, o autor afirma que cada povo em dado momento histórico, possuiu uma moral e é com base nesta que a opinião pública e os tribunais do júri julgam (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2001). Assim as normas morais são o bem para aquele povo, e através do papel do sacerdote e dos professores, que tem autoridade legítima, baseada na crença das pessoas na ascendência moral destes papéis sociais, a moral é reproduzida.

As comentadoras salientam que para Durkheim, além da moral comum, existe as outras moralidades individuais, expressas pelas distintas consciências particulares. No entanto, a sociedade é a máxima autoridade moral, é ela quem confere seu caráter obrigatório. Portanto é ela quem confere e se certifica do sistema de normas de conduta que se confundem com a noção do bem e do dever ser<sup>29</sup>. Este conceito de moral é utilizado como forma de se analisar a produção moral do bom cidadão por parte do Papo de Resposta. Pode se notar como os discursos policiais carregam o dever ser intrínseco a noção de bem e de um conjunto de normas e regras, uniformes para toda sociedade, a serem seguidas.

Além do conceito clássico de moral, importa ressaltar como é compreendida a noção de moralidade policial a partir de tantas observações e entrevistas, análises de discurso, feitas durante todo o período de pesquisa empírica. Portanto, a moral policial trazida a conhecimento, a partir do Papo de Resposta, gira em torno do legalismo policial. Os policiais intencionam que os alunos sigam as leis estritamente, a partir de uma moral conservadora/legalista do que vem a ser as leis e o seu cumprimento. Portanto, a produção moral do bom cidadão, está relacionada, antes de qualquer ferramenta estratégica do programa, como produzir nos adolescentes e jovens uma moral que o faça obedecer às leis e manter seu comportamento e atitudes dentro do que é “socialmente esperado”.

Desta forma, algumas estratégias realmente são traçadas para que se produza o bom cidadão, como se pode perceber no relato do Fundador A. Para ele é fundamental na conversa

---

<sup>29</sup> Importa considerar que a perspectiva de análise funcionalista de Durkheim, compreende a vida social e o sistema de normas e condutas que o sujeito deve conduzir-se de forma mais homogênea e constitutiva de uma sociedade orgânica. Constitui-se assim uma perspectiva normalizadora de sociedade que pode ser entendida como padronizada por um sistema comum de normas e leis; diferente de uma perspectiva analítica interacionista e pluralista, que compreende as múltiplas normas, grupos e contextos de formação de sentidos e valores na sociedade. Nesse sentido, observamos nesse trabalho que durante as conversas, a preocupação em orientar aos jovens, vincula-se a uma concepção de comportamento moral mais estreito e vinculado a leitura legal da vida social, entretanto, para além do mundo das leis, as leis do mundo são múltiplas, construídas por inúmeros grupos e vivências sócio culturais que não aparecem aqui como objeto do debate no programa.

com os jovens, trabalhar a autoestima dos mesmos, para que eles possam acreditar em si e correr atrás dos seus objetivos.

“Um bom exemplo dessa história da auto estima e de como a gente é capaz de mexer com eles com uma boa conversa né, com o espírito bem aberto né, com a reação humana bem estabelecida de uma forma saudável, tava no Sul Fluminense, numa escola muito cheia de dificuldades, uma escola pública mas uma escola viva, a despeito de todas as dificuldades. E eu perguntei pra eles quantos achavam que iam pra universidade, um dos meninos levantou a mão, não eram muitos, normalmente de cem, meia dúzia levanta o braço quando a gente faz esse tipo de pergunta, que é diferente das escolas particulares onde todos levantam o braço né. Eles tem certeza que irão à universidade, e um dos meninos levantou o braço e falou que queria fazer medicina, e eu faço sempre uma brincadeira pra mexer um pouco com o brio deles, mas eu passei boa parte do papo chamando o menino de doutor. Porque ele falou que queria ser médico então eu tava ali, depois de ter feito a brincadeira que eu faço pra mexer com o brio deles eu fiquei chamando ele de doutor, doutor, doutor, doutor. Acho que passou umas duas semanas ele me escreveu, e ele falou assim, olha, queria te agradecer muito e queria te dizer o seguinte, a escola inteira tá me chamando de doutor agora, então mesmo que eu não quisesse fazer medicina, eu ia decepcionar tanta gente agora, que hoje eu só consigo me enxergar de fato fazendo medicina. Assim, isso não tem preço, e é um menino de escola pública, a gente sabe que no nosso país pra alguém se formar em medicina é certamente uma das carreiras mais difíceis e hoje o menino não se vê imaginando outra coisa. **Se ele tá acreditando que isso pode acontecer, isso pode acontecer, né!** Então o desafio que a gente tem com esses meninos e meninas é fazer com que eles percebam que qualquer coisa independente das dificuldades que eles enfrentem pode acontecer desde que eles determinem. **Não vai ser fácil, mas eles podem se determinar a isso**, então, em termos de tema, do que a gente é capaz de fazer e de entregar pra eles, eu acho que não tem nada mais fundamental do que quando a gente mexe com a auto estima, quando a gente mexe com a possibilidade do que eles não conseguiam nem enxergar, e do que eles são capazes de enxergar a partir do nosso movimento, é óbvio, diretamente falar sobre todos os temas que a gente fala, surte efeito né, molecada toma decisões diferentes, pensa diferente, mas eu acho que o ponto básico assim é relações humanas. Eles são capazes de se enxergar de um outro jeito e de enxergar os outros, e são capazes de criar uma luz, um movimento interno de crença, de que a partir das nossas histórias, sejam as histórias pessoais, sejam as histórias que a gente conta, que eles são capazes de fazer um outro movimento que não esse que eles estão fazendo.” (Entrevista com o Fundador A, 2018). (Grifo meu)

Neste sentido, com a intenção de trabalhar a autoestima e estimular o jovem a acreditar em si e no seu futuro, os discursos dos policiais possuem um caráter liberal, em que basta acreditar e trabalhar em prol do objetivo que o jovem vai conseguir alcançá-lo, independente das circunstâncias a sua volta. O programa Papo de Resposta, como pode ser observado na fala do Fundador A, acima transcrita, visa em suas interações com os estudantes, fazer com que eles reflitam em suas atitudes. Geralmente os policiais partem de perguntas que estimulem os jovens a refletirem em sua vida. O Papo de Resposta conta com as respostas e reflexividades dos seus ouvintes, para que estes possam mudar suas práticas e agirem em conformidade com a moral proposta pelos policiais em seus discursos.

“Como a nossa metodologia, ela vai em cima desse processo de reflexão, eu preciso que você pense junto comigo, porque aí que eu atuo no teu chip, eu

não quero que você repita o que eu disse, eu quero que você reflita o que eu disse, por isso a gente não diz que droga é ruim, a gente dá elementos pra você poder tomar a sua decisão. Se sua decisão for de não, bacana, e se sua decisão for de sim, é a sua decisão. Por isso a gente pintou um jargão já de muito tempo que o papo a gente dá mas a resposta é de cada um.” (Entrevista com o Fundador A, 2018)

Desta forma, para compreender a moralidade do Papo de Resposta, é necessário levar em consideração a sociologia da moral abordada por Alexandre Werneck (2012), que percebe morais e valores como objeto de observação; e assim trabalha as formas como as moralidades coletivas ou individuais são postas em contraste com as moralidades dos demais atores. No caso do Papo de Resposta, os policiais se colocam como um programa que não é moralizador e que não está ali para falar o que é certo e o que é errado fazer, mas querem que os alunos reflitam sobre suas escolhas. No entanto, não existe nenhuma pessoa que falando por uma instituição ou não, esteja livre de valores morais. Em pergunta sobre como construiu um diálogo com os estudantes, livre de valores morais, o Fundador A, responde:

“Na verdade isso é uma utopia né, é como uma imprensa parcial, não existe. Mas serve pra gente desejar que exista né, serve pra gente desejar. **A palavra mágica é dizer sem dizer, é ter a sutileza de não parecer juízo de valor, a gente tem os nossos moralismos né os nossos valores, mas o que a gente faz é tentar apresentar várias versões né.** Por isso a gente não diz: ‘Não usa droga porque é ruim’, o menino vai se ele colocar a disposição de experimentar o baseado ele aí ver que ele vai sentir um relaxamento, ou que aquele problema, aquela dor que ele tava sentindo deu uma diminuída. A mãe dele faz isso usando frontal, rivotril, e o moleque sabe disso, porque a gente não pode subestimar a capacidade de um menino deste, entendeu, de uma menina. Mas não tá livre de moralismos, a gente só coloca isso numa caixa mais centro né. Ao invés do meu moralismo ser mais à direita, ou mais à esquerda, **o que eu faço é colocar esse fio de moralismo no meio e tentar fazer com que ele não apareça, pra gente poder falar mais livremente sobre tudo né.** A menina da favela, ela tem o moralismo dela, que muitos julgariam do lado de cá, que é mais baixo que o de alguns, por conta da roupa que ela usa ou da forma que ela se comunica e tal, mas não significa dizer que ela não tem o moralismo dela. Se eu for falar sobre isso ali, eu preciso ter habilidade pra falar com ela que eu respeito qualquer mulher que queira usar um shortinho curtíssimo e dançar da forma que quiser dançar se ela for uma mulher. Mas se ela for uma menina, eu preciso ter um olhar diferente para com ela, por que ela tá em formação. Isso é um pensamento que tem moralismo, mas eu to explicando pra ela que como mulher, ela pode usar a roupa e escutar a música que ela quiser escutar, inclusive se ela desejar transar com dois homens, se esse for o desejo dela, se ela tiver feliz com isso sexualmente, se agradar aos homens e vice versa, se ela quiser ter uma relação com uma mulher, tá tudo bem, ela tem esse direito. Já uma menina precisa ser cuidada por todos nós, porque ainda tá num processo de formação, tá carregado de moralismo isso, mas ao mesmo tempo eu to explicando pra ela qual é o ponto. Não tem nada a ver com as suas escolhas como mulher, por favor faça isso, mas pra uma criança eu preciso ter um cuidado diferente, e não é por conta da lei, é porque há muito tempo os nossos mais antigos faziam isso nas aldeias, né a gente cria, tem um ditado

africano muito bonito que diz: ‘é preciso uma aldeia inteira pra educar uma criança<sup>30</sup>.’” (Entrevista com o Fundador A, 2018) (Grifo meu).

Assim, explicita-se que durante as falas há uma orientação de valores, normas e condutas que são apresentados aos jovens, e percebe-se a contradição já mencionada, quando os policiais dizem não desejarem fazer discursos morais. Então, perguntando sobre um resultado ideal que o programa espera, a policial entrevistada respondeu que interessa ao programa orientar e conduzir o “bom cidadão”.

“O ideal, a utopia seria o bom cidadão. Na origem, o Papo foi criado por conta da droga, hoje em dia a gente nem vê a droga como principal problema, acho que Hitler não usava droga e matou milhões, então assim, a droga em si, ela é um causador da violência, aumenta muito, mas hoje o ideal seria o respeito ao próximo, fazer na tua vida as melhores escolhas, que a consequência vem, eu não posso plantar tomate, eu falo isso sempre pra eles, não posso plantar tomate e querer colher abacaxi. **Então, o ideal seria eles ouvirem e fazerem as melhores escolhas. O bom cidadão falo do bem viver, fazendo as melhores escolhas,** o certo e o errado é muito diferente de pessoa pra pessoa né. É diferente de eu falar do lícito e ilícito, fazer o que tá na lei, mas é fazer o bem, acho que assim, fazer o bem, tem um mandamento na igreja que independente de religião, se a gente fosse seguir que é ‘amar o próximo como a ti mesmo’ a gente nem precisava de polícia. Então, quando a pessoa faz o bem, independente se ela fuma maconha, mas aí ela tá no ciclo lá da violência, então a gente vai explicar pra eles lá onde interfere, porque muitos as vezes fumam e não sabem que é crime. A gente pergunta isso direto: ‘Fumar um baseadinho, só fumar, é crime? – Não, não, fumar não!’ que tem a lei do usuário, eles acham que não é crime. É crime, você tá susten(...) tá no ciclo da violência, do tráfico. E aí muitos, uma menina inteligentíssima num papo falou assim: ‘É crime? Eu não acredito!’ Ela chorava, e falou ‘Eu sou usuária de maconha, fumo a muito tempo, mas eu achava que como eu uso, tava fazendo mal só a mim!’ A menina argumentou assim num nível altíssimo, ‘então assim se eu cultivar eu não tô?’ Não, cultivo é tráfico, e é pior, você vai pegar de 5 a 15 anos. Então a gente conversa, a utopia, o ideal, seria todos entenderem o que é o melhor pra sua vida, não é que sejam todos iguais, é diferente, são diferentes mas com escolhas corretas. O melhor de cada um, dentro do correto, da correte. Esse seria o ideal para o Papo todo, antes a gente era muito metódico na questão da droga, não a gente tem que ser contrário e tal, hoje a gente tá mais aberto a várias informações e a gente tá na ideia das melhores escolhas, vamos falar com eles sobre as melhores escolhas. Então a gente tenta voltar sempre pra esse objetivo: o ideal seria eles nos ouvirem, ouvirem os pais, ouvirem os professores, ouvir quem eles tem por ouvir, de experiência, mas sempre tomar as melhores decisões. O ideal seria esse. Utopia eu acho, não dá pra ser assim, não vai ser, um desafio gigante da gente ter esse resultado.” (Entrevista com a inspetora Marcela, 2017) (Grifo meu).

Pode se observar, então, que o programa propaga um ideal de sociedade, de “bom cidadão” baseado em uma concepção moral relacionada a obediência às normas legais, aos

---

<sup>30</sup> De acordo com o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o discurso do Fundador A é coerente com a lei. Sendo uma criança ou um adolescente, cabe ao Estado e a comunidade cuidar e dizer o que deve ou não fazer. Portanto, como menores de idade não devem se prostituir e usar drogas, então cabe a sociedade cuidar. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)

policiais, aos responsáveis, professores. Está ligado ao afastamento dos jovens das drogas e dos comportamentos indesejáveis. Afinal, o Papo foi dado, a Resposta é do jovem.

Os policiais civis participantes do Papo de Resposta, como representantes do Estado, detentor do monopólio da força, em suas atividades com os alunos, com todos estes discursos já mencionados, visam a produção do bom cidadão. Isto lhes confere um caráter civilizador, nos termos de Elias (1993), onde: “O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica.” (ELIAS, 1993, p. 193)

O autor faz uma sociologia histórica dos processos sociais, mostra como os contextos vão mudando do regime do Feudalismo para o Estado Absolutista, e esta mudança vai causando mudança no comportamento dos indivíduos. Então existe uma concepção política da origem do Estado moderno e a partir destes processos o autor mostra que os indivíduos vão se moldando ao novo regime.

Desta forma, o processo civilizador altera as condutas humanas rumo a civilização. Esta mudança, segundo Elias (1993), ocorre de dentro para fora, mas também de fora para dentro, o que demonstra que os indivíduos tem agência na estrutura social que está se modificando e consciência nas mudanças individuais também. O autocontrole é um novo ethos civilizatório, onde os indivíduos devem converter seus instintos/ impulsos naturais em instintos sociais, alterando seu gestual e comportamento. Trata-se de um contexto de internalização do autocontrole.

“(…) A direção geral na mudança de conduta, a ‘tendência’ do movimento da civilização é em toda parte a mesma. Ela se orienta sempre para um autocontrole mais ou menos automatizado, para a subordinação de impulsos de curto prazo aos comandos de uma enraizada visão a longo prazo, para a formação de uma instância, o ‘superego’, mais complexa e segura.” (ELIAS, 1993, p. 208)

Para Elias (1993), moralidades como as religiosas, são internalizadas e individualizadas para também garantir o autocontrole que só assim legitima o Estado moderno e seu monopólio do uso da força. Assim, estes processos estão ligados às interdependências dos indivíduos, a uma rede de relacionamentos de mudanças específicas na maneira como as pessoas são obrigadas a conviver (ELIAS, 1993).

Ao passo que o Papo de Resposta tem como resultado ideal a produção do bom cidadão, as mudanças na conduta, a internalização dos impulsos e o autocontrole, ele está fazendo com que os estudantes passem por uma espécie de processo civilizador, onde os jovens ficam algumas horas ouvindo os discursos e moralidades dos policiais e para que o evento seja bem sucedido é necessário que ocorra mudanças na vida destes jovens.

### **3.3 Discursos sobre o “ervoafetivo”**

Apesar dos policiais afirmarem que atualmente o uso de drogas não é o foco principal do programa, quando o programa foi criado, o combate às drogas era uma grande motivação. Mas, ainda nas atividades acompanhadas para o desenvolvimento desta pesquisa, o uso de drogas esteve sempre presente nas falas e ainda, em relação a discussão sobre a descriminalização das drogas, que os policiais dizem tratar de uma regulamentação, apenas.

Será relatado alguns trechos de um Papo com alunos em uma escola particular na Baixada Fluminense, pertencente a uma rede muito grande de escolas. Interessante perceber que apesar de falarem que não vão falar sobre o uso drogas, os policiais sempre acabam falando:

“Eu não precisava estar aqui, mas vim porque to muito preocupado, porque vejo jovem matando, morrendo e sendo preso. Invés de falar de drogas, é melhor falar que tem direitos, melhor falar que vocês podem, **“por que se não eu vou matar vocês! Os policiais que morreram foram em assaltos, em confronto, a polícia sempre ganha. A polícia vai matar! Eu sou policial e não vou perder nunca, e se eu morrer tem mais outros 11 mil policiais civis.”** (Fala do Fundador B, 2017) (Grifo meu)

“Não vou perder tempo com aluno do colégio X com drogas, bebidas, vou falar do que vocês podem, a escolha é de vocês. Só sai do X quem quer! Vocês do X vão transformar o Brasil, são vocês que vão fazer a revolução. Eu fui muito pobre e dei a volta por cima por causa dos meus valores. Vocês tem os valores de vocês. O distintivo distingue tem a autoridade do Estado, **eu posso fazer qualquer coisa com qualquer pessoa basta que eu desconfie dela.**” (Fala do Fundador B, 2017) (Grifo meu)

“Normalmente eu falo de drogas, mas nunca pra aluno do X. Aqui não tem espaço pra vagabundo, esse sistema é um lugar sagrado, então respeitem-se, deem-se o valor. **Se tem uma tropa de elite na polícia, somos nós do Papo de Responsa.** Porque nós estamos aqui em pé, conversando com você, falando de qualidade de vida, de felicidade.” (Fala do Fundador B, 2017) (Grifo meu)

**“Meu papo não é moralizador, eu não disse que você não pode fumar. Você pode fumar, só que eu vou te prender.** Ser polícia é bom demais! Por favor: Reflitam! Cuidem-se, sonhem, vocês podem fazer tudo o que sonharem, vocês podem transformar as suas vidas, as nossas vidas, os meninos dos Estados Unidos, ficam ricos e inventam coisas com 19/20 anos e vocês também podem.” (Fala do Fundador B, 2017) (Grifo meu)

Em entrevista, a inspetora Marcela relatou que não falam para os alunos não fumarem maconha, ou usarem outra droga qualquer. Isso, a mãe deles já faz, então, o que eles tentam fazer é explicar as causas, os riscos, e então os alunos escolhem o que querem fazer. Marcela é Mestre em Biologia Vegetal, com experiência em estudos de micropropagação e transformação de plantas e atuou na área de botânica. Então, ela explica os efeitos, como ocorre a adicção, explica que jovens da idade dos que a estão ouvindo tem mais tendência a viciar, não apenas na maconha mais em qualquer outra substância como álcool, cigarros, ou outras drogas.

Dois policiais acumulam experiências com pessoas em suas famílias, que se tornaram adictos, então geralmente eles contam algumas situações vivenciadas, contam que atualmente, seus respectivos irmãos estão “limpos”, utilizando o próprio termo que os policiais usam. Mas frisam que seus irmãos são doentes para sempre. Então falam do cuidado que os jovens devem ter consigo.

Além destes discursos, ressalta-se o que foi mencionado no capítulo anterior, que coloca o usuário como aquele que sustenta o tráfico. Já que os policiais explicam que o dinheiro vai para pagar todos os funcionários da boca de fumo, tem a parte que é utilizada para comprar mais mercadoria, o lucro do dono da boca e ainda utilizam para comprar mais armas, então, quando alguém é assaltado, sofre um latrocínio ou é assassinado, a culpa é do “ervoafetivo” como um policial ironicamente se refere ao usuário.

Abaixo, uma conversa ocorrida em um Papo com os alunos em uma escola privada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, falando a respeito do uso de drogas:

O policial explica a diferença entre regulamentação e regularização e pergunta quem é a favor da regulamentação das drogas, enquanto ainda estavam respondendo, um aluno diz que essa discussão toda só favorece ao capitalismo. Então o policial responde que tudo é capitalismo, que o ideal era não precisar existir um colégio caro como o dele para ele estudar. Então o aluno diz que é a favor da regulamentação da maconha porque é uma droga leve, é tranquilo, medicinal, recreativo, e pode regularizar tudo porque cada um faz o que quer da sua vida.

Neste momento, outro aluno argumenta que a cerveja e cigarro matam muito mais e são legais. O policial não responde e começa a dizer que a sociedade cola um adesivo, não tem jeito, como o de maconheiro. Então, usa o exemplo do cigarro Gift, com a venda ilegal. O cigarro é regulamentado, mas ainda assim existe o comércio ilegal de cigarro, então regulamentar a maconha, não acabaria com o problema do tráfico de drogas. Explica o policial que a maconha na verdade é um *plus*, porque o mais rentável para o tráfico é a cocaína.

O policial fala que em escolas públicas o embate com os alunos é bem maior quando o assunto é drogas. Então conta a história de um amigo usuário de maconha que ao ser assaltado culpou a polícia de merda<sup>31</sup>, então ele conta que disse ao amigo que ele financiou a arma que foi usada no seu assalto. A partir de então, explica o financiamento – a partir de 10 reais pra onde vai todo o dinheiro da venda da maconha, como já mencionado acima. Um diálogo será exposto adiante acerca da discussão da regulamentação:

Aluna: Mas regulamentando não tem por que ficar tão caro de modo que as pessoas não possam comprar, porque o preço dos impostos são excessivos.

Policial: precisa de dinheiro que vai tratar o doente que vai gerar, na Holanda estão revendo, no Brasil, não reverteriam os gastos com a saúde.

Policial: Vocês conseguem não beber? E querem regulamentar as drogas? A segurança pública começa em casa, desde pequeno quando a mãe não deixa a criança colocar o dedo na tomada, quando não deixa subir na cadeira, já está educando e trabalhando em prol da segurança pública, direitos e deveres compõem a cidadania.

Policial: Dois fatores que tornam alguém adicto, a idade e a tendência hereditária, vale a pena arriscar pra saber se é adicto?

Aluna: Mas se regulamentar, pode plantar em casa!

Policial: O ervoafetivo vai querer esperar dar a flor pra ele colher e poder fumar a maconha?

A policial que estava acompanhando, percebe que os alunos estão argumentando bastante, então intervém falando que toda escolha gera consequência, não estão lá para dar um papo moralista ou acusatório sobre o uso de drogas, se usa ou não usa. Mas hoje é crime! Então a policial pede que os alunos se cuidem. Fala que vão em escolas muito pobres, escolas do nível daquela que estão e escolas com o nível além, diz que tem gente arrogante em todas essas escolas. Então a policial diz que não vai aceitar alunos do nível daquela escola sendo mal educados com professores e serventes. Segundo a policial a cabeça dos alunos é pequena

---

<sup>31</sup> Nesta escola, o policial pediu licença para usar a palavra.



e o mundo é enorme, metaforicamente diz que não dá para plantar tomate e colher abacaxi. Conclui que a vida é muito maravilhosa.

Então segue dizendo que vai ter colega que vai falar pra não ouvir policial otário, mas esse não quer ficar sozinho na merda! Mas a escolha é sua! Então o policial volta a falar e diz que não pode mandar eles irem por um caminho e eles obedecerem, mas não quer que os alunos usem drogas! Encerram a fala com o jargão: O Papo foi dado, a Resposta é de vocês!

Importa ressaltar que neste discurso contrário ao uso de drogas, independente da escola ser particular, como esta, ou não, já que segundo o policial, em escolas públicas a discussão sobre a regulamentação do uso de drogas é sempre mais acalorada, percebe-se uma relação necessária entre território, pobreza, violência e tráfico. Relação conhecida e muito recorrente que criminaliza a pobreza e principalmente os homens, jovens, pobres e negros. No entanto Grillo (2008) em sua pesquisa, mostra outras formas de tráfico existentes, não perpassando esta relação feita pelos policiais do Papo de Resposta.

“Procurei compreender o funcionamento dessa modalidade do tráfico articulada em redes relacionais fundadas na amizade e cuja operação não é territorializada, mas pulverizada, sem que existam pontos de venda reconhecíveis. Trata-se de uma investigação da organização de um mercado ilegal de entorpecentes, no qual não se observa uma estrutura de “crime organizado”. Empreendedores individuais associam-se, mas não compõem grupos com diferenciação funcional interna e nem devem respeito a uma hierarquia de mando. Este trabalho refere-se, assim, ao estudo de uma sociabilidade específica em torno do tráfico de drogas, que se distingue de todas as demais formas de interação observadas no conjunto mais amplo desse mercado.” (GRILLO, 2008, p. 12)

Ou seja, Grillo demonstra como o tráfico de drogas na classe média tem suas formas de sociabilidade, não envolvendo nenhum tipo de territorialidade ou os estereótipos já conhecidos, como os marcadamente associados a favelas, pobreza e a juventude negra. Antes, o tráfico do “asfalto” ou da “pista”:

“O tráfico “da pista” reúne indivíduos oriundos de esferas de significação distintas e que não se orientam por um sistema de referências comum a não ser no que diz respeito às suas práticas comerciais. Eles frequentam lugares diferentes, não compartilham dos mesmos gostos, origem social, nível educacional ou posturas políticas e ainda assim podemos observar um sistema de crenças e valores que orientam as condutas relativas a esse mercado ilegal. A outra possibilidade mais próxima de agrupar esses traficantes em um mesmo espaço social onde possa haver algum sistema simbólico compartilhado é falar em juventude urbana ou carioca (mesmo que o universo da análise também incluía Niterói) de classe média (na sua definição mais abrangente).” (GRILLO, 2008, p. 12,13)

O tráfico na pista tem sua sociabilidade específica, não contando com associações por gosto, valores, crenças ou coisas do tipo. Os jovens de classe média, são aqueles que mais representam o mercado consumidor de drogas ilícitas, desta forma, se faz coerente a adesão desta juventude na comercialização de drogas ilícitas (GRILLO, 2008).

Isto posto, vale relativizar a fala dos policiais que, por vezes, em seus discursos contrários ao uso de drogas, principalmente as ilícitas, associam diretamente o consumo mesmo que recreativo, e geralmente é a maconha a droga mais discutida, ao sustento do tráfico e a toda rede do crime. Tais como venda e compra de armas, pagamento dos

funcionários da boca de fumo, entre outras. A associação feita do usuário com as operações policiais contra o tráfico, que geram mortes, também ocorre.

De certa maneira, estas associações justificam e legitimam as acusações feitas pelos policiais à juventude. Já que para estes, os usuários financiam toda a cadeia de crimes no Rio de Janeiro, são passíveis de serem chamados de “Ervoafetivo”, “Zé Droguinha”, “Maconheiro”, por se tratar de uma questão semântica e porque a sociedade vai sempre rotular as pessoas pelo que elas fazem. Este é o discurso legitimado dos policiais civis.

Portanto, estas categorias acusatórias utilizadas pelos policiais, reforçam todo esforço discursivo dos policiais do programa salientados neste capítulo. A partir do discurso preventivo, que visa evitar que a juventude entre para o chamado “mundo do crime”, ou que mudem suas condutas, se é que eles já cometem ilicitudes, o programa acredita reduzir o trabalho da polícia lá na ponta, utilizando as palavras dos participantes.

A produção do bom cidadão e o cuidado de si, são percebidos nos discursos morais, que embora sejam negados, estão presentes nas escolas. Quando o bom cidadão é delineado e esperado pelos policiais, encontra-se uma motivação civilizatória por parte do programa, que não considera as culturas, identidades e contextos juvenis diferenciados. Sendo assim, se propõem a chamar os jovens a uma reflexão pessoal, através da moral policial que é defendida nos discursos.

Nos discursos sobre o uso de drogas observados, são encontradas categorias acusatórias como as mencionadas, produzindo uma acusação de relação causal e simplista, pois culpabilizam os jovens usuários pelos crimes relacionados ao tráfico, violência urbana e circulação de armas. Isto sem levar em conta que o tráfico territorializado ao qual se referem, não é a única lógica de tráfico de drogas ilícitas, o que torna o argumento dos policiais questionável, visto que o tráfico na “pista” opera com lógicas distintas e não está associado a violência (GRILLO, 2008).

Estes discursos que produzem o sujeito estigmatizado ervoafetivo, não são os únicos a serem analisados neste trabalho. Encontra-se ainda todo um discurso de reprodução de hierarquias e construção do medo, visando a manutenção de corpos dóceis e condutas governáveis, como veremos a seguir.

## **CAPÍTULO IV - ABAIXAR AS ARMAS E LEVANTAR A VOZ**

Este capítulo visa apresentar a visita à Cidade da Polícia, feita durante a metodologia do Papo de Resposta. Bem como analisar importantes elementos que foram observados durante uma visita feita ao longo da pesquisa. Portanto serão abordados, a construção do medo, aspectos referentes a tutela e governabilidade em relação aos jovens e a pacificação e docilização dos seus corpos.

### **4.1 Entrada na Cidade da Polícia**

Quando os policiais vão às escolas, eles convidam os alunos para fazerem uma visita à casa deles, que é a Cidade da Polícia. Dizem que foram à casa dos alunos que é a escola, e agora estes devem retribuir a visita. Os policiais fazem questão de dizer que o espaço da Cidade da Polícia é um lugar público, feito com dinheiro público, de todos e para todos. Então eles tem a oportunidade de irem lá se “apropriarem” deste espaço. No momento, será relatada uma destas visitas acompanhadas no decorrer da pesquisa. A visita ocorreu com duas turmas do 9º ano do ensino fundamental de uma escola municipal, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, os alunos aparentavam ter cerca de 14 anos de idade. A inspetora de polícia Marcela, me relatou que a diretora havia contado que metade de seus alunos na escola eram “bandidos” e a outra metade “prostituta”.

Marcela levou os alunos para que conhecessem as dependências da Cidade da Polícia, cada delegacia especializada, explicando qual era a necessidade dessas delegacias e tirando algumas dúvidas dos alunos sobre o funcionamento, como por exemplo, se essas delegacias mesmo sendo lá dentro, funcionam como as outras, e sim, funciona atendendo a comunidade, como qualquer outra Delegacia de Polícia. Os alunos estavam ansiosos por ver as dependências da Polinter, onde esperavam e ver as celas, e os indivíduos que lá se encontravam.

Ao chegarem lá em frente, os policiais Marcela e Tiago explicaram que antes os alunos podiam entrar nas dependências, sem tirar foto das pessoas presas e nem estabelecerem nenhum tipo de contato. Porém, Marcela contou que em determinada circunstância, um aluno falou para um indivíduo que se encontrava preso: “Aí se ferrou hein!”, fazendo sinais com as mãos. O preso reagiu cuspidando no menino, o que levou o delegado a proibir a entrada dos alunos na Polinter. Enquanto isso, chegou a viatura que leva as pessoas presas para o complexo de Bangu. Então os alunos presenciaram a retirada dos detentos da Polinter, se encaminhando à viatura.

Uma estudante ao perceber o que estava ocorrendo, começou a chorar muito e se afastou, dando costas para o que estava ocorrendo. Sinalizei para a professora, pois a menina não me parecia estar bem. A professora me respondeu dizendo que o irmão da menina havia sido preso e depois morto, então ela estava se deparando com a realidade, o que segundo a professora era algo positivo.

Tiago então reuniu o grupo falando que este tipo de coisa (pessoas sendo presas) pode ocorrer com qualquer um. Desde que façam más escolhas, fazendo coisas erradas. Ele relembrou, “lembram o que nós conversamos com vocês na escola, a resposta é de vocês, vocês podem escolher o caminho bom, fazendo o que é certo, ou podem escolher fazer coisas erradas, mas aí vai dar nisso aí! (apontando na direção da Polinter)”. A professora que os acompanhara, perguntou: “Eles também podem ir presos caso façam alguma coisa né?” Tiago respondeu: “No caso de menores de idade, nós não chamamos de presos, mas são apreendidos e depois levados para as instituições de menores como Padre Severino.”

Após falar com os alunos, Tiago me contou que antes de serem proibidos de entrarem na Polinter, por medidas de segurança para os alunos, eles colocavam os adolescentes na cela, para que cada um sentisse o peso de como é, em muito menor escala, encontrar-se preso.

Passado isso, os alunos entraram nas dependências do esquadrão antibomba, parte referente a CORE, Tropa de Elite da Polícia Civil do Rio de Janeiro, como explicou Marcela. Então, o chefe do esquadrão os recebeu, passou um vídeo mostrando algumas imagens deles isolando locais, detonando bombas, ou então desativando-as. Depois o grupo viu um robô que é utilizado nas atividades. Os alunos fizeram perguntas, como por exemplo, se já haviam errado alguma vez, e o agente respondeu que nunca erraram. Pois nesse caso, um policial só pode errar uma vez, porque ocorrido o erro, o mesmo morre.

O grupo então foi avisado que não poderia ir à cidade cenográfica (favelinha, como os policiais chamam), onde queriam muito ir. Lá, ocorrem as simulações de operações, e no momento estava acontecendo treinamento, então não poderiam ir até lá. Viram apenas uma parte de longe. Após, os adolescentes foram levados ao centro esportivo, onde teriam uma aula como se eles tivessem passado na prova da polícia e agora estivessem na academia de polícia.

Tiago me explicou que essa aula era muito legal, pois trabalhava com os alunos o respeito ao professor, trabalho em equipe, espírito de liderança e disciplina. Então, os alunos que quiseram fazer a aula, entraram no tatame, e Fernando, professor de educação física da academia de polícia, se apresentou, mudou os alunos de lugar e não os deixou falar, dando um tratamento, ainda que muito minimizado, como se estivessem em uma aula real do treinamento inicial dos policiais.

Fernando, já de início explicou que a palavra aluno, é um vocábulo oriundo de “sem luz”, ou seja, ali, quem detinha a luz e o conhecimento era o professor. Então ele fez com que todos sentassem da mesma forma, sempre falando “vamos padronizar.” Perguntou quem gostaria ser o representante da turma, ignorou todos aqueles que levantaram a mão e escolheu exatamente o que desviou o olhar, sem perguntar se o mesmo tinha interesse em ser representante. O aluno foi obrigado a ser o líder da turma.

Então começou a desenvolver as atividades, e qualquer erro no exercício, qualquer palavra ou gestual fora de hora, os alunos tinham que pagar flexões ou abdominais, sentar, deitar e levantar rápido, como se estivessem com uma arma na mão. Fernando ensinou que para “pagarem” pelo erro ele iria perguntar: “Só a dor?” Então os alunos responderiam: “Gera compreensão!”, e ele reproduziu isso muitas vezes em voz alta e ativa com os alunos. A aula acabou com Fernando falando sobre a importância de trabalharem juntos, que agora eram uma família, se um sofresse, todos também sofreriam. O coordenador da área de educação do Papo de Resposta, o Fundador B, foi ao encontro de Tiago e disse: “Esse Fernando é um showman!” Pois de fato, o professor é muito carismático e sua aula dinâmica.

Tiago me explicou que muitos policiais dentro da Cidade da Polícia, não concordam com o trabalho do Papo de Resposta. Acham inútil, Mas Tiago disse que a estratégia deles é exatamente esta: “abaixar as armas e levantar a voz”, me disse que estão certos que é com a juventude que eles devem trabalhar. Não é com arma na mão e dando tiro que se resolve.

Com este breve relato, percebe-se que em todas as conversas sempre há o reforço da ideia da responsabilização do jovem por seus atos. No centro desportivo, a intenção dos policiais é fazer com que os alunos realmente internalizem os princípios que são passados, como o respeito a hierarquia, o que remete a disciplina como uma forma de poder sobre o corpo, que é individualizante, segundo Foucault (2005).

## 4.2 Construção do medo

A partir do relato acima descrito, mas também de todo o decorrer dos capítulos anteriores, percebe-se que o uso de ameaças, como estar na ponta do fuzil, encontrar um dos policiais do programa na rua, ou ainda a possibilidade de entrar em uma cela na Polinter, além dos esforços para enfatizar a hierarquia existente, como na aula no centro desportivo, são fatos que fazem parte de uma construção do medo por parte dos policiais para com os adolescentes. No entanto, é importante perceber que boa parte dos jovens atendidos pelo Papo de Responsa, são jovens que, como já abordado, sofrem o processo de sujeição criminal (MISSE, 2010). Carregam o perfil do jovem tomado pela polícia como elemento suspeito (MUSUMECI; RAMOS, 2005). Ainda segundo as autoras, os jovens produzem representações sociais e opiniões acerca das abordagens policiais e seus contatos com policiais. Os jovens compreendem as abordagens como um dispositivo de controle social da vida urbana, visto que, as investidas policiais são o elo, a relação entre o Estado e os segmentos da juventude, principalmente, da juventude periférica. Surge o conflito e o medo dos jovens em relação a polícia. Os jovens rotineiramente são abordados nas ruas de maneira hostil e sem justificativa. A relação de jovens negros e pobres com a polícia, é uma relação conflituosa e de insegurança. Enquanto jovens de classe média e alta, também passam por situações constrangedoras com a polícia, levando-os a terem uma relação de desconfiança e de tensões que geram medo da instituição policial.

A disseminação do medo como controle da vida urbana e garantia da ordem é percebida como estratégia desde muito tempo, segundo Batista:

“No Brasil a difusão do medo e do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação sócio-econômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem no ponto de vista sócio-econômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas.” (BATISTA, 2003, p. 21)

A polícia no Rio de Janeiro, que desde o início foi criada para que a elite e a corte fossem protegidas, desde então teve seu inimigo bem delimitado. A polícia já mantinha um tipo de pessoas denominadas como classes perigosas e agiam de modo ostensivo, com a justificativa de prevenir crimes e manter a ordem. O Papo de Responsa, também visa prevenir que jovens cometam crimes. Há uma sensação de insegurança relacionada aos jovens pobres, principalmente se forem negros, presente na sociedade e em alguns discursos dos policiais, atribuindo a estes indivíduos, um rótulo que os criminaliza, fazendo com que os mesmos não tenham seus direitos respeitados, passem por situações de constrangimento e sejam alvos de operações policiais desrespeitosas e preconceituosas.

“O resultado concreto da vitória do pacto sinistro é uma política econômica de exclusão (desemprego, fim de direitos trabalhistas e ect.) e uma política de segurança pública que faz corar os saudosistas dos anos setenta: extermínio, opressão policial contra marginalizados do tipo camelôs e flanelinhas, perseguição a consumidores de drogas e etc.” (BATISTA, 2014 p.20)

Ocorre a construção do medo nos discursos e práticas policiais no Papo de Resposta através de hierarquias, ameaças, a presença física do fuzil nas visitas às escolas. Porém, isto se torna justificável pela construção do medo que ocorre antes. O medo das “classes perigosas”, que legitima desde as políticas de extermínio, até ameaças nas salas de aula.

Estas ameaças ocorridas nos discursos de todas as etapas do Papo de Resposta com os alunos, produz o medo através da fala. Ao passo que os policiais em diversas circunstâncias, colocam os estudantes no lugar do criminoso, ele está abaixando a arma, levantando a voz e inculcando o medo. Para confirmar esta afirmação, algumas falas dos policiais serão retomadas.

“Os policiais que morreram, morreram em assalto. Em confronto, a polícia sempre ganha. A polícia vai matar! Eu sou policial e eu não vou perder nunca.” (Fala do Fundador B, 2017)

“Meu Papo não é moralizador, eu não disse que você não pode fumar. Você pode fumar, só que eu vou te prender.” (Fala do policial, 2018)

“Eu adoro arma, atiro muito bem! Espero não encontrar ninguém do outro lado!” (Fala da inspetora Marcela, 2018)

“A gente tá cansado de prender meninos e meninas com a cara de vocês. É a cara de vocês na ponta do meu fuzil, são vocês que mais morrem. É a cara de vocês que passa fome, que tá no DEGASE. 48 mil jovens morreram ano passado, jovem, negro, de baixa escolaridade e pobre.” (Fala da inspetora Marcela, 2018)

Percebe-se como a produção do medo de estar “do outro lado” ou de estar “na ponta do fuzil” medo da “polícia matar”, é algo recorrente nos discursos dos policiais do programa, visando que estes jovens não cometam crimes e mantenham uma conduta responsável.

### **4.3 Dispositivos, técnicas e gerências do Papo de Resposta**

O Papo de Resposta, seguindo os termos de Foucault (2005), aparece como um dispositivo de poder regulamentador que faz o jovem viver, regulamentando a maneira como se dará esta vivência. Os discursos repetidos pelos policiais reproduzem sua autoridade e reafirma o tempo todo uma hierarquia onde eles estão em posição superior ao lugar dos alunos. Segundo Foucault (1996), o que está e jogo no momento do discurso é a posição de poder, que como visto é um mecanismo utilizado para a produção do medo em relação aos estudantes.

Na aula de 21 de março de 1979, compilada no livro “O nascimento da biopolítica”, Foucault coloca em jogo um tipo de análise que perceba a inversão do social com o econômico, então, fala como os neoliberais americanos tentam utilizar as análises e economia de mercado para decifrar as relações não mercantis para decifrar os fenômenos sociais. O autor usa como exemplo ainda a Alemanha onde existia a política de mercado, mas deveria haver ainda uma política de sociedade para então se constituir um espaço apto para o mercado, onde os mecanismos de concorrência que fazem parte do mercado, pudessem de fato ter agência. Deste modo, o autor volta a falar do neoliberalismo americano, em que se generaliza a forma econômica do mercado, toda a sua lógica no corpo social, então o quadro político moral deve assegurar uma comunidade que não se desagregue, o Estado deve garantir, utilizando as palavras do autor (FOUCAULT, 2008), “uma cooperação entre os homens naturalmente enraizados e socialmente integrados”. Então, para o autor, o que se tem são tentativas de decifração em termos econômicos de comportamentos sociais antes não econômicos.

Então Foucault passa a falar sobre o custo da delinquência, sobre o quanto custa para os governos terem indivíduos que ele chama de ladrões agindo como bem entendem. Além do custo da prática judiciária que segundo o autor era criticada e portanto, os reformadores buscavam na prática penal através de um cálculo de utilidade, minimizar os custos o mais baixo possível. Assim, Foucault, aponta que a lei é a forma mais econômica para punir devidamente as pessoas que são nocivas à sociedade. O autor desconstrói a ideia do crime ser algo natural, ele aborda que o crime não está dado. Só existe crime após a criação da lei, quando a mesma é infringida. Devendo haver penas estabelecidas e fixas na própria lei, de acordo com a gravidade da infração cometida. Foucault dá a definição de crime como todas as ações que faz com que o indivíduo corra risco de ser condenado a uma pena. Após esta definição, o autor traz as definições do código penal e dos neoliberais, sendo que a do código penal não dá nenhuma definição qualitativa, ou moral do crime, colocando de forma objetiva, o ponto de vista do ato, o delito é a atitude punida por penas correccionais enquanto para os neoliberais, a definição é próxima, para eles é o que faz o indivíduo correr risco de ser condenado a uma pena, o que muda então é o ponto de vista, para os neoliberais, segundo Foucault, eles se colocam do ponto de vista de quem comete ou vai cometer um crime (FOUCAULT, 2008).

No entanto, faz parte desta governamentalidade, o enforço da lei, que é o conjunto de instrumentos de ação sobre o mercado do crime que leve o indivíduo a perceber a demanda negativa deste mercado em oposição à seguir a lei. Para o autor, o sistema penal deve se ocupar com as condutas, já que estas produzem ação onde os atores esperam lucros e são afetados pelo risco, por isso deve haver esta reação como uma oferta contrária ao crime. Porém, para que a política penal seja boa, não se tem em vista a extinção do crime, mas um equilíbrio entre as ofertas e as demandas negativas à ela, a sociedade vai bem com determinadas taxas de crime, e com o comportamento econômico controlado.

Em “Segurança, território e população”, aula de 11 de Janeiro de 1978, Foucault começa deixando claro que sua análise dos mecanismos de poder não intenciona ser uma teoria geral do poder. Antes, ele intenciona entender como o poder ocorre, por onde e por quem passa, já que para ele o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem como função manter a si mesmo, ainda que não consiga. É um conjunto de procedimentos e por isso, o autor analisa como funciona a mecânica do poder e não o que vem a ser o poder em si.

Foucault traz o seu conceito de biopoder, já que pra ele, desde o século XVIII, voltaram a levar em conta que o ser humano constitui uma espécie humana, o conjunto de elementos quais na espécie humana configura-se características biológicas fundamentais, vai poder entrar em uma estratégia política geral de poder. Em outras palavras, o biopoder trata-se da gestão calculista da vida, o biológico passa a ter centralidade na política, levando às tentativas racionalizadas de intervir na vida dos seres humanos individualmente ou de forma coletiva. O biopoder é um dos mecanismos da governamentalidade, transformando a vida em produção de poder a partir das relações humanas.

A governamentalidade por sua vez para Foucault é uma forma de poder que tem como saber a economia política, visto também no texto trazido no trabalho do nascimento do biopoder, utiliza como instrumentos os dispositivos de segurança, a governamentalidade, visa agir sobre a conduta individual e coletiva a partir de determinados objetivos.

Isto posto, percebe-se que Foucault quer tratar a respeito de um saber político direcionado para o controle da população através de mecanismos de regulação, então, o autor enumera cinco proposições no que tange ao poder. De início, como já dito, ele estabelece que analisa a mecânica do poder, e não o que é de fato o poder. Depois, analisa os procedimentos decorrentes das relações que se estabelecem, mantem e transformam os mecanismos de poder,

os mecanismos de poder, para ele, são a causa e o efeito destas relações. A terceira proposição mostra pelas lutas e combates quais são os efeitos do saber produzidos na sociedade através dos mecanismos de segurança, após, o autor propõe que não há discurso teórico ou ainda análise, que não seja embasado em um discurso imperativo. Por fim, a quinta proposição, visa indicar um único imperativo categórico e incondicional que é o de nunca fazer política no discurso teórico.

Ao falar sobre o que é a segurança, Foucault apresenta dois mecanismos que estão próximos no sistema penal, mas se diferenciam da segurança. O primeiro é criar uma lei, estabelecendo uma punição, este é o sistema de código legal com divisão binária estabelecendo o que é permitido e o que não é. O segundo mecanismo é a lei enquadrada por mecanismos de correção e vigilância, este, é o mecanismo disciplinar. Enquanto o dispositivo de segurança vai perceber os acontecimentos de maneira global, inserir fenômenos, roubos ou outros acontecimentos prováveis, além de estabelecer os cálculos de custo, fornecer tabelas mostrando na divisão binária o permitido e o proibido, fixar a média considerada ótima e estabelecer o limite do aceitável para que não se tenha excessos. Foucault fala a respeito do cálculo que deve ser feito para estabelecer o custo benefício de prevenir ou punir os crimes, o que está ligado à divisão binária entre o permitido e proibido. Aparece então o indivíduo culpado, além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune este culpado. Outra questão que se coloca em termos de segurança é o modo como se faz a prática da penalidade, já que na realidade, a questão fundamental é a economia e a relação econômica entre o custo da repressão e o custo da violência, o que traz uma alta nas técnicas disciplinares.

A disciplina é um modo de individualização das multiplicidades, por exemplo, a disciplina escolar, militar, é feita de forma hierárquica e vertical, de modo que o indivíduo é uma maneira de recortar a multiplicidade. Já a soberania aparece como algo que se exerce no interior do território. Podendo então separar a soberania exercendo-se nos limites do território, a disciplina sobre o corpo dos indivíduos, enquanto que a segurança se exerce sobre a população como um todo, gerindo as circulações através de taxas e probabilidades.

“Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado.” (FOUCAULT, 2008, p. 27)

Por fim, o espaço onde ocorrem todas estas relações é chamado de meio, é onde ocorre a circulação, as ações, é um espaço de intervenção para os mecanismos agirem nos indivíduos, onde percebe-se desempenhos esperados, na disciplina. Esta relação de espaço e o meio, na próxima aula, do dia 18 de Janeiro de 1978, dará lugar a relação do governo com o acontecimento, tendo como exemplo de tal acontecimento, a escassez. A escassez alimentar, que diferente do que se pode imaginar, não é a fome, mas insuficiência de cereais necessária para que a nação possa subsistir. Em períodos de escassez, a tendência é que aqueles que detém o determinado produto em falta estoque cada vez mais, aumentando o preço do produto. Quando isto ocorre, tem as consequências mais graves e sensíveis no meio urbano, já que no meio rural é menos difícil de se superar.

Então Foucault salienta que neste meio urbano, existe uma grande probabilidade de revoltas em casos de escassez, portanto o governo deve encontrar medidas para que a revolta seja evitada. A escassez alimentar é a má sorte no estado, aparece como uma forma de má



fortuna para um povo e para seu soberano, além do autor mostrar a escassez alimentar sendo vista de uma matriz filosófica e moral como uma má natureza do homem, no sentido de que a má natureza humana vai influenciar na escassez alimentar, já que o homem é egoísta, vai gerar esses fenômenos da estocagem, do açambarcamento, fazendo com que a escassez se torne ainda pior, trazendo consequências mais graves. Então, do ponto de vista jurídico moral em que conceitua a má natureza humana decaída e o conceito cosmológico político de má fortuna, são os dois marcos gerais para se pensar a escassez alimentar.

Se faz importante ainda salientar que para Foucault, as multiplicidades, que são grupos de indivíduos, só são pertinentes à ação econômico política do governo como intermédio para obter algo a nível de população, já que esta é pertinente, servindo como objetivo, uma vez que, a população para o autor é um sujeito político, sujeito coletivo alheio ao pensamento jurídico e político. O povo se comporta em relação a gestão da população porém, se recusa a se colocar como população e desajusta o sistema. Então encaminhando-se para o final da aula, o autor retorna a fala sobre os dispositivos de segurança, falando como os fisiocratas e os economistas do século XVIII, pensaram para a escassez alimentar, e desta forma se quiser um dispositivo como este, se faz necessário comparar aos mecanismos disciplinares, encontrados na mesma época dos mecanismos de segurança. Sendo a disciplina sempre centrípeta.

A disciplina delimita um espaço no qual seu poder e seus mecanismos funcionarão sem limites. A disciplina isola, concentra, proíbe, confere permissão, ela não deixa escapar nada, segundo o autor, ela regulamenta tudo, enquanto o dispositivo de segurança deixa fazer, estes dois mecanismos agem de modo diferente. Enquanto a disciplina tem como função impedir tudo e cada detalhe, falar o que deve ser feito, a segurança tem por função, apoiar-se nos detalhes que vão ser tomados como processos inevitáveis, naturais e necessários para obter algo que será considerado pertinente no âmbito da população. Vale trazer ainda mais uma discrepância feita pelo autor no que tange esses mecanismos. A lei está no imaginário e só é feita imaginando todas as coisas que poderiam, porém não devem ocorrer, então, a lei proíbe. Cria-se um espaço de regulações, obrigações e proibições em diferentes instâncias na realidade dos indivíduos, como se pode perceber na citação abaixo:

“Enfim, a segurança, ao contrário da lei que trabalha no imaginário e da disciplina que trabalha no complementar da realidade, vai procurar trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças a e através de toda uma série de análises e de disposições específicas.” (FOUCAULT, 2008, p.62)

Foucault conclui sua aula dizendo que a técnica política nunca pode se afastar do liberalismo, do deixar as pessoas fazerem, visto que assim a realidade se desenvolve de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos da própria realidade. Para o autor, a liberdade vai além da ideologia. Ela é técnica de governo, assim, ela deve ser entendida dentro das mutações e tecnologias de poder, além de ser mais um dispositivo de segurança, a medida que nas faculdades de circulação, ocorre a implementação dos dispositivos de segurança, na física do poder que só pode se apoiar na liberdade de cada um.

Iniciando outra aula de Foucault, agora do dia 17 de março de 1976, compilada no livro “Em defesa da sociedade”, o autor começa trabalhando através do poder sobre a morte e a vida, quais seriam as diferenças entre o poder do soberano e o biopoder. Ele mostra como morte e vida são atemporais embora mude a forma como são evidenciadas. O soberano tem por direito fazer morrer e deixar viver, deste modo, a vida ou a morte dos súditos, só se tornam direitos dependendo da vontade do soberano. É o direito de fazer morrer que confere o poder de dominação ao soberano. No entanto, desde o contrato social, os súditos esperavam

que o soberano oferecesse proteção à vida, sendo então a vida e não a morte um direito do soberano.

Além disso, Foucault ainda ensina que com as modificações do direito político no século XVIII, ocorre uma inversão desse direito da morte que se torna o direito e poder de fazer viver. Então, durante o século XVIII, Foucault percebe a presença de uma nova disciplina de poder, para além da disciplina. A disciplina visa reger as multiplicidades dos homens, já que estas redundam em corpos individuais, que devem ser vigiados, treinados, utilizados e também, punidos. Já esta nova técnica de poder, não se direciona ao homem no sentido do corpo, mas ao homem ser vivo, como espécie. Esta, trata-se da biopolítica, que é massificante, refere-se à toda espécie humana, levando em consideração os processos como proporção de nascimentos, óbitos, taxas de fecundidade da população, entre outras. O que contribuiu para medições estatísticas, mas também para a construção dos primeiros objetos de saber e os primeiros objetos de controle da biopolítica. Segundo o autor, a biopolítica vai se introduzir não somente nas instituições de assistência, mas também de forma bem racional na economia, seguros e poupanças. A biopolítica como uma tecnologia de poder, vai enfim, lidar com a população como problema político, científico, biológico e de poder. Ela visa extrair seu saber para que assim possa definir o campo de intervenção de seu poder.

Com a biopolítica o soberano tem o direito de fazer viver e então tem o poder de regulamentação da vida, do modo como se vive, mesmo porque visa ainda diminuir eventualidades como acidentes, deficiências, mortes etc. Diferente da disciplina que é a acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual com treinamento e também vigilância. No entanto, para Foucault, o elemento que vai circular entre o mecanismo disciplinar e o mecanismo regulamentador é a população. Esta permite ao mesmo tempo que seja controlada as ordens disciplinares do corpo e os acontecimentos aleatórios como os de ordem biológica, por exemplo. O autor segue falando que essa interseção que ocorre entre os mecanismos de ordens diferentes, se dá por conta da norma, já que esta, se pode aplicar tanto em um corpo que se visa disciplinar quanto em uma população que se quer regulamentar.

Para Foucault, a emergência do biopoder como mecanismo de Estado, inseriu o racismo sendo neste domínio proposto da vida, um poder de corte entre quem pode viver e quem pode morrer. Uma função do racismo está em fragmentar e fazer cesuras no interior do contínuo biológico a que o biopoder se dirige. O racismo ainda tem outra função que terá um papel na relação positiva inerente ao quanto mais o indivíduo matar, mais deixará morrer, e por isso, mais este indivíduo viverá. Esta sociedade de normalização e biopoder, o racismo é fundamental para tirar a vida de alguém, sendo assim, Foucault diz que a função do Estado de assassinar alguém, só pode ser garantida caso o Estado funcione nos moldes do biopoder pelo racismo, criando assim uma mão dupla entre o racismo e biopoder no que tange ao direito de matar. Foucault explica que as teorias evolucionistas do século XIX, transformaram-se em discursos políticos, e estas mesmas sociedades modernas que os proferiram funcionam baseadas no biopoder.

Então o autor cita especificidades onde o racismo é facilmente notado em uma sociedade em que o biopoder é algo recursivo. Então ele fala que se a criminalidade foi pensada em termos racistas, então foi a partir do momento em que se possibilitava a condenação à morte ou o isolamento total de um indivíduo que cometeu crime, em um total mecanismo do biopoder. Este tipo de racismo, Foucault chama de moderno e diz que sua discrepância está em permitir o biopoder exercer-se, estando ligado a técnicas e tecnologias de segurança, como as vistas nos Estados nazistas, que para o autor generalizou o biopoder e o direito soberano para matar, visto que em toda a sociedade, o biopoder e uma ditadura absoluta, com os mecanismos organizados em torno da disciplina, da regulamentação vieram

a coincidir. Para o autor, somente o nazismo levou à máxima instância o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder, no entanto, todos os Estados utilizam este jogo, como o autor chamou. Então o Estado socialista é tomado como exemplo de racismo quanto ao funcionamento do Estado moderno e do Estado capitalista, visto que o socialismo apesar de criticar o biopoder e ter modificado, fez uso dos seus mecanismos e modos de funcionamento. “O racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa (...)” (FOUCAULT, 2005, p. 308.).

Percebe-se após leitura de diferentes trechos de livros de Foucault como ele está preocupado em trazer a importância do Estado consciente da gerência da vida dos indivíduos enquanto seres individuais, como grupos de pessoas e como homens no modo geral, de maneira ampla se referindo ao ser humano. Diferente do que antes encontrava-se nos trabalhos de Foucault, o poder agora está situado no nível da vida, nas circulações, nas condutas que devem ir conforme o mercado econômico espera, a biopolítica e a disciplina interferem nas consciências e nos corpos. Estas regulamentações são encontradas em redes traçadas pelos indivíduos e em outros níveis de representação do Estado como instituições de segurança, instituições médicas. A ideia de que tal poder era prejudicial para a vida das pessoas foi sendo posta de lado pelo autor que fez esta virada pensando como até mesmo a liberdade é um mecanismo de segurança e também de regulamentação, já que o liberalismo trabalha a partir da realidade produzindo racionalidades que oferecem tecnologias e dispositivos.

Nos diferentes textos apresentados até então no presente trabalho, foi-se apresentado diferenciado a disciplina, a segurança, leis, e como o poder do Estado de intervir na vida das pessoas, de controlar corpos como na disciplina, como a segurança se exerce sobre o conjunto da população, as leis de forma a proibir e prever uma pena.

No entanto, o poder não é imposto por repressão, antes, os indivíduos obedecem pela sua própria vontade. Agora, nesta virada de Foucault, o governo deve governar condutas, como foi visto nos textos acima, os indivíduos se auto governam, a partir de saberes e disciplinas, o que está relacionado ao conceito de governamentalidade desenvolvido pelo autor e que permite a circulação das pessoas e outros fluxos. Esta forma de administrar as condutas é vista a partir da normalização disciplinar onde os governos, diferente da soberania, deve gerir as pessoas, taxas, circulação de modo que se evite conflitos e desestruture o modo de produção. A gerência dos governos sobre as pessoas não passa mais pela repressão, mas pela normação a internalizada pelos indivíduos.

Nas conversas como os estudantes, os policiais sempre lembram da responsabilidade que cada um tem com a sua conduta e com o seu futuro. Eles utilizam, nos termos de Foucault, os dispositivos de segurança e autogoverno a partir do momento em que “o papo já foi dado, agora a resposta é de vocês”. Assim como o autocontrole, a governamentalidade, visa agir sobre a conduta individual, gerindo então as populações. Deste modo, o Papo de Resposta, como programa do Estado, utiliza tais técnicas como meio de gerência individual mas também coletiva.

#### **4.4 A tutela do Estado**

Assim como já se tem notado, a polícia é uma das instituições que representam o Estado, atuando na sociedade e gerindo condutas de indivíduos. O que será visto no artigo de Márcia Pereira Leite, “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro” (2012). Embora o objeto da presente pesquisa não seja a temática de favela ou das Unidades de Polícia Pacificadora, o artigo de Márcia Leite e

mais a frente o de João Pacheco de Oliveira, contribuem para a reflexão acerca da tutela do Estado, gerindo vidas, acionando mais esta reflexão às discussões a respeito do Papo de Resposta.

No artigo a autora analisa a construção social das favelas como um espaço de violência e marginalidade no Rio de Janeiro, focando, portanto, nas políticas de segurança pública voltadas para essas localidades. Leite explica que os termos favela e favelado são produção de uma modalidade de identificação que legitimam e justificam determinada forma de gestão estatal neste território e nestas populações, estes termos são nomenclaturas que demonstram uma relação de poder onde indivíduos tem meios de definir a identidade dos outros, enquanto entes, serão apenas objeto dos empreendimentos.

Segundo Leite (2012), não se trata do Estado não estar presente nestes territórios, mas suas atuações não são satisfatórias nem suficientes às demandas locais. Sua presença é caracterizada por serviços de baixa qualidade, clientelismo, brutalidade nas atuações policiais e desrespeito aos direitos civis dos moradores, fazendo com que a favela seja sempre vista como oposta à cidade. No entanto, todo este estereótipo negativo das favelas, até meados dos anos 1980, era contrabalançado pela sua valorização como berço do samba, do carnaval, da cultura popular e ainda pela sua representação enquanto comunidade. Porém, nos anos 1990, a favela passou a ser fortemente tematizada pela violência e insegurança que levariam aos bairros onde eram inseridas, aumentando assim o estigma de classes perigosas, imputado aos seus moradores.

Com o medo advindo da insegurança referente aos riscos à integridade física e patrimonial, encontra-se esse novo sentido dado a pobreza e a marginalidade, que é tipificado pelo imaginário social da favela. Segundo Leite, com o aumento do crime no Rio de Janeiro, relacionado à expansão do tráfico de drogas, a reação foi recorrer aos discursos da metáfora da guerra de todos contra todos, legitimando o risco cotidiano ao direito à vida. A metáfora da guerra foi se reafirmando nas décadas seguintes, não permitindo que se diferencie bandidos ou moradores no tocante as favelas. A relação de alteridade produzida faz com que os conflitos sociais ganhem tons de guerrilha contra o inimigo, e a partir da construção do imaginário do inimigo, o extermínio é possível além de medidas institucionais estranhas à normalidade. Se faz importante trazer, ainda, que a metáfora da guerra desloca a discussão da violência do campo da segurança pública para o terreno moral. Atribuindo aos habitantes uma moralidade duvidosa, já que eles tantas vezes preferem obedecer às leis do traficante e não as leis do país. Desta forma, os policiais com sua força desmedida, tem o poder de decidir o que é legal ou não, por conta do seu dispositivo de discricionariedade, onde ele mesmo não é submetido à lei, faz avaliações e julgamentos individuais, influenciado pelo contexto da ação, pelos preconceitos relacionados a estigmatização das favelas e de seus moradores.

Esta estigmatização, e a discricionariedade faz dos moradores das favelas, criminosos e objeto de guerra e da força pelo Estado. O que é perceptível ao olhar índices de homicídios cometidos por policiais, embora muitos deles estejam escondidos pelos autos de resistência. Toda essa lógica é sustentada pela impunidade ao policial, o que favorece ainda mais a metáfora da guerra. A autora percebe a UPP como dispositivo de disciplinarização dos moradores das favelas. “Os dispositivos de disciplinarização são muitos: discursos, regulamentos, medidas administrativas e atividade policial que reprimem o que é considerado não civilizado (como bailes funk, música alta, encontros e festas nas ruas, etc.)” (LEITE, 2012, p.384).

A implementação das UPPs representa uma mudança na segurança pública, no modo de gestão estatal dos territórios. O objetivo é recuperar o controle da favela, e acabar com o domínio armado estabelecido, isso por meio das bases de policiamento militar que se

encontram nas favelas. Desta forma, percebe-se que não se trata apenas de restringir os armamentos e a violência, suprindo emergências necessárias, mas o projeto de pacificação, visa tornar os moradores da favela civilizados, utilizando os termos de Foucault, a pacificação visa gerir as condutas dos moradores, disciplinarizando para que a favela saia de dentro deles. Sem, contudo, levar em consideração os reais anseios dos moradores, que esperam do Estado, o fim da metáfora da guerra, garantindo que eles tenham o mesmo tratamento que qualquer outro cidadão.

O que se encontra na política pública implementada com as UPPs, ainda utilizando os termos de Foucault é o biopoder percebido na disciplinarização dos corpos. Ao passo que visa mudar as condutas individuais, além da gestão global, onde objetivam levar determinada cultura para a favela, como se os moradores fossem destituídos da mesma e não levando em consideração a própria cultura local. Existe uma normalização que deve ser internalizada pelos indivíduos para que eles mesmos se policiem agindo do modo esperado pelo Estado. Como Leite abordou, a UPP intenciona civilizar os habitantes da favela, trata-se da gestão de condutas. A relação entre segurança, população e governo é fundamental para Foucault, portanto, as tecnologias de poder são focadas na vida dos indivíduos, se propondo a controlar eventos inesperados, garantindo a segurança como um todo.

A governamentalidade, enquanto uma destas tecnologias, utilizando o livro “Microfísica do poder”, implica no conjunto formado por instituições, com procedimentos, análises, reflexões, táticas, cálculos que possibilitam a execução dessa forma de poder que tem como alvo a população, e tem como instrumentos os dispositivos de segurança, essa governamentalidade é importantíssima para os governos na sociedade moderna (FOUCAULT, 1995). Estes dispositivos de segurança no programa das UPPs, aparecem ainda como uma resposta do governo do estado do Rio de Janeiro às críticas referentes a pouca efetividade e presença do Estado naqueles territórios, oferecendo serviços de má qualidade além das ações policiais hostis, além disso, qualquer ação disciplinar e medidas de segurança que ocorram nos territórios das favelas, são legitimados e justificados pela metáfora da guerra, seja essa favela pacificada ou não. Os moradores das favelas sofrem com o poder disciplinador e regulador, apoiados muitas vezes em um discurso de degradação moral, já que não basta ao poder do Estado fazer viver, já que com seus mecanismos ele tem seu modo como viver, levando em consideração ainda a política econômica e todos os outros interesses.

O Estado através do Papo de Resposta tem este caráter de fazer viver, mas vai além, já que tem uma moralidade de como viver. Não se trata apenas de fazer viver, mas está relacionado com o governo destas vidas. As Unidades de Polícia Pacificadora e o Papo de Resposta se encontram em seus objetivos de gerência de condutas, de pacificação e tutela dos indivíduos que momentaneamente ou não estão debaixo do seu poder.

“O núcleo básico da tutela é a atribuição a um grupo do poder de falar e agir no lugar de outro, instituindo entre ambos uma relação complexa de expectativas e trocas assimétricas. Tal poder pode resultar da guerra e da conquista (situação colonial típica), de um mandato jurídico-político explícito ou de uma visão fortemente preconceituosa e discriminatória de um grupo em relação ao outro. Não consiste no uso puro e simples de um poder econômico e social, não é algo estritamente pessoal, patrimonial, nem deriva do parentesco. Embora tal condição de poder seja transmitida por processos institucionais, a sua função e conteúdo real nunca estão enunciados nas atribuições burocráticas.” (OLIVEIRA, 2014, p. 144)

Torna-se notório então como as práticas e discursos do Papo de Resposta, conferem ao programa uma dimensão tutelar, onde a relação com o tutelado é assimétrica, demarcando sua superioridade hierárquica e visando, portanto, gerir a vida dos estudantes.

“Transformar a responsabilidade pública em uma tutela militarizada, exacerbando as divisões socioeconômicas existentes, fortalecendo as atitudes discriminatórias e o preconceito, foi o caminho escolhido, que levou à formação da “Fobópole” de que nos fala Souza (2008). As pesadas e justificadas críticas que, no Brasil e no exterior, tal política de segurança recebeu, estimularam as autoridades públicas a darem um passo além. Com a criação das UPPs, veio uma nova retórica, na qual a tutela não era apenas guerra, mas “pacificação”, incluindo tanto aspectos repressivos quanto benefícios materiais e ações assistenciais.” (OLIVEIRA, 2014, p. 145)

Embora João Pacheco de Oliveira (2014), esteja referindo-se às Unidades de Polícia Pacificadoras, que ainda encontravam-se nos seus melhores anos, percebe-se que tutelas como UPP e Papo de Resposta, reforçam atitudes de preconceito e discriminação com determinados segmentos da população, com a justificativa no caso do Papo de Resposta, de aproximar pessoas de pessoas, levando os jovens à refletirem sobre suas condutas e escolhas.

#### **4.5 Lugar pastoral**

Ainda que o programa Papo de Resposta seja uma iniciativa da polícia civil e não tenha nenhum cunho religioso, percebe-se em seu discurso um certo caráter proselitista, onde há uma moral a ser transmitida e aceita pelos jovens, que por sua vez, a partir deste momento, devem refletir e caso necessário, de acordo com os discursos, mudar suas atitudes e forma de ver a vida. Assim, conferindo ao programa um caráter redentor da juventude desviante.

Eduardo Dullo escreveu um artigo nomeado “Uma pedagogia da exemplaridade: a dádiva cristã como gratuidade” (2011). Neste artigo, Dullo trata a respeito de programas sociais dirigidos por uma liderança cristã católica, que visa tirar os jovens da pobreza e da exclusão social. Desta forma, o projeto visa a alteração do status do jovem ao se tornar bem sucedido no projeto de inclusão social. Isso ocorre quando há a produção do “indivíduo exemplar”, o que para o Papo de Resposta seria a produção do “bom cidadão”.

No projeto analisado no artigo, o caráter cristão confere sucesso aos jovens que passam a ser incluídos socialmente, para tanto importa a forma de evangelização e o conteúdo da mesma, para que seja completa a inclusão (DULLO, 2011).

“O objetivo dos religiosos ao se situarem naquele local é salvar o maior número possível de crianças e jovens. A salvação não deve ser tomada no sentido linear da adesão e conversão ao cristianismo (católico); as transformações pelas quais passou a Igreja, na segunda metade do século XX, direcionaram-na para uma maior valorização dos aspectos mundanos – a ‘vida em abundância’ e a salvação ‘aqui e agora’ – que permitem ler os próprios processos de inclusão social e transformações sócio-culturais como uma modalidade de sacralização.” (DULLO, 2011, p. 109)

Para tanto, é necessário que estes jovens e crianças estejam dispostos a realizar estas mudanças de cunho religioso, mas também, cultural e social.

“Essa disposição para a mudança é produzida com intensidade e ganha sua factibilidade com a influência dos religiosos sobre esses jovens: o próprio processo de produção da percepção de si como ‘carentes’ e ‘excluídos’ por meio da divulgação na ‘favela’ dos benefícios e vantagens advindos da

inserção no Cesomar, bem como pelos questionários e entrevistas para o ingresso, faz com que seu horizonte de expectativas seja alterado.” (DULLO, 2011, p. 109)

O caráter pastoral dos policiais se demonstra à medida que estes procuram influenciar os jovens positivamente, a partir de sua moral institucional não negociável. Com o objetivo de formar o “bom cidadão”, os policiais que fazem parte do programa desempenham este caráter proselitista em suas falas com os estudantes, desenvolvendo uma forma de pedagogia da exemplaridade, como a analisada por Dullo (2011).

Portanto, a partir do relato de campo da visita à Cidade da Polícia, foi possível notar diversos dispositivos acionados pelo programa, bem como a construção do medo, o governo das condutas, a pacificação dos corpos, muito evidente na aula que os policiais oferecem no centro desportivo, e o lugar pastoral que se encontra nos discursos dos policiais do programa. Abaixar as armas e levantar a voz, significa, neste sentido, que os policiais de fato acreditam neste trabalho discursivo, e por outra via, que todos estes discursos são muito ricos em termos analíticos em que se pretende perceber tantos dispositivos de controle morais e de conduta.

## CONCLUSÃO

### “O papo foi dado!”

O ciclo do Papo de Responsa é concluído com uma conversa com a família, geralmente com poucos presentes. Os policiais pedem para que os alunos convidem uma pessoa que eles entendem como referência, para quebrar o paradigma de pai e mãe. Neste Papo com a família, os policiais apresentam o Papo de Responsa, explicam a conversa que tiveram com os alunos e de certa maneira repetem o Papo com os presentes, reforçando o seu discurso. Segundo me explicou a policial Marcela, nesta etapa, o Papo é aberto a toda comunidade escolar, merendeiros, inspetores, enfim, todos os funcionários que se interessarem.

No relato adiante, o Papo com a família ocorreu em um colégio privado da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com um total de onze presentes e apenas um policial. Este, por sua vez, iniciou explicando o motivo pelo qual foi conversar com os alunos com o uniforme do Papo de Responsa, já que, neste dia estava a paisana. Explicou que a intenção é provocar os alunos, trazendo a mente o estereótipo negativo do policial, e então mostrar o humano que tem dentro daquele uniforme. O policial explica que o Papo não vai até nenhuma escola ou seguimento, sem que seja convidado, explica a metodologia, com as etapas, para que os presentes compreendam seu trabalho.

O policial conta que quando entrou para a polícia tinha o sonho de ser o Super Homem, e muitas vezes agiu sem pensar, endureceu, mesmo com os seus valores, passou a agir sem refletir, assim como muita gente, segundo ele. Isto devido a realidade, conta que quando os policiais vão para uma operação, eles dormem mal por toda a ansiedade e tensão que a operação gera, acorda ainda de madrugada, não se alimenta bem e sabe que vai para a operação e vai voltar com pelo menos um policial morto. Então o policial relata que é impossível não se colocar no lugar daquele colega que morreu, não imaginar a sua mão no lugar da mãe do colega, fazendo com que esta realidade acabe os endurecendo. Explica que quando conheceu o Fundador A, em 2006, não quis aceitar o convite dele para conhecer melhor o Papo de Responsa. Isso devido a repetição de que ele sempre fazia a respeito do estereótipo do jovem, acreditando que eram todos irresponsáveis, pensando que queria mais que o jovem fizesse besteira mesmo para encontrar com ele em algum momento. No entanto, o policial acabou se reaproximando do Fundador A em 2007, e, segundo seu relato, percebeu que as coisas não eram como ele estava pensando. Desta forma, motivado principalmente por questões familiares, conta que entrou para o Papo de Responsa.

O policial passa a falar das escolhas de cada um. Segundo ele, não são as oportunidades que fazem a diferença na vida das pessoas, e sim as escolhas. Embora as oportunidades aumentem as possibilidades. Novamente acionando o discurso meritocrático a respeito das escolhas individuais. Salienta que o mais importante é que os jovens pensem antes de agir, os jovens e todos os presentes também. Seguindo o discurso da responsabilidade individual, o policial lembra que “Se eu sou ferrado, eu tenho que me cuidar muito mais!” (Fala do policial no Papo com a família, 2018), ratificando que cada um tem que assumir a sua “responsa”. Neste sentido começa a falar a respeito do uso de drogas, explica que o usuário financia o tráfico. Então um pai pede a palavra e diz se sentir com medo da legalização das drogas, já que a realidade brasileira é tão diferente da realidade dos países que já legalizaram. O policial concorda que esta diferença é real e reafirma os problemas que o país teria com a adicção, explicando também que a legalização não acabaria com o tráfico. Para finalizar este assunto, o policial lembra que por mais que se preocupem com seus filhos, ou aqueles adolescentes que estão ali representando:



“Apesar da idade, eles já tem muita responsabilidade sobre seus atos. (...) Tem coisas que a gente não consegue controlar, a gente tem que dividir a responsabilidade, pais, escola, o Papo até, e os próprios adolescentes ” (Fala do policial no Papo com a família, 2018).

O policial afirma que sempre vão dar as informações, daí cada um escolhe o que quer. Para finalizar sua fala, repete o jargão dizendo que falam isso para os alunos, mas que serve para todos: “O Papo foi dado, a Resposta é de vocês!” Desta forma, encerra-se o ciclo do Papo de Resposta.

Com a etapa de conclusão do ciclo do Papo de Resposta, a ideia é trazer para as considerações finais, elementos que estiveram presentes em todas as outras etapas, visto que o programa não se comunica apenas com adolescentes, embora seja esta a faixa de idade preferencial. Os discursos são repetidos a todos os seguimentos a quem o programa atende. Desde uma primeira conversa com a direção, Papo com professores, Papo com os alunos, Visita à Cidade da Polícia e Papo com a família. De forma mais ou menos enfática, de acordo com o grupo, a moral policial vista aqui como baseada no legalismo do cumprimento das leis e orientação de condutas, é acionada a todo momento e imposta pelos policiais.

A moralidade é um elemento que perpassa toda a escrita desta dissertação, sendo um objeto mais específico no terceiro capítulo. Portanto, após apresentar o programa Papo de Resposta, sua metodologia, os primeiros contatos para a execução da pesquisa, foi salientado o espaço onde a moral, os valores e a identidade policial é formada. Espaço aqui chamado de “Poliçópolis”, para fazer referência a instituição policial como instituição total, capaz de formar bons policiais, cujo aqueles que fazem parte do Papo de Resposta, se percebem o tipo ideal do mesmo.

Com as análises das primeiras etapas do ciclo do programa nas escolas, pode-se perceber as diferentes realidades que são encontradas pelo Papo de Resposta. Jovens de escolas públicas e particulares, participam do Papo, mas independente da origem escolar, nota-se no decorrer da pesquisa, que a região onde a escola se localiza demarca uma discrepância maior do que se a escola é pública ou privada. Esta discrepância refere-se a forma como os alunos recebem os policiais e reagem a sua presença armada na escola, a forma como os policiais se portam, se falam palavrões, determinados exemplos, entre outras coisas. Então, diferentes perfis de juventudes entram em contato com os policiais do programa, não tendo suas particularidades levadas em consideração.

Deste modo, o discurso de prevenção produzido pelo programa é feito de maneira legalista e uniforme, sem considerar as pluralidades de juventudes e sem considerar as diversidades de locais de moradias, perspectivas de vida, oportunidades, acessos à direitos e trajetória escolar. O que se visa com este discurso, é a produção moral do bom cidadão, a partir do empreendedorismo policial que o programa desenvolve. Produzem falas que dizem não ser morais, mas devido ao caráter legalista que estas falas carregam, se tornam discursos morais.

A moral como já salientado, perpassa toda dissertação, à medida que os discursos dos policiais do Papo de Resposta vão sendo expostos. Porém, convém ressaltar que a moral, a partir da sociologia da moral analisada por Werneck (2013), propõe a perceber morais como objeto de observação. Importa ressaltar ainda que, segundo o autor, a moral de cada indivíduo não se trata de uma repetição inconsciente. Membros do mesmo grupo social, compartilham formas de compreender a vida, decisões, opiniões, no entanto, há agência reflexiva dos indivíduos ao reproduzirem a moral do grupo. Segundo Werneck, a moral é cognitiva, o que significa que os indivíduos podem criticar e distinguir entre o que é o bom ou não para eles.

Desta forma a moral enquanto um dispositivo de agência, permeia os discursos policiais, e pode ser notada ao longo da dissertação.

Os discursos feitos pelos policiais do Papo de Resposta por vezes são carregados de exemplos, que fazem questão de colocar o jovem “do outro lado da polícia”, estando na sua mira, o que produz medo, visando que os jovens mantenham suas condutas aceitáveis. O programa “faz o jovem viver” e regulamenta o modo como se dará esta vivência.

Meu interesse pela relação entre a polícia e a juventude me trouxe até o programa Papo de Resposta. No entanto, um dos fatores que me instigava, era perceber como resultado da minha pesquisa de monografia, a relação da polícia com a juventude, como sendo conflituosa e de desconfiança. Ao longo da pesquisa de mestrado, pude perceber que como o Fundador A afirma, o Papo de Resposta visa aproximar-se de pessoas, mexer com o imaginário dos adolescentes quando os veem de uniforme, para então quebrar o estereótipo do policial mal educado, corrupto, entre outros. E ainda objetiva não repetir os estereótipos imputados aos jovens. Nesta relação da polícia com a juventude, promovida pelos policiais do Papo de Resposta, é estabelecido o modelo do bom policial e o bom cidadão, ambos responsáveis pelas suas condutas, através das suas escolhas e consequências.

A pesquisa apresentou e analisou o programa da polícia civil que busca se aproximar da sociedade, reproduzindo orientações de conduta, dispositivos disciplinares, visando gerência dos corpos. Podendo ser uma ferramenta de reflexão e contribuição para o trabalho dos agentes da segurança no sentido de criar possibilidades de produzir uma fala através de uma instituição, levando em conta morais, valores e identidades diversas e plurais. O que reflete a importância da sociologia pública, aplicada junto as temáticas e demandas da segurança pública. Desenvolvendo estudos empíricos que tragam práticas e resultados que podem ser adaptados de acordo com o público a quem é direcionado e possibilitando a execução de políticas públicas factíveis e baseadas na expansão e garantia dos direitos humanos e sociais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBERNAZ, Elizabete; MUNIZ, Jacqueline. **Moralidades entrecruzadas nas UPPs: Uma narrativa policial.** IX Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideo: 2015.

BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia G.; QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos Durkheim, Marx, Weber.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BAYLEY, David H.. **Padrões de policiamento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Observar,** in: Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Preparar e negociar uma entrevista etnográfica,** Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Conduzir uma entrevista,** Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BLUMER, Herbert. **A sociedade concebida como uma interação simbólica.** In Teoria Sociológica. BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François (Orgs.). São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, "HUCITEC" LTDA, Editada da Universidade de São Paulo, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Uma Ciência que perturba.** In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe; MUNIZ, Jacqueline. **Os estudos policiais nas Ciências Sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000.** São Paulo: Revista Brasileira de informação bibliográfica; n. 84 p. 148-187, abril, 2018.

CARUSO, Haydée; MORAES, Luciane P. B.; PINTO, Nalayne M. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Da escola de formação à prática policial.** 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: Outubro, 2006.

CARVALHO, Thiago Fabres de. TERRA José Maria. **Justiça paralela criminologia crítica, pluralismo jurídico e (sub) cidadania em uma favela do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

CASTRO, João Paulo Macedo e. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/ Museu Nacional, 2009.

CERQUEIRA, Carlos M. N. **A polícia diante da infância e da juventude: infração e vitimização**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos, 1999.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação; n. 24, p. 40-52, set./ dez. 2003.

DULLO, Eduardo. **Uma pedagogia da exemplaridade: A dádiva cristã como gratuidade**. Religião e Sociedade. N. 31, v. 2, p. 105-129, Rio de Janeiro: 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador Volume 2: Formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Página da Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) Acesso em Janeiro, 2019.

FACEBOOK, **Página oficial do Beto Chaves**. Disponível em: <https://www.facebook.com/rchavesalmeida> Acesso em Janeiro, 2019.

FERRAZ, Cláudio Armando. **Manual de abordagem e revista a pessoas**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

FGV/MEC, **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo, Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel., **Nascimento da biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

GARLAND, David. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, - 4ª edição, [reimpr], - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOMES, Edson. **Aluno problema**: uma proposta de análise da produção do estigma em escolas de um município da Baixada Fluminense. Projeto de Qualificação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=1883583>> Acesso em: 09 de jan. 2017.

GOVERNO FEDERAL, **Atlas da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania**, Brasília, 2009.

GRILLO, Carolina C. **Fazendo o doze na pista**: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

INSTAGRAM, **Página pessoal do Beto Chaves**. Disponível em: <https://www.instagram.com/betochavesdealmeida/> Acesso em Janeiro, 2019.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos* 93. Julho 2012, pp. 45-58.

LEITE, Márcia Pereira. **Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”**: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

LIMA, Roberto Kant. **Os cruéis modelos jurídicos de controle social**. Rio de Janeiro: Insight Inteligência, Abril- Junho, 2004.

LIMA, Roberto Kant. **Ensaio de Antropologia e de Direito**: Acesso à justiça e processos institucionais de Administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Coord. Roberto Kant de Lima; Michel Misse. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

MACHADO, Rachel. **Polícia e juventude**: Percepções e representações sociais que demarcam relações conflituosas entre a instituição e o ser jovem. Monografia ao Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

MARGULIS, Mario (Org.). **La juventud es más que una palabra ensayos sobre cultura y juventude**. Buenos Aires: 3ª edição. Editorial Biblos Sociedad, 2008.

MEDEIROS, Flavia. **Linhas de investigação**: Uma etnografia das técnicas e moralidades numa Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal:** Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. São Paulo: Lua Nova; n. 79, p. 15-38. 2010.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência.** v.8, n.3, p. 371- 385, Porto Alegre: Civitas, Set-Dez, 2008.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser:** Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline. **A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras:** Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Security and Defense Studies Review; v.1, winter, 2001.

MUNIZ, Jacqueline. **Despolitização da segurança pública e seus riscos.** Sociedade em perspectiva: Cultura, conflito e identidade. Rio de Janeiro: Grama Livraria e Editora, 2012.

MUSUMECI, Leonarda. RAMOS, Silvia. **Elemento suspeito abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NASCIMENTO, Andréa Ana. **Quando um homem da lei se torna um sem-lei:** os caminhos da corrupção policial. Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

NEV/USP. Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. **Polícia e Juventude:** Conflitos, incertezas e (des) confianças. Iluminuras, v. 16, n. 39, p. 161-183, Porto Alegre: jan./ago. 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. Mana, v.20, n. 1, p. 125-161, Rio de Janeiro:2014.

PAES, Vívian Ferreira. **A polícia civil do estado do Rio de Janeiro:** Análise de uma (re) forma de governo na polícia judiciária. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

PAPO DE RESPOSTA. **Página do Papo de Resposta no Facebook** Disponível em <<https://www.facebook.com/papoderesponsarjoficial/>> Acesso em: Março, 2017.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Página oficial da PCERJ.** Disponível em [http://policiacivilrj.net.br/identidade\\_organizacional.php](http://policiacivilrj.net.br/identidade_organizacional.php) Acesso em: Janeiro, 2019.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Página do Papo de Resposta.** Disponível em: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/>. Acesso em: Abril, 2017.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial:** A construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. Porto alegre: Sociologias; ano 8, n.16, p. 250-273, jul./ dez. 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Editora Francis, 2010.

RAMOS, Silvia. **Juventude e polícia**. Rio de Janeiro: Centro de estudos de segurança e cidadania; ano 5, n. 12, p. 1-16, out. 2006.

RELATÓRIO PAPO DE RESPOSTA. Fundamentos / Reflexões e Resultados, 2016.

SINHORETTO, Jacqueline (coord.). A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: **Pensando a segurança pública**. v. 5. Brasília: Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública, 2014

TRAD, Leny Alves Bomfim (coord.). Segurança pública e questões raciais: abordagem policial na perspectiva de policiais militares e jovens negros. In: **Pensando a segurança pública**. v.6. Brasília: Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública, 2016.

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA. **Página oficial da UPP**. Disponível em [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp). Acesso em: Janeiro, 2019.

VASCONCELLOS, Maria da P. C.; WEINTRAUB, ANA C.A.M.. **Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis**. História, Ciências, Saúde. v.20, n. 3, p. 1041- 1055 Rio de Janeiro: Jul – Set, 2013.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa**: as circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WERNECK, Alexandre. **Sociologia da moral como sociologia da agência**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, Paraíba: Dez, 2013.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

YOUTUBE, **Trecho do documentário Relatos do front**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hkQRVvuFDuE> Acesso em: Janeiro, 2019.

YOUTUBE, **Trailer oficial do documentário Logo Ali África do Sul**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SehmnJy7tdk> Acesso em Janeiro, 2019.

YOUTUBE, **O policial Beto Chaves relata a experiência de morar no Complexo do Alemão**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hEv4BpiES8k> Acesso em Janeiro, 2019.

YOUTUBE, **Papo de polícia primeiro episódio (primeira temporada)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3wOEUhdSWYg> Acesso em Janeiro, 2019.